

PERCURSOS

COM ADOLESCENTES

PPSC 20 ANOS DE HISTÓRIAS

1º edição: 2017

Projeto gráfico: Jadeditora Editoração Gráfica

Editoração e capa: Rafael Marczal de Lima

Revisão ortográfica: Rosane Marques Borba

Fotos: Arquivo do PPSC

Impressão: Editora Evangraf Ltda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P429 Percursos com adolescentes : PPSC 20 anos de histórias / organizadores Karine Santos ... [et al.]. – Porto Alegre : Evangraf / Criação Humana : UFRGS/FACED, 2017.
176 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-88022-44-7

1. Programa de Prestação de Serviços à Comunidade - Relatos. 2. Adolescentes - Educação. 3. Adolescentes - Aspectos sociais. 4. Adolescentes - Aspectos psicológicos. 5. Direito dos adolescentes. I. Santos, Karine.

CDU 364-053.6(816.5)

CDD 362.7098165

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Karine Santos
Carmem Maria Craidy
Alex Vidal
Magda Martins de Oliveira
Organizadores

PERCURSOS COM ADOLESCENTES PPSC 20 ANOS DE HISTÓRIAS



Dedicatória

Aos adolescentes atendidos no PPSC, pela sua presença inspiradora

Aos profissionais, bolsistas, estagiários e residentes de hoje e de ontem, pelas (ins)pirações coletivas

Agradecimentos

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
À Reitoria da UFRGS;
À Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT);
À Direção da Faculdade de Educação (FACED);
Às Unidades, setores e programas da Universidade parceiros.

Quarta-feira, 27
de abril de 2010

Jean chega para a entrevista de egressos. Como resultado, um ecoar de relatos que nos alegra. Não dizem os educadores que aprendemos com o educando? Pois então: Jean trata de coisas que estão em pauta em quase todas as nossas discussões. Voltar à pesquisa foi uma grata surpresa, porque encontro ali muito do que nos esforçamos para entender. Ela revela e, de certa forma, aponta um caminho.

A ENTREVISTA

O PPSC como espaço que se distingue: a diferença entre o “fora” e o “dentro”.

“Antes eu tinha a cabeça fraca, não pensava. Aqui o cara... aqui a pessoa era uma pessoa diferente, sabe? Aqui era diferente, mas quando tu saía assim, tu voltava pra rua e era outra coisa.”

M: Tu eras diferente? Me conta como é isso.

Nossas limitações: a vida cotidiana que (re)absorve os jovens.

J: “Porque aqui tu pensa muita coisa boa pra ti. Tu pensava fazer curso, pensava trabalhar... É difícil. Até o cara conseguir tudo, mas daí quando tu saía pra rua, tu assim meio que te tinha uma apagada, mas tu sabia o que tu tava fazendo, mas tu não dava noção. Não tinha noção do que tu tava fazendo. Às vezes tu tinha, sabe? Mas tu não tinha um repuxo em ti pra ti não andar naquele caminho. Mas o cara sempre ia. Cabeça fraca, né?”

M: Tu achas que a cabeça é fraca, ou tem outras coisas que interferem?

J: “É a rotina, sabe? Quando tu fica numa rotina ali, tu tá sempre nela. Não é assim pra sair dela! Daí eu... eu vinha aqui parecia uma outra vida. Quando saía tu ia pro lugar onde que tu vivia. Ali era outra rotina; era outra coisa.”

O tempo: a medida

M: Mas na rotina lá da vila, em algum momento te vinha as coisas que tu conversava aqui?

J: “Claro! Sabe quando eu tava aqui? Eu pensava mil coisa, assim, boa. Sabe? Fazer umas coisa... Mas não era assim pra ti chegar e fazer, né? O bagulho tinha que ter uma questão de tempo. Mas daí tu saía; tu voltava pra lá... Era a mesma rotina de lá: as mesma conversa. Não é a mesma conversa que tá aqui. É totalmente diferente. Bah! Totalmente diferente!

O diálogo que as experiências vividas no PPSC travam com a rotina do jovem.

M: Como é a conversa lá?

J: "A conversa lá é tudo sobre o morro, sobre os negócio que tu faz, sobre a vida que tu tá passando. Daí continua tudo a mesma coisa. Mas daí eu sou uma pessoa que eu penso ali e eu penso o que eu passei umas duas hora antes, quatro horas antes aqui. Sabe? Sou uma pessoa assim. Daí eu penso. Ah! Se eu tô tentando me ajudar lá, por que que eu to procurando aqui também uma coisa de profissão. Assim oh! Se eu faço uma profissão... Se eu vendo "peteca", é tudo isso aí, sabe? Daí eu quero uma profissão mais alta pra mim. Mas daí eu tô aqui... Eu penso: Tá, mas se eu quero essa profissão mais alta, eu não vou conseguir fazer o que eu tava tentando fazer. Vai começar a subir a profissão, vai ficando melhor ainda... Mas no final de tudo, vai ser tudo triste." (...)

A falta de perspectivas e os limites enfrentados.

J: "Eu já tava querendo sair. Eu já tava já, mas nunca consegui sair antes porque eu não sabia como eu podia começar, sabe?"

M: Começar como?

"Assim. Começar a andar assim, reto. Eu não sabia. Eu não tinha um lugar pra me encontrar. Eu pensei que ia ser difícil. Complicado!"

M: Tu diz um lugar pra morar?

J: "Não. Não é pra morar. Assim, pra mim viver minha vida. Trabalhar, fazer o que eu posso fazer pra me manter num lugar que eu sei que vou trabalhar e ter meu dinheiro no final do mês. É isso que eu tenho na cabeça agora. E sempre tive isso daí quando eu vinha aqui. Sabe? Mas... Agora eu não penso mais nada dessas coisa que eu faço lá de cima, sabe? Porque a conversa aqui é uma coisa que é pra ti viver bem, sabe? Mas lá é outra conversa pra tu viver sofrido. (...) Tu ficava em dúvida, mas daí a dúvida de lá, a de lá te vencia. Porque tu vivia ali. Não tinha como tu não..."

O que pode fazer a diferença?

M: Alguma coisa do que tu levaste daqui, será que fez diferença?

J: "A diferença é o que eu pensava. Eu sabia que tinha gente que queria me ajudar, queria bem. Vocês queriam que eu fosse uma pessoa inteligente, trabalhador..."

M: Foi importante ter passado por aqui?

J: "**Foi bom mesmo!**"

Uma homenagem da equipe PPSC aos adolescentes que passaram pelo programa ao longo desses 20 anos de existência.

Sumário

Prefácio	15
<i>Carmem Maria Craidy</i>	
Apresentação.....	19
<i>Karine Santos</i>	
Metodologias em movimento.....	25
<i>Alex Vidal, Ana Paula Genesini, Fernando Santana</i>	
<i>Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto, Jéssica Freitas,</i>	
<i>Karine Szuchman e Magda de Oliveira Martins</i>	
Relatos da cotidianidade coletiva	
Quinta-feira, 10 de setembro de 2015.....	47
<i>Jéssica Freitas</i>	
Sexta-feira, 3 de julho de 2015	60
<i>Alex Vidal</i>	
Sexta-feira, 12 de abril de 2013	65
<i>Magda Martins de Oliveira</i>	
Quinta-feira, 26 de maio de 2016.....	70
<i>Fernando Santana</i>	
Terça-feira, 31 de março de 2015.....	73
<i>Priscila Ferreira Lopes</i>	
Quinta-feira, 28 de abril de 2016	83
<i>Thaís Saraiva Goulart</i>	

Quarta-feira, 3 de agosto de 2016.....	87
<i>Luiza de Oliveira Nascimento</i>	
Terça-feira, maio de 2015	97
<i>Alex Vidal</i>	
Segunda-feira, abril de 2016	103
<i>Ana Paula Genesini</i>	
Terça-feira, 16 de junho de 2015.....	108
<i>Magda Martins de Oliveira</i>	
Sexta-feira, 3 de junho de 2016.....	114
<i>Monique Muniz Alves da Silva</i>	
Quinta-feira, 23 de agosto	121
<i>Alex Vidal</i>	
Cenas da vida cotidiana	
As dúvidas da prática pedagógica.....	133
<i>Giovanna Perez de Oliveira</i>	
Sobre o afeto.....	135
<i>Liana Roxo Vieira</i>	
Lugares.....	136
<i>Magda Martins de Oliveira</i>	
Angústias e incertezas.....	138
<i>Rafaela Ronconi</i>	
Olhar sensível e coração aberto	139
<i>Thaís Saraiva Goulart</i>	
Acompanhar e deixar ir.....	141
<i>Monique Muniz Alves da Silva</i>	
Dos encontros.....	142
<i>Thayane Chaves</i>	

Primeiro dia	144
<i>Vitória Cherbên</i>	
Rotina.....	145
<i>Fernando Santana</i>	
Socioeducar	146
<i>Magda Martins de Oliveira</i>	
Vai-se o cigarro, fica a vaga	148
<i>Fernando Santana</i>	
Fase? Não!	150
<i>Jéssica Freitas</i>	
O lugar	151
<i>Paula Flores</i>	
Dois fotos	152
<i>Karine Szuchman</i>	
Um acompanhamento compartilhado.....	153
<i>Paula Flores</i>	
Mistério do Planeta	155
<i>Elisa Bettanin</i>	
Apoio.....	157
<i>Thayane Chaves</i>	
200 reais nadando OU VOANDO???	159
<i>Natália Chaves Bandeira</i>	
A cor da sorte.....	161
<i>Karine Szuchman</i>	
Correntezas e repuxos da incompletude institucional.....	163
<i>Paula Flores</i>	



Prefácio

Carmem Maria Craidy¹

Este livro revela a vida cotidiana no PPSC/UFRGS.² As ações, perplexidades e desafios, sempre retomados na reflexão coletiva a partir do comprometimento com o Humano e o Educativo. Através dos 20 anos de sua existência, construiu e continua construindo um atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa que cumpra sua função de resgatar direitos e abrir possibilidades, ou seja, de educar.

Para Hannah Arendt: *A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens.* (ARENDR, 1997.247)³.

O Programa surgiu em 1997 a partir de um convênio estabelecido pela reitora Wrana Panizzi com o Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre. Nos primeiros meses, sua operacionalização ficou a cargo da pró-reitoria de pessoas. Pouco tempo depois, ainda em 1997, a professora Mérion Bordas, então diretora da FACED, em contato com a reitora, solicitou que

¹ Professora titular aposentada da FACED/UFRGS. Colaboradora do PPSC e do PIPA. Conselheira do CEED/RS.

² A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. (Art.117-ECA – Lei 8069/96).

³ ARENDR, Hanah. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo Editora Perspectiva, 1997.

eu assumisse a coordenação e operacionalização da medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) na Universidade. Era a época em que se buscava iniciar a implantação das medidas socioeducativas em meio aberto (sem privação de liberdade), previstas no ECA⁴ para atos infracionais menos graves, mas até então não realizadas. Não havia experiências anteriores. Era necessário criar, buscar uma forma de execução que proporcionasse aos adolescentes crescimento pessoal, inserção positiva na sociedade, enfim, sua realização pessoal e compromisso social que são os objetivos e fins da Educação.

Foi a partir de convicções sobre educação que buscamos organizar a execução da medida socioeducativa. Entre outros princípios, estabelecemos já de início que:

- a experiência de trabalho deveria ser positiva, proporcionar aprendizagem e realização ao adolescente;
- seria necessário que, em cada setor em que fossem trabalhar, houvesse um funcionário e/ou bolsista que orientasse o trabalho e estabelecesse com ele relações pessoais construtivas;
- deveria haver uma equipe central (inicialmente duas estudantes de graduação que receberam uma pequena bolsa) que faria a recepção e entrevista inicial com os adolescentes encaminhados à Universidade, a busca de setores da Universidade, que se dispusesse a oferecer trabalho aos adolescentes e a disponibilizar um funcionário que aceitasse orientá-los. A equipe central faria ainda contatos externos a fim de buscar os encaminhamentos necessários para os adolescen-

⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069/1990. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br>. Senado Federal Brasília.

tes, tais como: de documentos, de saúde, de escola, de trabalho remunerado, de cursos profissionalizantes, entre outros. Foram tempos “heroicos” em que devíamos descobrir as melhores formas de agir e em que tínhamos poucos recursos. Não tínhamos ainda nem sequer uma sala exclusiva para o trabalho junto aos adolescentes como entrevistas e reuniões. A partir da ação concreta e dos desafios, foi sendo construído coletivamente um pensamento orientador, ou pedagogia, para as medidas socioeducativas. Este livro reflete os últimos anos deste trabalho, numa fase em que a integração com programas de outras áreas (sobretudo psicologia e direito) se concretiza, e a pedagogia amadurece. Partir da realidade e refletir em conjunto sobre o vivido sintetiza a pedagogia tanto para os educadores como para os adolescentes. Conforme afirma Hannah Arendt⁵, é a reflexão que forma as pessoas. Assim a consciência moral não se forma pela simples interiorização de normas, mas pela reflexão. No PPSC/UFRGS, a reflexão parte da ação e encontra referências nos educadores. Vale dizer que a metodologia de trabalho do PPSC/UFRGS não tem um/a “criador/a” ou um autor. É construída por dezenas de vozes das pessoas que trabalharam no Programa nestes 20 anos, e nele aprenderam e ensinaram. Estes costumam dizer, como pode ser constatado nos depoimentos aqui divulgados, que saíram enriquecidos deste trabalho, com mais esperança e confiança na Humanidade e com mais disposição para lutar contra as injustiças sociais.

⁵ ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1990.



Apresentação

Quarta-feira, 18 de maio de 2016

Karine Santos⁶

Aquela era mais uma reunião de equipe como ocorria toda quarta-feira. A pauta extensa já era uma rotina. Entre discussões de casos, relatos da semana e informes, uma pauta estava diretamente endereçada a mim: colaborar na organização de uma publicação de relatos. A proposta me soou ousada. Uma publicação de relatos? A quem isso deverá interessar? Procurei não demonstrar que estava a pensar se tamanha ousadia poder-se-ia traduzir em algo de interesse público, pois todos aparentavam entusiasmo com aquela ideia que circulava no grupo há algum tempo. Coloquei-me à disposição para colaborar no que fosse preciso. Logo comprometemos a professora Carmem Craidy no desafio. Um cronograma foi definido, e demos início aos trabalhos.

A medida que os relatos foram chegando, foi possível perceber que se tratava de uma importante sistematização, com um denso conteúdo por vezes de anúncio das possibilidades pedagógicas do *estar com* os adolescentes e também de denúncia das realidades de violação de direitos e acesso precarizado a redes de apoio e serviços. O processo de anúncio e de denúncia da realidade é um ato político, situado na obra de

⁶ Professora da FAGED/UFRGS e coordenadora ajunta do PPSC.

Paulo Freire (1997)⁷, que ocorre na medida em que educadoras e educadores ousados e comprometidos com os processos educativos que despertam, transbordam as relações de poder, as forças dialógicas, as sinergias afetuosas, rompendo com as dicotomias e reinventando as esperanças.

Reinventar as esperanças em tempo de tantas perdas é o anúncio da possibilidade. É apostando na possibilidade do *ser mais*⁸ dos adolescentes que passaram pelo PPSC que o conjunto de relatos e cenas que seguem constituem sentidos à ideia da proteção integral que se quer - proteger e cuidar - as novas gerações. O exercício de fazer valer o direito na prática é cotidiano, por isso a aposta é sempre no outro como possibilidade. (Com)partilhar com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é revelar a dimensão do ser humano, da pessoa, e não do infrator como frequentemente é reconhecido. Experienciando de fato a compreensão de criança e adolescente sujeitos de direitos defendida no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990)⁹.

E não é por acaso, há 20 anos o PPSC se propõe a cumprir com o papel de *estar com* adolescentes. Segundo a Coordenadora do Programa, há mais de quatro anos, Magda Oliveira, “Nem sempre tivemos clareza do que fazíamos”, demonstrando que a construção foi coletiva e compartilhada. O PPSC foi conduzido desde 1997 pela professora da Faculdade de Educação (FACED/UFRGS) Carmem Maria Craidy, quando convidada para assumir a coordenação do Programa que na época foi celebra-

⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, 1997.

⁸ A categoria *ser mais* está situada na obra de Paulo Freire como um conceito chave para a compreensão de sua concepção de ser humano. Para Freire, o ser mais é o desafio da libertação dos oprimidos como busca de humanização. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra, 1997.

⁹ Conceito introduzido na legislação brasileira pela Constituição de 1988.

do por meio de um convênio entre a reitoria da UFRGS e o Juizado da Infância e da Adolescência.

Foi na Educação que se gestou o PPSC, buscando romper com a lógica da marginalização e da criminalização. Uma gestação cuidadosa, dialogada e estritamente comprometida com as políticas de garantia de direitos humanos. No espaço de uma sala adaptada localizada no prédio da FACED, são produzidos os sentidos e significados que fizeram com que o PPSC conquistasse a sua vigésima primavera. Foram mais de 1.600 adolescentes (uma média de 80 adolescentes por ano) envolvendo cerca de 100 estudantes vinculados diretamente ao programa, como bolsistas, estagiários ou residentes, além de estudantes e profissionais na condição de pesquisadores e colaboradores de diferentes áreas do saber, como: Pedagogia, História, Artes Visuais, Psicologia, Direito, Saúde, Ciências Sociais e Serviço Social.

A complexidade do trabalho proposto exigiu a busca por parcerias. A opção pela prática interdepartamental e interdisciplinar fez da relação com o Programa Estação Psi do Instituto de Psicologia da UFRGS, coordenado pela professora Gislei Lazzarotto, e do Grupo de Assessoria à Juventude Criminalizada (G10-SAJU), atualmente coordenado pela professora Ana Paula Motta Costa, da Faculdade de Direito da UFRGS, uma parceria importante através do PIPA. O Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA) foi criado em 2011, junto à Pró-Reitoria de Extensão, integrando os três programas e atualmente é coordenado pela professora Ana Paula Motta Costa.

A sistematização que aqui se apresenta é resultado de anos de trabalho de uma equipe que se gesta na interdisciplinariedade. No diálogo interdisciplinar Educação, Psicologia e

Direito, constituem um *fazer com* adolescentes completamente original. O exercício de sistematizar a própria prática faz com que se produza conhecimento a partir dela. Sistematizar, ensinou-nos Falkembach (1995)¹⁰, é transformar a própria experiência em objeto de estudo; desconstruir e reconstruir ordenadamente as práticas de educação, organização e promoção social, construindo conhecimento coletivamente e promovendo mudanças na prática e em seus agentes.

A produção destes 20 anos reflete o investimento na extensão universitária. Antes de ser unidade de execução de medida de PSC, é Programa de Extensão. Neste lugar, ensino, pesquisa e extensão conjugam o saber-fazer da universidade. Talvez por isso, o PPSC seja potência. O impacto do programa na universidade traz sentidos e significados ao compromisso assumido com a extensão universitária. O trânsito dos estudantes para além do espaço universitário na relação com a rede socioassistencial, em representação em comissões, coletivos e conselhos compondo reflexões e tensionamentos à política pública, no acompanhamento junto à FASE¹¹ e a partilha de experiências em diferentes espaços, faz da extensão uma formação mais ampla alicerçada numa prática profissional situada.

Reconfigurados os sentidos para um livro de relatos, propomos que este sirva como referência didático-político-pedagógica a educadoras, educadores e profissionais do campo social que, desafiados pelo cotidiano de sua ação, buscam fôlego para continuar na defesa e garantia de direitos de adolescentes. O conteúdo que se coloca nos **doze relatos e vinte cenas** é fruto de uma experiência fundamentada na relação hu-

¹⁰ FALKEMBACK, Elza. Sistematização: juntando cacos, construindo vitrais. Ijuí: Cadernos UNIJUÍ - Série Educação 23, 1995.

¹¹ Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul.

mana. Costa (1999) escreveu que “educar é sempre uma aposta no outro”. Esta é a aposta do PPSC: criar espaços para o ato de compartilhar conhecimento e construir aprendizagens reciprocamente, tendo na presença pedagógica um princípio educativo fundante das práticas em curso.

O livro está dividido em quatro sessões. Na primeira, a proposição de um capítulo dialogado com integrantes da equipe apresenta a composição metodológica desenvolvida no PPSC. Com o objetivo de demonstrar que a tarefa a várias mãos se faz, o diálogo conduz o leitor a compreender os princípios que orientaram a criação da metodologia utilizada. Na segunda sessão, são apresentados um conjunto de doze relatos de diferentes momentos vividos no entreatividades do Programa. São relatos que demonstram a disponibilidade, o compromisso e as (des)construções tecidas no percurso de trabalho de bolsistas, residentes, estagiárias e profissionais no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida ou egressos do PPSC. São histórias que ocorrem no percurso da cidade, nos espaços da escola, da FASE, de hospital ou no próprio PPSC; conjugam relações, sentimentos e desejos de enxergar, escutar, anunciar e denunciar. Uma mistura que envolve o leitor a compreender ação, reflexão – privação e liberdade. Na penúltima sessão, as autoras e os autores retratam momentos vividos e fixados em apenas uma cena, deixando o leitor com uma certa curiosidade sobre os momentos seguintes. Na última sessão, será possível conhecer um pouco a história do PPSC, as suas frentes de trabalho e organização.

Uma boa leitura.

Metodologias em movimento

Alex Vidal

Ana Paula Genesini

Fernando Santana

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Jéssica Freitas

Karine Szuchman

Magda de Oliveira Martins¹²

A palavra “movimento” traduz bem o que queremos propor neste capítulo de abertura. Foi no movimento com as e os adolescentes que a equipe do PPSC foi constituindo e gestando as suas metodologias de trabalho. O ponto de partida é o movimento metodológico que denominamos de *fazer com* (o adolescente) que traduz uma composição que envolve perspectivas teóricas das áreas da Educação e da Psicologia. Esse *fazer com*, que tem a ver com a construção de um evento educativo e pedagógico, aposta na proteção, no cuidado e na construção de autonomia como dispositivos da ação educativa. A interlocução entre metodologias gestadas em áreas distintas e a construção da novidade é a experiência que motivou esse texto dialogado¹³. Nessa interlocução, o

¹² Alex Vidal – Historiador, Doutorando em Educação/UFRGS, bolsista no PPSC

Ana Paula Genesini – Psicóloga, Mestranda em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, bolsista no PPSC.

Fernando Santana – Estudante de Pedagogia/UFRGS e bolsista do PPSC

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto – Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS

Jéssica Freitas – Pedagoga e ex-bolsista do PPSC

Karine Szuchman – Psicóloga e ex-bolsista do PPSC

Magda de Oliveira Martins – Pedagogia, Técnica em Assuntos Educacionais da UFRGS e Coordenadora do PPSC

¹³ Integram esse diálogo a coordenadora do PPSC, Magda Martins de Oliveira; a professora do curso de Psicologia da UFRGS, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto; a pedagoga e ex-bolsista do PPSC, Jéssica Freitas; a psicóloga e ex-estagiária do PPSC, Karine Szuchman; os bolsistas Fernando Santana, Alex Vidal e Ana Paula Genesini.

acompanhamento juvenil como uma metodologia específica gestada no âmbito da Psicologia Social e a perspectiva pedagógica do *fazer com* (o adolescente) sustentada por princípios político-pedagógicos emancipadores guiam o movimento metodológico tecido na interdisciplinariedade.

E assim, a tarefa a várias mãos se fez.

Magda: Nem sempre tivemos clareza de que fazíamos isso. Algumas vezes nos obrigamos a parar e escrever sobre nossa metodologia de trabalho para percebermos com mais clareza. Quando eu li o artigo “Pedagogia da presença”¹⁴, eu nos enxerguei ali. Nós temos, sim, uma concepção de fundo que vai nos orientando no trabalho e na relação com o adolescente.

Jéssica: No percurso até aqui, eu vinha pensando no que nós defendemos como *fazer com*. Porque isso é muito forte; vamos percebendo que é preciso estar com o adolescente, assim construímos essa linha da afetividade que nos permite conhecê-los mais, saber da trajetória dele, saber da família e da escola. E isso tudo é importante, porque são elementos essenciais no acompanhamento. O *fazer com* está marcado na minha prática. Quando eu fui para o meu atual espaço de trabalho, meus colegas perceberam isso: “a Jéssica está em todos os lugares, com todos os guris e nunca está aqui”. É que eu justamente aposto nisso; acho muito importante investir na autonomia do adolescente, só que muitas vezes, sabemos, ele não vai conseguir sozinho. Ele vai a alguma instituição e vai receber um “não”, e ele vai pensar: “Ok, vou pra casa”. De fato, quando nós os acompanhamos, sentem-se mais confiantes. Eles também se colocam como observadores de *como fazer; como falar com as pessoas*. Às vezes as pessoas não querem fazer as coisas para o jovem, deixando-o confuso; às vezes nós somos as pessoas com quem eles resolvem essa confusão.

¹⁴ O livro **Pedagogia da Presença** (1999) é de autoria de Antônio Carlos Gomes da Costa, um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Recentemente, tivemos a situação de um guri que iria fazer parte de um projeto externo. Fui com ele ao banco para abrir uma conta-corrente e nada estava dando certo. Ele estava com a mãe, que é negra, e por o jovem ser pardo, a pessoa que estava atendendo - sem sensibilidade alguma - disse que teria que voltar na companhia de sua responsável. Então, a mãe teve que afirmar para a atendente que ela era a responsável por ele e que estava ali. São vários desrespeitos que o jovem e a família sofrem e se nós não estamos juntos, se nós não os instrumentalizamos, eles desistem. Nesse caso, eu vi claramente que, se eu não estivesse junto, o adolescente e a mãe teriam desistido. Muitas vezes, o adolescente não se dá conta; já estão muito acostumados a serem desrespeitados, e o nosso papel é mostrar que sim, todo o ser humano deve ser respeitado; mostrar como deve ser o diálogo (para serem respeitados) é muito importante.

Essa caminhada e essa sensibilidade de perceber a importância de estar com ele tem muito a ver com o *fazer com* e com uma possibilidade de circulação pela cidade. Para avaliar isso, eu observo como o adolescente chega. Se o jovem consegue fazer as coisas por si mesmo ou se tem dificuldades em se organizar, então eu já sei que preciso estar junto, quando, por exemplo, ele for fazer a confecção de sua carteira de trabalho

Magda: É a opção pela construção de um evento educativo; é fomentar uma experiência educativa em companhia do adolescente; é frequentar os espaços públicos, demonstrar como se acessa um determinado lugar; observar a atitude do servidor no atendimento. Eu vejo essa forma de acompanhar como uma estratégia de proteção. Às vezes tomamos o conceito de limite apenas como um espaço de privação, de demarcação de algo que o adolescente *não* vai poder fazer, mas, na verdade, o limite é também um espaço de proteção. O que a Jéssica está dizendo é que ela estende esse limite conforme a condição do adolescente de enfrentar ou não uma situação específica. Estamos, na verdade,

cuidando para que a experiência seja positiva, porque disso depende seguir aventurando-se. É construir um espaço de proteção para cada adolescente, percebendo o limite de cada um, pois uns poderão ir sozinhos fazer a Carteira de Identidade, mas não conseguirão ir sozinhos preencher uma ficha de emprego, por exemplo. É importante sentir essa condição do adolescente e oferecer uma proteção correspondente ao seu grau de autonomia.

Alex: Isso é estratégico; é outra forma de estar com o adolescente. Criar eventos diferentes: estar com ele na escola; estar com ele na oficina; ou ter uma conversa com ele ao longo do percurso pela cidade e pelas políticas públicas. Cria-se outra condição de estar junto, e por isso, também é pedagógico; é outra forma de nos relacionarmos, porque quebra o gelo de estar numa sala, sentado um na frente do outro. As pessoas precisam dialogar. No momento que estamos juntos no ônibus, ou caminhando, as coisas fluem de outra maneira, menos formal e tu trazes o movimento do cotidiano para dentro do diálogo.

Fernando: *Fazer com* serve não só para ajudar os adolescentes, mas também para relacionar-se melhor com eles. A primeira coisa importante quando o adolescente chega é o estabelecimento de uma relação de qualidade com ele. Essa relação é construída, e para ela existir e durar é preciso que as pessoas invistam nesse relacionamento. É por isso que esses aplicativos que pulam essas fases fazem tanto sucesso, porque as pessoas não querem se dedicar, investir. O “fazer com” ajuda nisso: às vezes passar dez horas conversando com um adolescente em uma sala não vai me ajudar a conhecê-lo tanto quanto ir com ele fazer algo, porque quando nós saímos para fazer algo, sempre aparece uma dificuldade. E, pensando bem, a dificuldade é uma coisa positiva, porque é a tua oportunidade de agir sobre a situação e aprender sobre ela. Eu sempre penso de uma maneira global; não só no adolescente. O adolescente é importante para mim, mas ele faz parte de um todo, então o fato de ir a algum lugar te faz estabelecer uma relação não

só com o adolescente, mas com outras pessoas que também têm direito a direitos. Não acredito na maldade das pessoas, e sim, no modo como as pessoas estão acostumadas a agir. No exemplo da Jéssica sobre o incidente com o segurança, de repente ela conversa com ele e o “desarma”. A pessoa está gritando e se exaltando e aí tu faz uma pergunta pra essa pessoa, problematizando a situação, e ela se põe a pensar. Então tem um pouco disso, de mostrar esse outro lado dos serviços. Às vezes a gente vai fazer o caminho mais difícil, porque é esse caminho que, possivelmente, o jovem vai encontrar. Nós fazemos todos os processos como se ele estivesse sozinho, porque nós não queremos fazer *por* ele, mas sim dar o apoio, pois dali a pouco nós não estaremos mais o acompanhando.

Magda: Te ouvindo falar eu pensei em duas coisas: primeiro na disponibilidade de quem chega para atuar no PPSC. As pessoas integram-se à equipe e, em seguida, demonstram essa disponibilidade de *estar com* o adolescente. Muitos de nós são de origem humilde, da periferia, e outros não e, no entanto, nós conseguimos vencer essa diferença cultural, social. Vencer essas diferenças funciona muito bem no PPSC. Em segundo lugar, penso no medo que alguns educadores/adultos têm de que a proximidade com o adolescente coloca em risco o lugar de autoridade; um receio, às vezes, de rir de uma piada do adolescente. A gente sempre trabalha com a ideia do adulto de referência. Talvez isso seja um desafio aqui por causa da idade e da experiência dos bolsistas que são muito jovens ainda, mas de um modo geral isso é superado.

Fernando: Parece que isso fica claro para o adolescente, porque ele sabe desse nosso lugar. É impressionante como não precisamos falar diretamente sobre esses papéis nem nos impor, mas ele sabe que nós somos uma referência.

Jéssica: É isso. Eles chegam e conseguem identificar a figura do coordenador, do educador. Então o jovem identifica que eu se-rei sua referência no seu acompanhamento, e que lá nas oficinas

vai ter como referência outras pessoas que irão acompanhá-lo nas atividades

Magda: E na cabeça do adolescente sempre há a ideia de que o lugar dos adultos é um lugar de autoridade.

Jéssica: Eu passei por esse conflito: “Qual é o limite da nossa autoridade? Até onde é amizade e até onde devemos ser apenas uma referência para o adolescente?” De início, no acompanhamento, eu ficava com medo de dar o limite. Então isso também precisa ser construído em equipe, conversar sobre as dificuldades que esse jovem apresenta, sua história de vida que o leva a se relacionar de determinada forma com “os adultos”.

Magda: Porque essa forma de se relacionar foi aprendida. O que temos é a oportunidade de viver com o adolescente uma experiência positiva, e ele, por sua vez, vai poder descobrir outras possibilidades de se relacionar consigo e com os outros. Mas ele precisa viver a experiência para descobrir isso.

Alex: E tem uma estratégia bem de fundo aí, o momento que vocês estão pensando uma forma de melhor trabalhar e acolher ele, vocês estão pensando em uma estratégia para que ele permaneça, essas outras pessoas, que tu te refere, desistem de tentar se relacionar e isso afasta o adolescente. Ao invés de pensar essa pessoa mais “difícil” como alguém que precisa de mais cuidado e outras estratégias de acompanhamento, tu acaba afastando ela.

Magda: O adolescente pode ter as suas limitações pessoais e até desrespeitar as regras da instituição, ou resistir à autoridade dos educadores/referências, mas é fundamental que o educador perceba que está diante da oportunidade de (con)viver com o adolescente. As oficinas do PPSC são exemplo disso e um compromisso assumido pela equipe. Estamos a serviço do desenvolvimento do adolescente, e a nossa estratégia é *estar com* ele e aproveitar a oportunidade de forma a repercutir na vida pessoal do adolescente.

Fernando: Têm uns jovens que o embate não funciona, então...

Magda: Porque embate para ele é mais do mesmo.

Fernando: Têm uns que não escutam, sempre fazem a mesma coisa, pensando nisso, quando tu muda a lógica, tu consegue resolver melhor a situação. Eu lembro de um acontecimento em que a adolescente jogou um lixo no chão, e meu simples ato de pegar o lixo e colocar no lugar ao invés de brigar com ela, desmontou ela.

Jéssica: Eu me deparei com um jovem que eu não consegui fazer um filtro da nossa relação, e eu tive que pedir “socorro”, porque eu não conseguia conversar com ele...

Magda: Tu percebe, Jéssica, que o fato de pedires ajuda a um colega revela um pouco da tua própria concepção de educação e de cuidado? Sempre haverá situações que esbarrarão no nosso limite pessoal, situações com as quais não conseguiremos lidar. Têm ideias e escolhas muito pessoais que estão sendo negociadas ali naquela relação, simplesmente porque não abandonamos nossa história pessoal. O que fazemos é incrementar essa história com uma formação profissional - concepções, metodologias de intervenção - e então, pedir auxílio é reconhecer nossos limites, mas é também uma estratégia de cuidado consigo e com o adolescente.

Alex: Porque tu sabe que o adolescente tem direito a ter um atendimento de qualidade, e tu não vai ter as condições de fazer isso, então tu pede que outra pessoa te ajude, tu tá pensando nele...

Magda: Essa é uma ideia de direito muito importante. Os atores dos serviços e programas das políticas públicas precisam aceitar e assumir que nessa relação com a adolescência nós estamos em um lugar de agentes de defesa de direitos. Mesmo se eu estou na escola, eu não posso ouvir que o adolescente está vivendo uma situação de negligência e não me implicar. Basta pen-

sar que a educação é, ao mesmo tempo, um direito fundamental e uma política de proteção; ela vai ser um direito, mas também uma política protetiva.

Alex: Isso é muito importante, mas voltando à questão da nossa metodologia. Eu vejo que o *fazer com* tem muita semelhança com o AJ. As duas apostam em estar com o jovem, apostam no vínculo. Uma diferença é que o PPSC está com o jovem enquanto equipe e muitas vezes podemos pensar em quem é mais estratégico estar com o jovem, de acordo com cada situação, se alguém na oficina, ou no setor, ou uma conversa individualizada. Já no AJ, o acompanhamento se faz por uma pessoa que circula com o jovem, embora tenha um grupo de apoio por trás. Além disso, o AJ faz um atendimento sistemático...

Magda: E ele não pressupõe, necessariamente, que haja um plano concreto para o dia. O AJ não vai precisar disso, não está atrelado às previsões do PIA do adolescente, por exemplo. Pelo contrário: o exercício é desvincular o AJ do cumprimento da medida judicial, e eu acho que isso diz da intervenção. Do ponto de vista da educação, estamos aqui para intervir. Existem ações no PIA que orientam nosso percurso com o adolescente, pelo menos num primeiro momento, até que o adolescente, ele mesmo, possa ir evidenciando suas demandas que nem sempre coincidirão com as previsões iniciais definidas lá no acolhimento do CREAS. Essa relação de abertura e confiança construída entre educadores e adolescentes vai anunciando “como” fazemos o acompanhamento no PPSC.

Jéssica: Podemos usar como exemplo o acompanhar um adolescente na confecção de um documento, existe um objetivo concreto nesse “estar com”, mas, ao mesmo tempo, existe um espaço de escuta muito potente nessa circulação pela cidade, aproximando-se daquilo que pensamos ser o AJ... No espaço do AJ uma coisa que se fez muito presente pra mim é que em um

dia o jovem está falando uma coisa, pensando outra trajetória de vida sem envolvimento com o ilícito, passa-se uma semana, chega para novo atendimento e o jovem já reformulou tudo aquilo que havia falado e pensado na semana anterior... na experiência que tive com o AJ, lembro de ficar refletindo sobre a rapidez de troca de ideias e por vezes me questionava como poderia ser algo tão rápido

Magda: Pois é, acho que isso que tu fala da escuta é um fator marcante de diferença entre um lugar e outro.

Alex: É a questão da escuta que é muito forte, mas é outro nível, ali parte do adolescente por ter essa periodicidade e esse vínculo muito forte que se constrói de uma pessoa com outra, não é uma equipe, é uma pessoa acompanhando um adolescente então parte de outro lugar...porque também existe essa construção de tu ir nas políticas públicas, de acionar direitos, de ir nas escolas, isso também está no AJ...

Jéssica: Mas eu acho que o *estar com* é muito propositivo...

Alex: É que quando a gente atua como programa, inclusive na construção de um PIA, existe coisas que a gente tem que dar conta com o adolescente como ele cumprir a medida...e no AJ se espera partir mais do adolescente...

Jéssica: Um momento muito emblemático pra mim foi um dia em que fui na FASE para o atendimento de Aaron. Ele estava muito dopado e não conseguia conversar, me disse que não conseguia falar e perguntou da possibilidade de eu ir com menos frequência.. mas eu fiquei pensando "como assim? eu quero estar aqui". Naquele momento, consegui colocar-me em um real lugar de escuta e ouvi que ele estava me dizendo que naquele momento não conseguia falar. O jovem conseguiu me dizer "Jéssica, tu fala demais", e, naquela ocasião, o "falar demais" não estava sendo legal. E então, escutar isso e saber que ele estava me dando limite me fez pensar naquele acompanhamento... e é bem isso: no AJ, o

adolescente que dá o tom, diferente do *fazer com que é algo mais* propositivo...

Magda: é uma questão de metodologia mesmo. No AJ tu vai trabalhar a partir do que surge no encontro. Não saímos, necessariamente, com um plano de ação para pôr em prática com o adolescente, naquele dia. Saímos para um encontro e o que vai rolar nesse encontro não se tem como precisar. Mesmo quando saímos para fazer um documento com o adolescente, a maior expectativa é poder estar com ele. Fazer o documento é um pretexto para estarmos juntos.

Fernando: Outra coisa que acho importante, tanto no AJ quanto no fazer com, é que não podemos esquecer da realidade do guri,....

Alex: Isso é importante, por sermos uma unidade de Execução de medida de PSC, nós entendemos que temos que trabalhar alguns assuntos, temos que provocar a reflexão dos adolescentes sobre alguns aspectos da sua realidade. Temos que falar de violência, tráfico, racismo e vários outros assuntos que os próprios adolescentes trazem. Mas são todos assuntos delicados.

Magda: Quando o ato infracional tá aqui, ou o tráfico tá aqui nessa sala... é preciso falar sobre o uso da droga... é preciso falar sobre a infração... porque nós sabemos que essas situações que envolvem o adolescente não podem ser negadas. Esquecidas. Mas como a gente trabalha isso escapando da coisa do bem e do mal, dessa dualidade? Mas tem que trabalhar, esse é o nosso papel.

Alex: Mas é isso que eu fiquei pensando, é claro que ele sabe desse contexto melhor que a gente, por isso é bom ele trazer isso, então vamos abrir pra conversar, porque isso acontece... É o que a gente sempre diz: esses momentos de conflitos são sempre os melhores para trabalhar, um momento de consenso, onde não tem nada de adverso é "bom, tranquilo", mas os melhores são

quando acontece alguma coisa, e nós podemos problematizar. E entendo que é essa a nossa função nesses assuntos, em vez de julgar, temos que questionar, desnaturalizar as coisas.

Jéssica: Entendemos, sim, a questão social que permeia a vida deles, mas não podemos nos utilizar de um discurso de que os jovens são “coitadinhos”; temos que pensar essas questões com eles. Tem que mostrar os outros caminhos que existem, que vai ser difícil, muitas vezes começa pelo trabalho no *fast food*, podemos sim em um diálogo colocar das dificuldades que um trabalhador dessa empresa enfrenta, mas é importante o adolescente se dar conta de que as coisas começam assim e que de início essa será uma alternativa para sua vida.

Magda: O *fazer com* pode ser entendido como uma prática protetiva junto aos adolescentes. O Fernando viveu uma experiência marcante na central de vagas em que a atendente foi muito inadequada, dizendo que não queriam que o adolescente em questão voltasse para escola porque ele estava envolvido com o tráfico. Foi uma enorme exposição. O Fernando sabe os detalhes, mas o que eu quero salientar é que o Fernando se impôs, questionou e estava ali para zelar pelos direitos daquele adolescente.

Gislei: Eu vou entrar nesse diálogo para localizar um pouco o que fez produzir o AJ, e como na interlocução com o PPSC vai se constituindo uma diferença.

A ideia do AJ surge num trabalho com adolescentes em medida socioeducativa e medidas de proteção, em que uma equipe da psicologia começou a entender a importância de ter espaços de acolhimento com os e as adolescentes, de circulação, não restringido ao local de acolhimento institucional em que estavam, ou a casa de medida socioeducativa de internação, ou o estabelecimento onde participavam de um programa de estágio. E aí começaram a surgir questões como as da escola,

ou a questão muito simples de fazer uma carteira de identidade, um cartão do banco, a princípio coisas cotidianas e que estariam dadas, e no percurso fomos percebendo que o que era para ser feito não estava tão dado assim para os adolescentes, e que muitas vezes os próprios estabelecimentos que encaminhavam tinham a ideia de que era uma questão de autonomia o adolescente ir fazer sozinho, e não que a autonomia é uma relação de confiança consigo e relação de confiança com o outro, principalmente nesse período da vida.

Então, começamos a perceber que os trânsitos com os adolescentes eram muito potentes para entender como o adolescente se percebia e era percebido ao ocupar posições diferentes.

Paralelo a isso, tinha um grupo de estagiárias com experiência em acompanhamento terapêutico (AT)¹⁵, então nós começamos a fazer um diálogo metodológico com esse acompanhamento terapêutico que surge do espaço da política de saúde mental, de pensar a questão da cidade e da circulação, pensar esse lugar mais híbrido, de um fazer que não é só do lugar técnico, mas de um lugar de confiança e produção nas relações. Aí surge uma problematização do que é a amizade dentro da relação mais fraterna e mais solidária.

Um encontro com o adolescente que demanda algo que é para além do cumprir a atividade que está prescrita, que ultrapassa a medida que ele está cumprindo. E por outro lado, um espaço

¹⁵ O Acompanhamento Terapêutico (AT) surge no contexto da reforma psiquiátrica e no movimento de construir serviços e práticas substitutivas a lógica de internação e institucionalização das pessoas com sofrimento psíquico grave. Essa nova estratégia abre possibilidades de atuação do trabalho em saúde mental coletiva com um modalidade clínica que acolhe os sujeitos atendidos, a partir de um exercício de circulação pela cidade, numa relação em rede com equipes, familiares, serviços, comunidade. PALOMBINI, Analice *et al.* *Acompanhamento terapêutico na rede pública: a clínica em movimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2004.

metodológico com alguns recursos que nós já tínhamos, nesse campo da saúde mental coletiva, pois nós começamos a perceber que acompanhá-lo e fazer algumas atividades de circulação na cidade, acessando espaços que ele buscava para algum tipo de relação, e também propondo outros, tinha um caráter de intervenção. Aí começamos a pensar o AJ como uma diferenciação, não é o acompanhamento terapêutico (AT), é uma variação, tem sua singularidade com a demanda juvenil. Então, quando a gente veio trabalhar aqui no PPSC, já tínhamos um pouco esse percurso e se cria um outro diálogo, que é o AJ se pensar de uma maneira mais interdisciplinar. Porque, até então, ele estava muito colocado numa prática da psicologia, mesmo que a psicologia se pensasse de um lugar interdisciplinar, porque pensar a saúde coletiva não é se restringir a uma área ou outra, mas do ponto de vista do exercício quem fazia tinha a formação em psicologia.

Ana: Eu acho que é importante destacar o caráter clínico-político da intervenção; o quanto apesar de ela produzir uma diferença, ou atentar à produção de diferença na singularidade da vida daquele adolescente, ela também se ocupa da problematização das instituições que compõem a rede desse adolescente e onde ele se posiciona na relação com essas. Questionamos como ele pode ocupar outros lugares, tornando-se menos assujeitado, menos produzido nessa relação institucional, e mais autônomo e também trabalhamos acionando e articulando essa rede, em suas responsabilidades. Essa dimensão da intervenção me parece importante, e seus efeitos se tornam bastante evidentes, principalmente se pensarmos nos acompanhamentos realizados em medida de internação. Tensões institucionais e situações delicadas se davam a partir dos AJs, que produziam um certo incômodo na instituição, em seu funcionamento e organização mais engessados e convocavam os atores envolvidos a olharem para dimensões da medida socioeducativa e do plano individual de atendimento, que não recebiam a atenção necessária.

Karine S: Fiquei pensando na relação do AJ dentro de uma execução de medida, especialmente no PPSC, fiquei pensando como um alargamento do tempo da medida esse AJ. Não no tempo cronológico, porque não tá aumentando o tempo cronológico dele com a gente, e sim na produção de um outro tempo com esse jovem. Isso que a Gislei falava, de quando o jovem vai fazer uma carteira de identidade, a maioria das pessoas pensa como uma tarefa, e poucos prestam atenção nesse percurso, nesse tempo, que a gente faz questão de estar com. Então acho que é também dar outro olhar pra esse tempo, por isso eu falo de alargamento, pensando em como a gente pode aproveitar e produzir com eles algo que se faz nesse percurso, que conforme a gente vai pensando, fica para além de só fazer uma identidade, mas que eu acho que tem algo que começa neste entre fazer alguma coisa.

Gislei: Isso do tempo é interessante de pensar metodologicamente, e até o lugar do AJ como uma diferença da medida, do tempo a ser cumprido, que é cronológico, e do tempo sentido, experimentado pelo adolescente. Então, normalmente, os executores da medida têm essa pressão de um tempo determinado, que o adolescente chega com o posicionamento de que “bom vou cumprir minha medida”, então tem a possibilidade de produzir com o adolescente outros sentidos para esse tempo, para que ele possa pensar a medida de si. Temos o tempo da medida, a responsabilização sobre o ato etc., mas tem o tempo vivido que está se desdobrando dali, e o AJ abre para compor metodologicamente um espaço de mais exercício de construção com o adolescente, entre a tarefa dada e um exercício que ele pode fazer escolhas e opções, ele vai ter um tempo pra fazer o que lhe interessa, circular... pra pensar que: bem, tão exigindo que ele tem que estudar, mas na verdade estudar é uma ação protetiva, então, ele quer estudar? Ele quer um curso? Ele está vivendo alguma questão relativa a uso da droga? Alguma questão de saúde mental?

Então, ele pode se apropriar dessa relação consigo e com o que acontece, não só por uma execução da medida, mas por um exercício de si e da equipe também, porque com o AJ, quem acompanha pode se colocar em outra posição, de um acordo construído nesse tempo sentido, a partir de, como, o adolescente quer experimentar a relação com a medida e com sua própria vida.

Nesse sentido, o AJ não pode ser um cumprimento da medida, mas ele pode ser uma estratégia a ser oferecida para o adolescente com o cumprimento da medida, desde que esse espaço assegure essa diferenciação, porque é importante para o adolescente e para a equipe também. Esse movimento é interessante!

E outra questão, que a Ana falou do clínico-político e da gente pensar que o que se coloca em análise no AJ não é só o adolescente, é o adolescente na rede de relações que ele está, então pensar o AJ do ponto de vista de uma circulação e da autonomia, diz da rede de relações que ele tem para poder exercer sua autonomia, para poder circular, se divertir, estudar, trabalhar, etc., então esses estabelecimentos também passam a ser espaços de análise com quem realiza o acompanhamento.

Ana: E também acaba se constituindo uma circulação de outras significações possíveis pra si, nessa relação. Quando a Karine traz a identidade, eu fico pensando um pouco sobre essa identidade colada que o adolescente tem quando chega aqui; de ter coisas que são muito dadas na vida deles, sobre as quais eles não refletem, do tipo “tá, a vida é assim, o caminho é esse...”, e o trabalho com AJ possibilita ampliar essa significação que já vem muito construída sobre a vida dele, para trazer não respostas, mas outros questionamentos e reflexões, outros lugares possíveis para si, outro planos.

Eu acho que nesse espaço as narrativas se ampliam e se diversificam também a partir da oferta de uma escuta em sigilo,

pelo ambiente protegido, pela relação de vínculo que vai se construindo entre o acompanhante e o adolescente que possibilita que essas narrativas se expandam e sejam outras. Penso em um momento que eu acompanhava um menino que, aliás, continua em internação, e ele trazia dessa relação com uma identidade criminosa. Com o AJ mais do que eu poder dizer pra ele que eu o reconheço como outra coisa, que não um criminoso, foi sendo possível, pelo processo do acompanhamento, pelos encontros, que ele fosse entrando em contato e expressando outras dimensões e desejos dele, que dizem da multiplicidade, da ampliação de narrativas de si e da construção de outros lugares pra sua vida.

Por exemplo, há pouco tempo, eu estive com esse mesmo menino, e ele trouxe sobre ter entrado nessa via de prática de atos infracionais, porque era o que parecia possível e aconteceu que deu certo e que ele não vislumbrava outras alternativas; ele dizia que não se imaginava fazendo ENEM, que era difícil, que talvez acabar o ensino médio não era para ele, porque não tinha ninguém na família dele que tinha seguido por esse caminho. Então, eu pude devolver pra ele o quanto ele já estava seguindo por caminhos diferentes, sem nem perceber: vinha lendo livros com rapidez – tinha começado com autobiografias, depois sentiu vontade de ler livros sobre os conflitos que aconteceram no mundo, livros de história; contou que gostava de matemática e pediu pra eu levar exercícios de matemática para ele estudar. Isso já era uma mudança muito grande para ele, já era escolher alternativas que ele não via, antes. Ele já estava seguindo outros caminhos. Então, ele pediu pra eu levar algumas provas sobre o ENEM para ver se ele conseguia fazer.

Karine S: Eu acho que nessa questão da separação, nessa descolagem que a gente fala, do adolescente com a identidade marcada que é dada a ele, acho que essa tentativa de descolagem a gente faz de várias formas pelo AJ, tem muito a ver com a questão da circulação mesmo, circulação do espaço, de que bom, pode

ser uma conversa, mas essa ideia de ampliar a ideia de circulação em si, de sair com ele e ir para outros lugares, tem a ver com o que a Ana falava, das formas que ele se vê. Eu fico pensando muito nessa especificidade que é o AJ com adolescentes que tm a vida muito institucionalizada, seja porque passam por abrigos, ou pela Fase. Tem muito marcadamente essa institucionalização e judicialização da vida em que sempre é um adulto que diz o que é certo, melhor e o que ele tem que fazer, então eu vejo muito o AJ como um espaço que ele tem para construir uma narrativa dele, que ainda não existe. Acho que poucas vezes isso é ofertado para ele. Porque o outro também precisa reconhecer que ele é outra coisa, para além do autor do ato infracional.

Então retomo o que a Gislei falou, sobre a separação da execução da medida e do AJ, que podem estar andando juntas, mas que são coisas diferentes. Um espaço está ali porque o adolescente é autor de um ato infracional, e o outro espaço está ali para fazer a ampliação do que ele é para além disso. Ou seja, que narrativa ele faz sobre a sua própria vida. Uma narrativa que vai sendo tecida nessa circulação feita *com* ele.

Ana: E eu acho que essa circulação é capaz de produzir zonas de vizinhança que antes não estavam dadas. Algo que é bastante marcante é a relação que eles têm com o território em que vivem. Muitas vezes eles não conhecem a cidade onde moram, não são apropriados da possibilidade de estar em outros lugares dessa cidade. Circular por esses outros espaços, através do AJ, produz um reconhecimento de que é possível estar nesses lugares, também habitá-los; ainda, pelo contato e relações que vão se estabelecendo com os sujeitos que estão por ali, vai se rompendo a dualidade *eles x nós*, a identidade que os adolescentes muitas vezes nos concedem de *playboy*/pessoa da universidade. As trocas, os relatos compartilhados, a possibilidade da confiança, da amizade, das discussões, produz encontros entre nós, que sinalizam que

uma pessoa não é só uma coisa, não tem um rótulo, que a gente não é tão distante assim, em tudo; e que há singularidades que são da história de cada um, mas que também existem elementos, experiências comuns, que nos aproximam... Penso que isso é muito importante para o reconhecimento da possibilidade de relação com pessoas que têm trajetórias de vida e experiências diferentes.

Gislei: Pensando no PPSC, do ponto de vista do que vai se criando, acho que quando a gente fala do AJ diferenciar-se do cumprimento da medida socioeducativa, trabalhamos com a ideia da coexistência, e eu acho que os serviços que trabalham com a medida socioeducativa têm dificuldade de reconhecer a possibilidade de que “eu posso ser executor e também posso ser outra coisa”. Essa coexistência que o adolescente pode encontrar aqui, por exemplo, ele vai cumprir o horário da medida dele, mas ele pode ter a oficina, pode ter o AJ, enfim, ele pode encontrar algo que lhe interesse, é um desafio pra equipe trabalhar com essa coexistência que considero fundamental. É tenso e gera um permanente exercício ético do processo, envolvendo uma questão que é o ponto de vista de como se pensa a medida porque, oferecer o AJ ou outras modalidades articuladas ao conjunto da execução da medida é um posicionamento de determinada concepção da medida, que faz com que ela se desdobre em outras possibilidades de ação.

Nesse sentido, quando eu cheguei aqui, do ponto de vista de ser da psicologia, do grupo de extensão Estação Psi, para compor com o trabalho da psicologia e o PPSC, já havia a interlocução com a psicologia de outras formas, o que aconteceu foi que, na verdade, eu fui encontrando um AJ que já acontecia ali também.

Porque tem isso, como a gente passa a nomear uma estratégia de intervenção, e eu encontrei aqui algo que não era nomeado dessa forma, mas tinha esse *fazer com*. Talvez, naquele momento, este fazer estivesse muito voltado à escola, então tinha todo esse caminho de alguém da equipe acompanhar o adolescente, ir até

lá e tal, quando chegava toda a narrativa sobre a trajetória do que acontecia lá, fazendo a mediação entre o adolescente e a pessoa da escola. Passamos a ampliar a ação em rede com o sistema de saúde, o conhecimento do território, a intersectorialidade.

Então, passo a encontrar, no movimento de pensar metodologicamente essa intervenção, essas práticas que já estavam presentes numa perspectiva educativa, e quando elas vão se configurando num lugar mais preciso, há o acompanhamento juvenil que vai construindo um acordo com o percurso que o adolescente produz neste encontro de um tempo sentido, ocupando outro lugar dentro da estratégia de intervenção.

A segunda questão no AJ é poder explorar os saberes e as estratégias que o acompanhante traz, porque não é só uma questão do adolescente ou da adolescente. Aqui na PPSC, surgiu a questão de que se alguém era da pedagogia, da história ou do direito, podia fazer o AJ? Isso pra mim não estava muito posto, do ponto de vista que todos faziam, não era da psicologia, e também porque o AJ não é propriedade de uma área de conhecimento, ele é uma estratégia de intervenção. E daí, claro que o AJ parte da construção de um campo de saber interdisciplinar, porém eu não tenho que ser psicólogo/a, pedagogo/a, enfermeiro/a ou... Cada acompanhante tem um saber de onde se posiciona (pedagogia, da psicologia, da enfermagem, do serviço social, entre outras formações) e a partir dessa experiência, vai poder compor uma oferta para esse adolescente, vai ter uma singularidade na forma de acompanhar, e esse será um elemento para poder pensar o acompanhamento. Por outro lado, o AJ demanda um aprendizado com saberes sobre saúde coletiva, subjetivação, cidade, sobre processos educativos e autonomia, direito e garantias das políticas públicas. Aí nós temos um adolescente com uma questão maior com o abuso de drogas, por exemplo, a gente vai ter que compor com isso, e não é necessariamente o acompanhante ter o conhecimento sobre, mas ter essa

itinerância do ponto de vista da rede de intervenção, com quem pode contar.

E aí, precisamos perceber o quanto dialogamos com o saber do adolescente, pois uma tentativa do AJ é estar atento a essa diversidade de saberes, buscando uma dialogia, que sejam várias vozes se escutando, e não uma se sobrepondo à outra.

Karine S: Sobre essa questão de que aqui (no PPSC) já se fazia, eu acho que a metodologia que se usava, de olhar o trajeto do adolescente¹⁶, diz muito desse outro tempo, desse outro olhar, do percurso da vida do adolescente. Fiquei pensando que já se tinha um olhar pra esse percurso e esse *fazer com*, e eu fico pensando que isso talvez tenha potencializado a nomeação do AJ, que enfim, dá mais ênfase para uma descentralização da medida e uma desindividualização da medida, que por mais que seja o adolescente quem tá cumprindo, ele não precisa (e não deve) estar sozinho.

¹⁶ Dinâmica realizada com os adolescentes no início de cada encontro da oficina, em que cada adolescente relata o seu trajeto até a oficina naquele dia – desde que acordou até chegar ali no PPSC.

The background is a complex collage of torn, layered paper. At the top, there are large, dark, circular shapes. Below them, various fragments of text and images are visible. A central illustration shows a person in a white shirt and dark pants, possibly a worker or a person in a uniform, standing in a cluttered environment. The overall aesthetic is one of decay and layered history.

*Relatos
da cotidianidade
coletiva*

GRAFITERO

PERA
DESA

14

MANE:
LULIFLOR ARTS
beachclub

NARCKE

MARGHUA

ENTED
SALDR
30 CADA

Quinta-feira, 10 de setembro de 2015

Jéssica Freitas¹⁷

Quanto tempo já faz que tu acompanha Aaron mesmo?

- Bah, nem lembro, passa de anos

- Sim, né, Jéssica? O Léo estava ainda aqui, o ano passado era outra equipe¹⁸!

Sim, Aaron e eu já estamos nesse acompanhamento há pelo menos 2 anos! Hoje, ao retomar alguns e-mails¹⁹, me dei conta que há registro de junho de 2014, quando reingressou na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS). Aaron é um jovem que desde seus 3 anos vive em acolhimento institucional. Sua mãe faleceu quando tinha aproximadamente 6 anos, perdendo a referência de cuidado que tinha. Desde então, Aaron percorre as ruas de Porto Alegre, sendo a região central da cidade sua morada.

Com a rua veio o cometimento de atos infracionais, que iniciaram através de pequenos furtos. Em 2013, quando completou 15 anos, Aaron tem sua primeira passagem pela FASE.

¹⁷ Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ex-bolsista do PPSC.

¹⁸ O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC) da UFRGS recebe anualmente estagiários da Faculdade de Psicologia da Universidade, em parceria com o Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar (Estação Psi), projeto de extensão do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da referida Universidade.

¹⁹ Como um dos instrumentos na prática do trabalho do acompanhamento a adolescentes, o PPSC utiliza um grupo de e-mails para discussão de caso no coletivo.

Em março de 2014, ganha progressão de medida socioeducativa para Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)²⁰, sendo transferido para o acolhimento institucional no Núcleo de Abrigo Residencial (NAR) Zona Oeste e encaminhado para cumprimento de medida no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Lembro dele ter chegado ao PPSC, para sua entrevista inicial²¹, com a “tia” do acolhimento institucional. Naquele momento conversamos coisas mais pontuais a respeito dele próprio e sobre os planos que tinha a partir de então. Aaron participava ativamente das oficinas socioeducativas²² ofertadas pelo PPSC, gostava do grupo de jovens que havia se constituído, assim como o grupo havia se vinculado fortemente a ele, era um jovem muito querido por todos, fazendo falta quando não podia comparecer.

Aaron teve dificuldades no cumprimento de sua medida, aparecia para as oficinas socioeducativas espontaneamente, mas quando se tratava do cumprimento no setor²³ teve dificuldades em sua própria organização. Recordo de certo dia ele. Ter ido para o setor para avisar que não poderia ficar para o trabalho e foi embora. Em certa medida, tal atitude diz do cuidado

²⁰ Uma das possíveis medidas socioeducativas aplicáveis a adolescentes em conflito com a lei. Consiste na realização gratuita de tarefas de interesse geral (Art. 117, Estatuto da Criança e do Adolescente).

²¹ Como porta de entrada no PPSC é realizado com o adolescente e familiar a entrevista inicial, lugar que tem por objetivo a aproximação do jovem e sua família com a equipe que acompanhará o adolescente no cumprimento de sua medida.

²² A Oficina Socioeducativa é uma metodologia de acompanhamento coletiva. Uma vez por semana, o grupo de adolescentes do grupo da manhã e tarde se reúne para pensar questões pertinentes às suas vidas e à sua vida no coletivo.

²³ O PPSC tem parceria com setores da Universidade para encaminhamento dos adolescentes para cumprimento de sua PSC.

com o lugar e do entendimento do significado daquele espaço, ao mesmo tempo que dava sinais de que algumas coisas não estavam indo muito bem. Essa é uma característica bastante marcante em Aaron, ele “dá sinais” de que irá se desorganizar, de certa forma se torna um aviso-prévio para que a equipe que o acompanha pense, problematize e se reúna com sua rede de atendimento. Lembro de uma ocasião em que Aaron se desorganizou de tal maneira dentro da FASE que alertou aos socioeducadores que “surtaria” e, antes que isso acontecesse, pediu para ser encaminhado para internação psiquiátrica. É interessante pensar a forma com que Aaron se conhecesse, o cuidado que teve consigo ao conseguir nomear que não estava suportando as condições nas quais estava vivendo e pedindo, em certa medida, o entendimento de que estava chegando em seu limite.

Em junho de 2014, Aaron tem um conflito na casa de acolhimento, onde é levado para o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA) a fim de que a situação fosse resolvida através do trâmite judicial. No DECA acaba se desorganizando ainda mais, tendo que ser contido fisicamente. Assim, foi encaminhado para internação psiquiátrica para que pudesse ser medicado antes que voltasse para a FASE.

Lembro perfeitamente dessa situação e do sentimento que tive a respeito. Em reunião de equipe²⁴ o caso foi discutido conversamos sobre os encaminhamentos atravessados realizados pela casa de acolhimento e pensamos sobre passos que daríamos. Logo, foi pensado que uma visita deveria ser realizada a Aaron, já que estava em internação psiquiátrica, assim, co-

²⁴ As reuniões de equipe do PPSC ocorrem uma vez por semana, nesse espaço são discutidos os casos dos adolescentes vinculados ao Programa e pensado estratégias no acompanhamento dos mesmos.

meçamos a pensar quem seria a pessoa de referência para tal. Lembro de meu nome ter sido pensado pela equipe, uma vez que o acompanhava nas oficinas socioeducativas, mas eu não tinha esse desejo, pois tinha o entendimento da complexidade do caso e que na condição de ainda estudante²⁵ de Pedagogia pensava não dar conta de suas demandas subjetivas. Assim, não fui visitá-lo na Clínica.

Quando Aaron vai para a FASE, eu e Léo, um colega da Psicologia, vamos vê-lo. Já havia realizado visita a egresso²⁶ no Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre I (CASE POA I) e ao entrar novamente naquele espaço rememoro algumas lembranças, em especial, o cheiro forte; é um grande mobilizador para isso.

Aguardamos por um tempo e Aaron chega. Quando nos enxerga, dá um forte abraço em Léo, ficando por alguns segundos abraçado e emocionado, da mesma forma acontece comigo. Sentou-se já em meio às lágrimas, falava do quanto estava arrependido e de que não deveria ter cometido novo ato, tornando-se essa fala repetitiva na conversa. Quando Aaron se acalma pergunta se tínhamos celular e pede para gravar uma música de sua autoria, emocionado canta:

Se a vida escolheu
Uma pessoa pra amar
Peço ao senhor do céu pra essa pessoa eu encontrar
Eu sei que eu errei
Mas peço a última chance

²⁵ À época eu cursava Pedagogia, assim, estava vinculada ao PPSC como bolsista de extensão.

²⁶ Visita de egresso é uma modalidade de acompanhamento à adolescente que já foram acompanhados pelo PPSC, cometem novo ato infracional e são encaminhados à FASE.

Quero ser fiel pra nunca ter uma amante
Eu sei que eu errei
Vamos esquecer o passado
Vamos pensar juntos pra ter um futuro lado a lado
Eu te magoei
Estou sentindo por isso
Te peço mil desculpas
É por você agora que eu to vivo
Eu quero muito estar ao seu lado buscar
Um ombro amigo pra poder sempre me aconselhar
Amor você me ensinou o amor verdadeiro
Agora eu estou triste
No meu peito bate a saudade
É nessa canção que eu consigo desabafar
O sentimento que eu sinto nunca vai se acabar
Amor te peço desculpas por não estar ao seu lado
Mas logo vou estar pra te dar um beijo e um abraço
Eu te amo muito e não me canso em dizer
Pra ser sincero garota, eu amo você”

Essa música embalou nossa conversa. Escrita de forma tão sensível, dizia dos sentimentos de um adolescente para com outra adolescente. Naquele momento, peguei-me pensando como um jovem, estando da forma tão desorganizada como estava Aaron, poderia escrever e cantar algo tão poético. Também fiquei surpresa, pois nas oficinas socioeducativas ele não havia comentado sobre seu interesse pela música e muito menos que produzia da forma tão bonita como o fez.

Segui nas visitas de Aaron com Léo até o fim de seu estágio, quando ele tem de se despedir. Foi um momento difícil

para Aaron, ele era especialmente afeiçoado a Léo. Foi colocado que aquele “tchau” não se configurava como “adeus”, mas um “até logo”. Nas visitas que se seguiram, as quais realizei sozinha, Aaron sempre perguntava por Léo, o que ele estaria fazendo de sua vida; na medida do possível, eu dava notícias, até que chegou um momento que eu já não tinha notícias do ex-colega. Aaron percebeu isso e, aos poucos, deixava de perguntar sobre ele, passando a fazer perguntas frequentes sobre o grupo de oficinas. As visitas a Aaron seguiram e, desta forma, começaram a se configurar no que denominamos Acompanhamento Juvenil (AJ).

O Acompanhamento Juvenil se configura como uma modalidade de acompanhamento onde o jovem tem um lugar de escuta central, onde ele se (re)pensa em diferentes papéis e posições, é um lugar de *estar com*, *pensar com* e *fazer com*. Segundo Lazzarotto (2013), o AJ tem como uma de suas funções “o estar com o jovem na experiência consigo, nos percursos institucionais vividos na cidade (...)”. Desta forma, o AJ, vindo de uma referência do Acompanhamento Terapêutico (AT), traz desse lugar a circulação pela cidade e a ocupação dos espaços como uma forma de produção. Mas, como produzir estando junto com o adolescente em um espaço fechado?

Por dois anos, estive com Aaron nesse lugar de produção. Uma vez por semana me prendia à FASE em uma sala específica da Comunidade Socioeducativa (CSE) na intenção de estar e pensar com Aaron as suas possibilidades, seus planos e projetos de vida. A sexta-feira tornou-se um ritual para mim: levantava às 8h, pegava o ônibus T2A, descia na José de Alencar e pegava o Icaraí, ônibus que me deixava na frente do CSE. Eu sempre gostava de sentar nos bancos do lado direito do ôni-

bus, pois a vista do Guaíba era um presente que sempre tinha naquela manhã. Como gostava daquela cena! Sentia-me liberta ao olhar o horizonte, gostava daquela sensação, mas achava tão contraditória quando lembrava de meu destino, mas essa era a sensação, tão estranha e tão cheia de significados que eu mal conseguia compreender.

Não consegui circular com Aaron pela cidade, mas mesmo que estivéssemos presos conseguíamos sair daquele lugar, minimamente. Assim, mesmo que não estivéssemos em circulação pela cidade, saíamos daquele espaço fechado quando, por exemplo, Aaron perguntava sobre os jovens do grupo de oficina do PPSC ou sobre “como as coisas estão lá fora?”. Sempre tive a impressão que eu estar lá, levando notícias e novidades, fazia com que Aaron se reportasse para fora da Fundação de Atendimento Sócio-educativo do Rio Grande do Sul - FASE.

Naquele espaço, também construíamos seus planos e projetos sobre quando deixasse a FASE, pensando seu “itinerário no por vir” (Palombini, 2014). Havia dias que Aaron se via como um grande cantor de *funk*, pensando na fortuna que acumularia, nas motos e correntes de ouro, noutros não sabia por quais caminhos andaria e sentia-se angustiado e apreensivo. Em alguns momentos, via-me confusa nesses diferentes papéis em que Aaron se colocava e trazia essas questões para Gislei²⁷, minha acompanhante no acompanhamento com Aaron, que, de forma resoluta, trouxe “Jéssica, esse é o lugar do AJ, ele pode em uma semana querer ser famoso e noutra não ser nada disso”. Com essa fala compreendi que a

²⁷ Professora do Instituto de Psicologia, Gislei Domingas Lazzarotto coordena o grupo de Extensão Estação Psi, como uma de suas práticas está a supervisão do Acompanhamento Juvenil (AJ) realizado pelos integrantes do PPSC.

demanda pelo AJ vem revestida de uma solicitação do adolescente por alguém que escute seus passos e o acompanhe na construção do seu caminho. Alguém com quem construir seus movimentos reflexivos: se pensar, se olhar, se imaginar em outros caminhos possíveis (SZUCHMAN e MATHIAS, 2015, p.233).

Com isso, me dei conta de que meu lugar de acompanhante era de sustentar esses diferentes papéis nos quais Aaron se via, e problematizar os caminhos a percorrer e os passos a se seguir. Esse entendimento ficou muito claro quando me dei conta de que Aaron projetava alguns aspectos de sua vida apenas no espaço do AJ, enquanto em conversa com suas técnicas da FASE ou com sua defesa jurídica, pensava os passos que tomaria de outros jeitos.

Passamos por transformações e diferentes momentos ao longo do acompanhamento. Num primeiro momento, Aaron e eu confundíamos muito o papel do AJ, levando algum tempo até construirmos esse lugar. Lembro de situações em que Aaron queria que eu pudesse “testemunhar” em audiência a seu respeito ou falava coisas que eu deveria passar para seus advogados²⁸, confundindo meu estar com ele como produção de sua defesa. Em alguns momentos, tinha dúvidas sobre como agir e algumas vezes fui alertada que aquele não se configurava como meu papel, eu, como acompanhante, tinha também que trabalhar no sentido de instrumentalizá-lo e empoderá-lo para que ele próprio pudesse falar de suas demandas nos diferentes

²⁸ Grupo 10 (G10) integra o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), atendendo às demandas jurídicas dos adolescentes em conflito com a lei. Em conjunto com Estação Psi (Instituto de Psicologia) e com PPSC (Faculdade de Educação), o G10 (Faculdade de Direito) compõe o Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA).

espaços em que era atendido, tornando-se sujeito de sua história e autor de sua vida.

Houve ocasião em que Aaron não queria me receber, estava cheio de remédios e mal conseguia responder as minhas colocações, mas conseguiu dizer que não estava com cabeça para pensar. Nesta ocasião comentou que eu “cavocava” (fez sinal como parecendo cachorro abrindo buraco) em alguns assuntos dos quais ele não gostava de falar e que eu falava demais. Entendi sobre o que ele se referia, dizia sobre quando eu perguntava coisas na intenção de entender como funcionava sua dinâmica familiar antes do acolhimento institucional e, de fato, esse não era um assunto que Aaron gostava de pensar, respondia sempre de forma muito rasa e logo achava uma outra temática para conversarmos. Na maioria das vezes jogava outra pergunta para mim, como pedindo para eu falar como eu estava, como estava meu marido e outras coisas no sentido da minha vida pessoal. Naquele momento, apenas o que consegui dizer a Aaron era que quando não se sentisse à vontade sobre algumas perguntas minhas poderia falar e pedir para que eu não mais perguntasse sobre ou se eu estivesse falando demais poderia pedir para que eu fosse embora, e que eu não ficaria chateada com o pedido. Ressaltei que aquele espaço era dele, um lugar onde ele poderia me falar o que bem quisesse ou não me falar absolutamente nada. Partindo disso, perguntei, com receio, se Aaron gostaria de encerrar os atendimentos, deixando de encontrá-lo na FASE; sua resposta foi um não, mas disse que tinha o desejo de que eu não fosse com tanta frequência, assim pensamos que mudaríamos a sistemática do atendimento para quinzenal. Foram alguns atendimentos dessa forma, acredito que uns 2 meses, depois disso ele perguntou se poderíamos voltar para a sistemática semanal, e desta forma aconte-

ceu. Essa foi uma das belezas do acompanhamento com Aaron, ele sentia-se tão à vontade e produtor daquele espaço que conseguia fazer devoluções a respeito do atendimento e dizer que naquele momento não conseguia sustentar estar comigo. Dizia de uma relação de afeto consigo e comigo.

Também houve um momento em que Aaron não quis me ver, foi quando recebeu extinção de medida e retornou à FASE em um período de uma semana. Vergonha? Talvez o fato de não ter sustentado cumprir com o que foi pensado em seus atendimentos tenha gerado sentimento de fracasso e “deslealdade” para comigo, não posso afirmar se esse foi seu sentimento, mas me pareceu algo muito próximo. Quando desse episódio, Aaron escreveu uma carta, pedindo desculpas por não ter me recebido e explicando seus motivos para isso, junto à carta recebi uma foto sua, onde fazia com a mão o sinal de um coração.

Visitar, acompanhar, ver, estar com o Aaron gerou mudanças em mim, de repente me vi afetada por um jovem cheio de convicções e fragilidades. Não sei nomear quando essa afetação começou a acontecer, mas quando me vi com ela, entendi o potencial que o AJ carregava. Percebi que Aaron também foi mudando nos acompanhamentos, suas demandas, carregadas de um estar sozinho, foram abrindo cada vez mais espaço ao meu estar com ele. De certa forma, Aaron foi aos poucos me autorizando a partilhar de sua história de vida, tal como colocado por Oliveira e Santana (2014, p21):

O acompanhamento tem a importância, a duração e a intensidade que o acompanhado lhe concede. Não está inscrito no campo das determinações, pois aquele

que acompanha só o faz mediante a licença daquele que é acompanhado

Desta forma, estar com Aaron e partilhar parte de sua história, gerou em mim diferentes sentimentos. Ora estava ali como profissional e educadora, acompanhando o jovem em sua medida de meio fechado, outras horas me sentia mãe, irmã, tia e vó. Isso porque Aaron me convocava a estar nesses diferentes papéis, assim como me sentia responsável por Aaron nos acompanhamentos, pensando que se tratava de um jovem que estava na rede da socioeducação e sendo eu uma das profissionais dessa rede tinha, em certa medida, responsabilidade por ele.

Tenho carregado o que Aaron produziu em mim por todos os espaços. Quando falo do meu trabalho com adolescentes em conflito com a lei, é dele quem lembro e, quase que na maioria das vezes, é impossível não conter a emoção, o engasgar da garganta, ou a lágrima. Por diversas vezes, me peguei pensando o porquê de tanta emoção ao falar de Aaron; ainda não sei, ainda não tenho essa resposta e nem sei se um dia a terei, a única certeza que tenho é do quanto fui habitada por sua história de vida. O Acompanhamento Juvenil tem dessa capacidade: produzir diferentes sentimentos e emoções.

Assim como fui habitada pela história de Aaron, também lhe dei licença para que pudesse habitar minhas histórias. Aaron sempre foi muito cuidadoso comigo. Quando chegava para vê-lo, umas das primeiras perguntas era sobre como eu estava. Houve momentos em que fui muito cuidada e olhada por Aaron, em especial na ocasião de quando não passei na seleção do mestrado, uma situação difícil naquele momento da qual consegui compartilhar com ele, falando da minha sensação de fracasso. Nos atendimentos que se seguiram, Aaron sempre

perguntava se eu já havia sido chamada (estava como suplente) e se já havia superado tal situação. Ele também perguntava sobre meu marido. Me casei pouco tempo depois de ter começado seu acompanhamento, sabe que meu companheiro faz faculdade e que gosta de tecnologia e sabe que tenho o desejo de colocar o nome da minha filha de Alana. Aaron sabe da minha vida, e as pessoas importantes da minha vida sabem a respeito do Aaron.

E então, temos 2 anos de acompanhamento. “O que eu te ensinei, Jéssica?”. Com os olhos, como que sedentos por uma resposta, olhava-me até que eu respondesse algo. Respondi que me transformou em uma pessoa melhor. Lembro de ter respondido outras coisas, mas o mais significativo dos ensinamentos foi esse “aprendi a ser uma pessoa melhor”. Como fui feliz em poder olhar pra ele e dizer isso! O quanto isso foi também significativo pra ele, vendo-se nesse lugar de quem ensina, de quem afeta, de quem emociona! Muitas vezes me via perdida no acompanhar Aaron, tudo tão cheio de nós que eu não conseguia ver um fio para puxar.

Perseverei nesse acompanhamento, assim como Aaron perseverou em estar nesses longos 2 anos comigo. Foram situações difíceis. Viver a institucionalização com Aaron provocou uma série de sentimentos em mim, e ter sido resiliente foi uma tarefa que se tornava quase que impossível, mas se tornou possível porque sabia da afetação de Aaron com o acompanhamento juvenil.

Hoje, não mais em internação e com já completos 18 anos, Aaron volta para sua morada, volta a estar e viver a rua com tanta intensidade que mal consegue parar como antes fazíamos. Em um dos últimos atendimentos, me olhou, com os olhos

cheios de lágrimas, disse: “queria olhar para a pessoa que foi irmã, vó, mãe e tia”. Eu ainda estava na produção dessa escrita e imediatamente me reporte a uma parte desse texto em que escrevo que em algumas ocasiões do atendimento me “sentia mãe, irmã, tia e vó”. Arrepiei-me quando ouvi isso dele e percebi a sintonia da afetação na qual vivenciamos.

Carrego comigo suas músicas, sua intensidade, sua força em viver e seu afeto. Sem dúvida sou uma mulher, profissional, educadora e humana melhor graças a estar carregada de afeto que Aaron me proporcionou, e isso nenhuma cadeira da Licenciatura ou livros acadêmicos puderam me proporcionar. A ele, meu muito obrigada por ter-me autorizado a estar e viver sua história pessoal.

REFERÊNCIAS

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini; CARVALHO, Julia Dutra de; BECKER, Julia Lângaro. Acompanhamento micropolíticas juvenis: estratégias clínico-institucionais. **Psicol. Soc.** [on-line]. 2013, V 25, p.55-64.

OLIVEIRA, Magda Martins de; SANTANA, Fernando. In: LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini *et al.* **Medidas Socioeducativas entre A&Z**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

PALOMBINI, Analice de Lima. **Acompanhamento Terapêutico: dispositivo clínico-político**. São Paulo: Psyque, v. 10, n.18, set. 2006.

SZUCHMAN, Karine; MATHIAS, Flávia Roberta Oliveira. In: SZUCHMAN, Karine; CRAIDY, Carmem Maria. **Socioeducação: Fundamentos e Práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

Sexta-feira, 3 de julho de 2015

Alex Vidal²⁹

A máquina é fria e óbvia, só faz o que já está programada para fazer. Os homens e mulheres já convivem há algum tempo com elas e cada vez mais têm ficado parecidos (até porque são quem as criam) quanto às máquinas têm ficado mais parecidas com os humanos (até porque são seus criadores). Existe cada vez mais um aumento da burocratização e do controle na sociedade facilitados principalmente pelas máquinas. Nos serviços prestados à sociedade, a máquina parece ter ganhado um papel de destaque, e o trabalhador tornou-se um apêndice dela, ou um tradutor da mensagem que a máquina quer nos passar. Então, os serviços têm-se tornado frios e racionais, com regras rígidas e procedimentos programados de ação ou reação a qualquer solicitação. Os diferentes casos são tratados de forma padronizada: perde-se no aspecto da individualização e ganha-se mais celeridade.

O Gerson, ou Japa, como é mais conhecido, chegou ontem (quinta-feira) às 14h, aqui no PPSC, para tentarmos uma vaga no ensino médio. Ele queria a escola Oscar Tolles ou Padre Rambo, onde já tinha estudado. Decidimos ir à central de vagas para tentar a sorte. Consultei um colega, e ele havia nos falado que teoricamente o ensino médio seria mais fácil con-

²⁹ Doutorando em Educação. Historiador e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista no PPSC.

seguir, pois há menos demanda. Fomos então para a parada que fica na rua Avaí. Japa me narrou enquanto esperávamos o ônibus, de como já havia tentado vaga no início do ano com a mãe e não tinha conseguido. A chegada do ônibus corta nossa conversa, está cheio, e sentamos separados. Chegando na central de vagas, pegamos a senha e logo somos chamados. Pergunto se ele quer que eu vá junto; me diz que sim. Sentamos na frente de uma atendente e falamos da busca por uma vaga para ensino médio na Oscar Tolles. A atendente nos informa que agora o procedimento para se inscrever para as vagas no ensino médio é anual, ou seja, apenas no início do ano. Quem não estiver matriculado no início do ano perde a oportunidade e só pode inscrever-se no próximo ano. Ela disse que apenas se ele tivesse as notas do primeiro semestre alguma escola o aceitaria. Tentei tencionar e demonstrar o absurdo das regras e que ele só quer voltar a estudar. Questiono se não tem outra maneira, mas nada parece comover a atendente. Perguntei, então, como seria se nós fossemos tentar direto com a escola. Ela disse que apenas em três escolas ele teria chance, pois aceitam inscrições por semestre, uma delas era a Padre Rambo (uma das escolas que ele queria), outra na restinga e outra no centro. No entanto, avisou que dificilmente conseguiríamos, pois as matrículas eram em junho e já haviam encerrado. Ou seja, provavelmente não haveria vagas. Também falou que ele poderia tentar a EJA, como já tinha 18 anos, que seria mais fácil. Mas o Japa respondeu que não queria estudar à noite, que então não servia. Ao nosso lado, uma adolescente também pedia uma vaga e escutava o mesmo discurso que deveria tentar apenas no início do próximo ano. Ela lutava para convencer a atendente da importância de voltar à escola, mas não parecia estar tendo sucesso.

O Estado, cada vez mais, adere ao formato das empresas com a racionalização e procedimentos resumidos, ou seja, abrir cada vez menos opções de caminhos, ou fechar alternativas, para se agilizar o serviço e deixar o trabalho mais fácil e com maior “qualidade”. Sendo assim, as exceções à regra, ou casos diferentes acabam tendo que se adequar às regras, ou não.

Vale a pena incluir neste relato como o Japa me abordou sobre a vontade de voltar à escola, então vou voltar rapidamente no tempo, dois dias atrás, para a terça-feira anterior. O Japa havia me abordado durante a oficina enquanto caminhávamos para ir ao museu da UFRGS. Ele me disse que queria voltar para a escola, que ficava em casa muito tempo sem fazer nada e estava começando a pensar bobagem. Falou que alguns amigos o estavam convidando para voltar para “os trabalhos”, e ele estava se sentindo tentado. Que estava sem grana e que precisava se ocupar. Falei para ele então que quinta-feira viesse ao programa e veríamos uma escola para ele. Fico pensando que dificilmente ele conseguiria esperar até o início do ano que vem para matricular-se e começar as aulas. Mais fácil seria que ele estivesse trabalhando no tráfico novamente. Sinto que, o que ele está vivendo é um impulso, um momento em que tenta resistir a voltar ao tráfico e (talvez por influência da mãe) tenta se agarrar à escola como seu último bastão de defesa. A escola como atividade para lhe preencher o dia. Se não a escola, o que mais poderia ser? O trabalho talvez? O que me parece certo é que a escola não deve dificultar a entrada a ninguém, seja criança, jovem ou adulto. Deve-se manter aberta e à disposição das pessoas que queiram frequentá-la, pois é um espaço de educação, proteção, formação e conscientização, que promove ou deveria promover a cidadania. É uma instituição básica de conhecimento que é direito de todos. Deve sempre estar preparada para acolher o

impulso, talvez momentâneo, de um adolescente como o Japa, e aproveitar a oportunidade para conquistá-lo.

Voltando novamente para a quinta-feira, depois de sairmos da central de vagas, ficamos pensando se íamos direto à escola Padre Rambo tentar a matrícula. Ele estava um pouco cansado e falou de ir para casa e irmos outro dia. Seguimos conversando e decidimos que iríamos primeiro até a escola e depois ele ia a pé para casa, que ficava perto. Japa então me mostrou a parada onde poderíamos pegar um ônibus que descia lá perto. Desta vez esperamos conversando sobre futebol e como o ônibus chegou vazio, sentamos juntos e seguimos no papo até a escola.

Chegando lá, um cartaz no portão de entrada já nos intimidou e quase nos fez recuar novamente: “NÃO HÁ VAGAS”. Olhamo-nos, mas decidimos seguir. Ao tentarmos entrar na escola, uma mulher nos interpelou, perguntando o que queríamos. Falamos que buscávamos uma vaga na escola, e ela já disse que não tinha. Falei que ele já tinha estudado lá no começo do ano e talvez estivesse matriculado ainda. Ela olhou o Japa de cima a baixo, como se tentasse lembrar-se dele, por fim fez uma careta e nos deixou passar. Fomos até a secretaria. Lá também havia um cartaz dizendo que não havia vagas. Perguntamos à moça da secretaria sobre vagas para o ensino médio, reforcei que ele tinha estudado no início do ano lá, mas que parou. A secretária insistiu que não tinha vagas, que estavam todas as turmas lotadas. Falei então que ele tinha uma medida protetiva proferida por um juiz de retorno à escola. Ela não entendeu. Reformulei, dizendo que um juiz havia determinado que ele frequentasse a escola e que se não tivesse vaga, eu precisaria de um documento da escola para mostrar que ele quer

estudar, mas a escola não tem vagas para oferecer. A moça da secretaria ficou me olhando de olhos arregalados por um bom tempo e, por fim, me disse para falar com a vice-diretora. Fomos até a sala da vice-direção com a secretária, as duas conversaram brevemente. A secretária saiu, e a vice-diretora nos pediu para entrar. Atendeu-nos muito bem. Falamos que precisávamos de uma vaga para o Japa voltar a estudar. Ela então perguntou que turno ele queria; o Japa respondeu que era pela manhã; ela disse que estava lotado e não tinha como. Perguntei para o Japa se poderia ser à tarde, ele disse que sim. Ela então falou que iria ver as possibilidades e saiu.

Falei para ele então como era importante não desistir e insistir no que queremos, depois de tantos “não há vagas” em bocas de pessoas e em cartazes, finalmente parecia que iríamos conseguir. A vice-diretora voltou já com o horário montado para o Japa e deu uma ficha de matrícula para ele preencher. No final, só faltaram alguns documentos que ele deveria levar na sexta pela manhã. Na mesma tarde, ele já poderia começar a frequentar a aula. Depois de tudo terminado, nos encaminhamos para a saída. Alguns jovens estavam circulando de mochila ou com livros, outros correndo, e ele ficou atento a toda movimentação. Ao sairmos pelo portão, com um ar de satisfação, ele me disse: “não acredito que tô voltando a estudar!”

Sexta-feira, 12 de abril de 2013

Magda Martins de Oliveira³⁰

Logo que cheguei ao PPSC, liguei para a casa de uma vizinha de MEL em busca de notícias. As últimas diziam dele chegando em casa sem roupas e machucado. Fui atendida por uma jovem que me respondeu: “eu não tenho notícias. Ele é só meu vizinho.”. A voz era sonolenta, e acabei pedindo desculpas pelo incômodo. Por volta das 9h30min, recebemos um telefonema do CREAS dizendo que uma assistente social do Hospital de Pronto Socorro (HPS) havia ligado, informando que MEL havia sido atendido. Contou que não sabia bem como MEL havia chegado lá; que ele estava liberado do atendimento e que precisavam apenas de um responsável para buscá-lo. Depois da notícia passamos a tentar desesperadamente o telefone da mãe, sem sucesso. A equipe do CREAS afirmou não ter condições de ir ao hospital naquele momento, pois não havia carro institucional disponível. Fiquei muito desconfortável com aquela situação. Sabia que não poderia fugir da responsabilidade de ir vê-lo. Cheguei ao Pronto Socorro e em minutos estava no quinto andar com a assistente social. Vi que havia alguém deitado numa maca no corredor quase em frente à porta, mas ela precisou dizer-me: “ele tá ali”. Aproximei-me de MEL, tendo ao fundo a voz da assistente social que repetia: “ele não pode ficar aqui.

³⁰ Pedagoga, Mestre em Educação. Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do PPSC/UFRGS.

Já tão reclamando”. MEL estava num sono profundo. Assustei-me com sua aparência. Tinha vestígios de sangue por todo o corpo e roupas. Olhar para ele era defrontar-me com a violência, com as misérias da vida. Toquei no seu rosto e o chamei pelo nome baixinho “MEL?”. Ele demorou um pouquinho, mas abriu os olhos e levantou a cabeça, exclamando meu nome. Deitou novamente. Não tinha energia para muito mais que aquilo. A assistente social convidou-me a entrar na sala para dar-me mais detalhes sobre o ocorrido. Nos documentos sobre o atendimento os registros diziam que MEL chegou de ambulância, por volta das 5h da manhã. Teve traumatismo craniano leve, mas precisava de alguns cuidados. Não poderia entrar em sono profundo por mais de uma/duas horas nesse primeiro dia. A sonolência poderia ser sinal de que algo não estava bem. Questionei, então, como haviam dado alta para o jovem. Ela respondeu que tentaram contato com a mãe porque, num primeiro momento, MEL afirmou ser menor de idade. Agora que sabiam que ele tem dezoito anos “estava liberado”. Ressaltei que isso não mudava em nada a situação do jovem. Ele precisava ser observado. Questionei como, nessas condições, ele havia sido liberado? A assistente social não tinha muito a me dizer. Pelo menos não coisas que justificassem o procedimento da equipe. Pelo menos não quando se está falando de alguém que te é importante. Não hesitei em dizer-lhe: “ele é um ser humano”. Ressaltei sua dificuldade, inclusive de voltar para casa. Certamente não tinha nem recursos para pegar um ônibus. Perguntei se eles alcançavam cartão de passagem para as pessoas em tal situação, e ela me deu uma resposta bastante evasiva: “às vezes temos, às vezes não temos”. Voltei ao corredor. Ela acompanhou-me. Provoquei MEL novamente a ficar acordado. Ele

reagiu e respondeu-me algumas coisas. A assistente social tentou “arrancar” de MEL o que havia acontecido para ter apanhado daquele jeito. MEL recusou-se a falar, mas, devido à insistência, tive de intervir e afirmar categoricamente que ele não queria falar sobre o assunto. Ela ainda complementou: “tu tá com vergonha da Magda?”. Minha preocupação era saber se ele estava realmente em condições de sair do hospital. Liguei para o CREAS e avisei que estava lá. A responsável perguntou se eu queria que providenciassem a saída do jovem de lá. Respondi que sim e que já tinha sido advertida de que ele estava liberado e que não poderia ficar ali no corredor. Em seguida, outra técnica do CREAS ligou e avisou-me que, em seguida, estariam no HPS. Tratei, então, de avisar a assistente social. Curiosamente, ela mostrou-se muito mais compreensiva e disse que eu poderia ficar ali com MEL o tempo que precisasse. Falou que talvez fosse importante incluí-lo no almoço. MEL cheirava a sangue. Misturado ao cheiro, muita sujeira, feridas no joelho e gemidos. Perguntei o que doía. Disse que a cabeça e o braço doíam mais. Contou-me que pediu ajuda para uma pessoa que passava na rua e foi essa pessoa quem chamou a ambulância. Desde que cheguei, MEL estava com os braços dentro da camisa. Vestia uma camisa polo e por baixo uma outra camiseta com o decote manchado de sangue. Visivelmente, MEL estava com frio. Seus pés estavam sem meias e sujos. O tênis estava ao lado da maca. Perguntei se ele não aceitaria fazer uma nova avaliação. Respondeu que não era preciso, queria apenas ir para casa. Falei que todos queríamos que ele estivesse em casa, mas as circunstâncias eram outras. Precisaria ter paciência. Sentei numa cadeira bem em frente da maca. Ao meu lado, uma senhora que estava ali acompanhando o marido em função de um acidente de trabalho. Ela estava aguardando o encaminhamento para um

albergue. MEL viu-a chegar e perguntou “voltou?”. Ela contou que mais cedo os dois haviam conversado bastante. Enquanto fiquei por ali, meus olhos não desgrudavam de MEL. Ele encolheu-se o que pôde. Em meio a gemidos, deitou de lado e pegou no sono. De quando em quando, ele abria os olhos e me olhava. Assim que me via, fechava os olhos e voltava a cochilar. Parecia querer certificar-se de que eu ainda estava por ali. Perguntei por várias vezes se seu braço não estaria quebrado. Queria poder levantar sua camisa, ver se havia outros ferimentos, mas não quis constrangê-lo. Em seguida outra assistente social veio falar comigo. Ela estava ainda tentando contato com a mãe e buscando informações sobre o endereço de MEL. Avisei-a que ele havia mudado de endereço. Ela parecia não ouvir o que eu dizia. Repetia o endereço antigo vez após vez. Mais ou menos uma hora depois, ligaram avisando que o carro do CREAS já estava a caminho e que uma educadora social acompanharia MEL até sua casa. Avisei a assistente social do HPS e pedi ajuda para que acordassem MEL. Questionei se não seria o caso de ele passar por nova avaliação. A assistente chamou um senhor que passava pelo corredor (um funcionário). Juntos, começamos a tentar acordá-lo. Ele repetia sonolento que queria ir para casa. Pedi que sentasse. O senhor ajudou-o a levantar da maca e colocou-o numa cadeira. Sentei ao seu lado. Pedi que colocasse o tênis, pois o carro já estava chegando e precisávamos descer. MEL tentou, mas não conseguiu. Mostrou-me os dedos machucados. Abaixei-me e calcei-o. Seu tênis estava encharcado. Queria poder protegê-lo daquela situação. Queria fugir dali, desaparecer. Enfim, MEL conseguiu levantar-se. Antes disso, o senhor voltou a perguntar-lhe se sentia náusea, e respondeu que “não”. Tinha dificuldades para andar. Em seguida, a educadora do CREAS chegou. MEL afirmou ter condições de indicar o cami-

nho até sua casa. Sabíamos que a mãe estaria no trabalho. Restava a tal vizinha. Durante todo o tempo, MEL manteve seus braços presos dentro da camisa. Mais do que uma defesa contra o frio, pareceu-me que estava assim mesmo: sem mobilidade, amarrado, com muita dificuldade para mover-se, para ir adiante. Incrível como os braços nos dão estabilidade, equilíbrio. Não poder contar com eles provoca uma sensação de que vamos tombar a qualquer momento; a ideia de que nosso corpo está vulnerável. Era assim que eu o percebia. Fiquei pensando quanto tempo ainda teríamos para tentar algo. Pedi a MEL que nos procurasse assim que melhorasse um pouco. Sabia que aquele pedido não fazia muito sentido naquele momento, naquela circunstância, mas era uma tentativa. Agradei aos céus por poder voltar para casa. Fui em direção à parada do ônibus, mas minha cabeça não se desconectava daquelas cenas. Aquele corpo, aquela meiguice, aquela juventude ali, tão machucada, tão dilacerada. Quando desci do ônibus liguei para a educadora social que o acompanhava. Eles estavam recém chegando na casa de MEL. Agradei por poder contar com ela. Ela agradeceu-me por ter ido ao HPS. Queria parar de pensar naquilo tudo: os joelhos feridos, as orelhas, os olhos, a cabeça raspada e o enorme curativo. Minhas roupas cheiravam a sangue. O cheiro parecia ter-se impregnado nas minhas roupas. Cheguei em casa e tomei um banho quente, mas a água não era forte o suficiente para levar minha angústia. Assim também aconteceria com MEL. Sempre que afirmava querer voltar para casa, completava: “quero trocar de roupa”. Talvez quisesse trocar muito mais. Talvez quisesse esquecer aquele incidente que estava marcado no seu corpo e na sua alma. Perguntava-me quantas vezes MEL já havia passado por aquela situação? Quantas vezes ele ainda passaria por aquilo?

Quinta-feira, 26 de maio de 2016.

Fernando Santana³¹

Anteriormente ao dia de hoje, precisamente ontem, eu havia feito uma fala em oficina³², perguntando quais adolescentes teriam o interesse de retornar à escola. O Junqueira foi um dos adolescentes que prontamente manifestaram o desejo. Depois de conversarmos, ele decidiu em que escola gostaria de estudar. Sua escolha usou como critério ter estudado nessa escola e morar perto dela. A partir disso, entrei em contato com a escola e obtive a informação de que havia a vaga. Passei a informação para o Junqueira, e disse que ele poderia ir até a escola, porque ela era perto da casa dele. Caso ele não conseguisse a vaga, eu iria até lá. Entretanto, essa combinação foi se “arrastando”, tanto por parte do Junqueira, que não ia até a escola, tanto quanto por mim. Era sabido que o simples encaminhamento de um adolescente pode ser pouco efetivo, todavia eu usei o caminho “mais curto” e me conformei com o fato de a escola ser perto de onde ele reside. O que eu também sei é da dificuldade que existe para um adolescente chegar e se apresentar na escola.

Para vencermos essa dificuldade, fomos à escola juntos.

³¹ Estudante de Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista do PPSC.

³² Oficina socioeducativa: É uma proposta que integra a metodologia de execução de Medidas Socioeducativas, do Programa de Prestação de Serviços à comunidade da UFRGS (PPSC). É um espaço onde os adolescentes iniciam seu cumprimento de medida. Esse espaço tem caráter semanal e prima pelo acolhimento dos adolescentes e por uma construção coletiva.

Marquei com o Junqueira na frente da escola, e antes mesmo de chegar, liguei avisando que estava chegando. Quando cheguei, ele não estava no local combinado, o que me causou estranheza, então liguei novamente. E em questão de minutos o avistei subindo uma lomba, sem camisa, era um dia quente, nos cumprimentamos, e chequei os documentos com ele: - Trouxe tudo, Junqueira? –“Sim, estou com a identidade, comprovante de residência e com o histórico escolar”. Documentação conferida, adentramos na escola, e antes mesmo de eu dizer para o Junqueira colocar sua camisa, ele mesmo já o fez e mudou o semblante, de descontração para um semblante sério. Ao chegarmos ao guichê da secretaria, fomos convidados a entrar na sala, o que me causou surpresa, pois não é sempre que sou tratado gentilmente ao buscar vagas na escola. Fomos recebidos com um sorriso pela secretária da escola. Agora estávamos reunidos: eu, Junqueira e três trabalhadoras da escola. Dirigi-me à secretária da escola solicitando a vaga. Ela me informou que havia a vaga e pediu todos os documentos. Ia solicitando um a um. Conforme ela ia solicitando os documentos, Junqueira ia repassando-os a ela. Quando entramos na secretaria, percebi que o Junqueira “encolheu” em certo sentido. Foi possível perceber o quão difícil pode ser para um jovem ir sozinho à escola. Após conferir todos os documentos, a secretária me pergunta o que eu era do Junqueira. Informei-lhe ser um educador que o acompanhava em atividades que ele desenvolvia na UFRGS. A secretária destacou que para fazer a matrícula do Junqueira, ele deveria estar acompanhado de um responsável. Respondi a ela que entendia a importância de a família participar desse momento, porém isso não poderia ser um empecilho para o adolescente ingressar na escola, e que seu pai trabalhava o dia inteiro e que ele não poderia comparecer na escola. Nesse

momento, a secretária desviou o olhar e, olhando para o adolescente, perguntou: - e a tua mãe? Ele timidamente respondeu que ela era falecida, e a secretária seguiu perguntando se não haveria outro responsável por ele, uma tia, uma avó. Junqueira disse que não, e que moravam somente ele, o pai e um primo. “Então, nesse caso, - agora a secretária olhava para mim - você vai ter que ir até o Conselho Tutelar e conseguir uma autorização te colocando como responsável do Junqueira”. Eu disse a ela que entendia, porém não concordava, e que essa era uma maneira de dificultar o acesso do adolescente à escola. Ela disse que também compreendia e que iria consultar a diretora sobre o assunto. Minutos depois, ela retorna com a resposta de que não teria outro jeito. Realmente eu teria que ir ao Conselho Tutelar. Solicitei a ela o telefone do Conselho e liguei na mesma hora, explicando a situação. O conselheiro me informou que a escola deveria fazer a matrícula do adolescente³³e que, qualquer dúvida a respeito, ele conversaria com a diretora da escola ao telefone. Repassei essa informação para a secretária, que novamente foi consultar a diretora e, minutos depois, retornou, afirmando que iria fazer a matrícula. Saímos da escola, e o Junqueira comentou: “achei que não iríamos conseguir”. Disse a ele que é assim mesmo, que não era “má-fé” das pessoas, mas que precisávamos estar atentos e lutar pelos nossos direitos.

³³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Terça-feira, 31 de março de 2015

Priscila Ferreira Lopes³⁴

Escrever sobre encontros com adolescentes em medida socioeducativa não é tarefa fácil. Sistematizar a complexidade de suas vivências nos exige muita implicação, delicadeza, e, claro, tolerância à frustração.

Conheci Ravi³⁵ em uma das unidades de internação da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE/RS)³⁶. Naquele momento, o adolescente Ravi encontrava-se privado de liberdade pela prática do Ato Infracional de roubo mediante ameaça a outro. Já eu estava ali com a proposta de realizar o Acompanhamento Juvenil (AJ) deste jovem, que ao me receber, demonstrou empolgação com a nova experiência.

O Acompanhamento Juvenil (AJ) é uma prática inspirada no Acompanhamento Terapêutico (AT)³⁷. Este dispositivo, através do encontro e do diálogo, busca promover um lugar de invenção

³⁴ Assistente Social e Residente - Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³⁵ Nome fictício.

³⁶ No estado do Rio Grande do Sul, a instituição responsável pela aplicabilidade judicial das Medidas Socioeducativas de internação e semiliberdade aos adolescentes que cometem alguma infração é a FASE/RS. "Criada pela Lei n. 11.800, de 28 de maio de 2002, em substituição à Lei 5.747, de 17 de janeiro de 1969, extinguindo a antiga FEBEM/RS". (FOPPA, 2013, p. 31)

³⁷ Segundo Cabral (2005), o Acompanhamento Terapêutico (AT) opera como um importante dispositivo da Reforma Psiquiátrica brasileira, visto que dialoga com o cuidado de pessoas que durante parte da vida foram excluídas e encarceradas dentro de instituições que produzem uma lógica de controle dos corpos.

e intervenção junto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. E com eles, possamos construir “processos de ressignificação social, com o território, a cidade, e suas relações”. (SZUCHAMAN E MATHIAS, 2015 p. 234)

Apesar de estarmos presos pelas grades da instituição, vamos permitindo por meio da imaginação circular pelos espaços da cidade. De repente, sou puxada pela mão para conhecer os territórios³⁸ de Ravi, que se manifestam da forma mais dura e impactante. Por vezes, sentia-me perdida, cega dentro das inúmeras “bocas” de tráfico relatadas por ele, que não se constringe ao revelar seu envolvimento com o tráfico de drogas, apresentando-o numa mistura de atos violentos pela busca de um pertencimento.

Neste processo, Ravi compartilhava angústias do que lhe era esperado ao sair da medida de internação. Em alguns momentos, trazia o tráfico de drogas como única possibilidade de sucesso, “com moto, força de arma e dinheiro”. Ao mesmo tempo, sabíamos que esses caminhos implicariam consequências que poderiam vir a interromper sua vida. Ele também dividia o sonho de trabalhar como cozinheiro, de morar com a namorada e terem filhos. Contudo, via-se distante destes desejos, devido a toda vulnerabilidade em torno de seu contexto social.

Este andar junto me demandava um corpo com fôlego, forte para sustentar e produzir desvios diferentes dos já vividos por Ravi. Com o tempo, o mesmo vai desfazendo-se do discurso do adolescente em conflito com a lei. Percebo esse movimento quando o vejo me esperando para o acompanhamento com um buquê de flores feito de papel, demonstrando muita timi-

³⁸ No caso dos jovens moradores dos bairros de periferia, o território, embora tenha o referente geográfico como componente simbólico de registro de um “lugar” social, ele bem pode representar zonas de reconhecimento e de identificação entre os indivíduos e os espaços vividos. (DIÓGENES, 2008)

dez ao me entregar. Agradeço pelo bonito presente e seguimos nosso acompanhar, que a cada encontro vai produzindo novas aberturas.

Nesta experiência, aprendo a fazer origamis em papel e também conheço o *funk* triste do MC Felipe Boladão. Segundo Ravi, este foi mais um jovem que teve sua carreira e vida interrompidas pela violência da favela. - *Bah, ele já estava casado, com filho e de repente foi morto.* Ravi estudou apenas até a 2ª série do Ensino Fundamental e pouco sabia ler, porém me ensinou a ler o mundo aos olhos dos jovens que vivem na vila.

Buscando preservá-lo de conflitos dentro da instituição, construímos junto com Ravi um lugar que lhe garantisse mais segurança. A partir disso, nosso acompanhamento ganhou novo cenário em outra instituição - ainda na modalidade de Privação de Liberdade - mas onde não convivesse com "contras do tráfico". Isso facilitou pensarmos de forma mais organizada seu processo de finalização da medida socioeducativa de Privação de Liberdade e ressignificar com Ravi e sua família novas possibilidades de cuidado.

Esse processo implicaria a mudança de território de moradia, devido ao risco de vida que corria. Mas como sair da vila onde nasceu? Pois lá guardava lembranças da infância, como a amizade dos que chamava de *cupinchas*. No entanto, alguns dos *cupinchas* com os quais conviveu já estavam mortos, e outros estavam traficando entorpecentes; pouquíssimos, tiveram outras possibilidades de vida.

E a vida novamente se faz pulsante ao estender-se pela cidade...

Ao chegar à Faculdade de Educação (FACED), dirijo-me para a fila do elevador que dá acesso à sala do Programa de

Prestação de Serviço à Comunidade (PPSC/UFRGS). Do final da fila, avisto Ravi. Faço sinal, e este vem ao meu encontro, em liberdade damos nosso primeiro abraço.

Pergunto como foi o final de semana, responde que voltou em seu antigo território de moradia, estando presente no tiroteio que aconteceu por lá. Ao narrar mais detalhes, percebo que Ravi estava muito agitado, então, como forma de preservá-lo, convido para sentarmos em um lugar mais reservado no pátio da Universidade.

Ravi continua:

Foi força de tiro, mataram o pitu traficante do postão e agora quem irá assumir é o braço direito dele... Teve um cara que morreu com quinze tiros e o pitu dono da boca morreu com sete tiros. Chegaram uns caras num carro branco dizendo que eram da polícia e já começaram a atirar. Na hora saí correndo, era força de tiro PAPAPAPA (Ravi levanta e encena).

Reajo de forma assustada, em choque. Impossível não reagir de outra forma, pois colegas da Residência que fazem campo no posto de Saúde desta vila presenciaram um cenário de guerra, pessoas feridas e mortes, fatos repercutidos pela mídia. Ressalto minha preocupação e que precisávamos compartilhar com a equipe do PPSC. Ravi concorda. Convido uma das colegas para conversar conosco, e ele rapidamente já expõe o ocorrido. Confesso que foi muito difícil para ambas acompanhar todo o itinerário narrado por ele, revelando de forma confusa sua circulação por diversos territórios da cidade. Sugerimos que de-

senhássemos em uma folha de ofício suas andanças para que pudéssemos vislumbrar com ele novas perspectivas.

Mais tarde, Ravi nos informa que precisava ir embora para pagar os parceiros do tráfico, pois se atrasasse, lhe cobrariam juros. Mencionamos que estávamos preocupadas se saísse daquela forma, e o ideal seria comunicar seus familiares. Então, convencemos Ravi a avisar sua família do que pretendia fazer e o horário que retornaria para casa.

Pergunto se posso acompanhá-lo até a parada de ônibus, e ele aceita. No caminho, resolvemos passar pelo Parque da Redenção. Ao chegarmos, ficamos próximos ao lago, e Ravi começa a jogar pedras na água. Neste simples ato de brincar, relembra da infância e das tardes de calor quando tomava banho naquele lago com amigos. Em seguida, ficamos em silêncio, observando a natureza, onde noto que enfim ele se acalma. Sugiro que volte para casa, mas ele se mantém firme em sua tarefa. Sobre minha fala para que tenha cuidado, Ravi me promete que voltará ao próximo atendimento.

Das bonitezas à dor da perda

No encontro seguinte, Ravi chega antes do horário combinado. Traz consigo toda alegria em forma de sorriso, vindo acompanhada daquele forte abraço. Refere que nossas conversas estão lhe fazendo mudar, mas a expressão do seu rosto denunciava que a vida não andava tão fácil.

Aconteceram coisas que estão me fazendo pensar. Recebi a notícia da morte de mais um cupincha, daí fiquei bem abalado e resolvi parar com tudo. Também briguei feio

com a minha namorada. Agora fico só na casa da minha avó.

Entre alguns movimentos, conta que estava indo ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), como também ao grupo de profissionalização para adolescentes em outra instituição. Em seguida, abriu seu perfil em uma rede social e mostra algumas fotos dos seus familiares. Seguiu falando com entusiasmo da avó, tios e primos. Logo, pediu minha opinião se deveria tirar o *status* de relacionamento sério, já que estava brigado com a namorada. Respondo que seria bom esperar, pois ainda está abalado, e a melhor forma de resolver é conversando pessoalmente.

Ao finalizar nosso atendimento, falo que não estaria presente no próximo encontro, pois teria meu eletivo da Residência em São Paulo/SP. Ravi diz que sentirá falta da nossa conversa, mas garanto que outro colega estaria à disposição para conversar com ele. O mesmo concorda e no ato chamo o colega para compor a cena. Afasto-me, aproveitando para deixá-los à vontade e já preparar nosso chá, sempre presente nas tardes de acompanhamento. No fim, acompanho Ravi até Avenida João Pessoa.

Nosso encontro se encerra com Ravi me desejando boa viagem, seguido de um abraço. Desta vez, não me deixando com a sensação que seria nosso último encontro...

Uma semana depois, retorno de viagem, mas não encontro Ravi na sala do PPSC. Pergunto aos colegas se o mesmo apareceu durante a semana passada, e estes me respondem que não. De imediato, me dirijo ao telefone em busca de no-

tícias. Após inúmeras tentativas, consigo contato com sua avó, que conta que o neto saiu de casa depois da ligação de um menino que conheceu no período que ficou internado na FASE. Esse menino teria lhe convidado para arrumar sua casa que destelhou após um forte temporal e em troca conseguiria um trabalho para Ravi.

A avó tentou impedir sua ida, mas Ravi não a escutou. A avó relata que naquela mesma semana teria tido um último contato telefônico com o neto, em que este dizia estar em um bairro distante da cidade, preocupando a todos. Com isso, sua família se mobilizou em buscar Ravi pelas redondezas a qual ele teria informado, mas sem sucesso.

Posteriormente, entro em contato com outros serviços que também acompanhavam Ravi, que estavam preocupados com seu desaparecimento e dispararam fotos pela rede de Abordagem Social, assim como orientaram sua família em registrar Boletim de Ocorrência.

Para mim, receber esta notícia foi tocante. Senti-me completamente impotente. Como me concentrar em outras coisas? O tempo parece ter parado para os que conheceram Ravi. Uma sensação que se assemelhava ao próprio tempo de Porto Alegre naquele momento, não víamos a luz do sol, e o céu nublou.

No dia primeiro de novembro, em um domingo destes cinzentos, meu telefone toca, era a mãe de Ravi me trazendo a triste notícia de sua morte...

Ao entrar no cemitério onde Ravi seria enterrado, somos informados que enterros assistenciais acontecem bem no final do cemitério. No percurso até o funeral, avistamos lápides com

fotos, flores e nomes completos de pessoas já falecidas. Conforme íamos passando pelos extensos corredores, sentíamos o cemitério empobrecendo. Até que de longe, avistamos um grande campo, remetendo um cenário de vítimas da guerra. Agora encontramos somente terra vermelha com muita cruz identificada apenas por números, uma ao lado da outra.

Ao nos aproximar da pequena capela onde Ravi estava sendo velado, somos recepcionados com abraços seguidos de gritos desesperados de adultos e crianças. Ao entrar na capela, foi difícil segurar as lágrimas. Vendo agora o corpo de Ravi vestido apenas em um saco branco dentro do caixão, em contraste com a lembrança daquele adolescente cuidadoso com suas roupas e pulsante em vida.

Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até cabelos; se falarmos, não nos escutarão - e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e se quisermos mantê-lo devemos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos (LEVI, 1998, p.25).

Com bravura, esse jovem lutou por vida, mas a desventura dos caminhos de armadilhas que se apresentam no mundo de violação dos adolescentes e jovens foi maior. A história de Ravi tem como intuito de auxiliar na desconstrução de mitos ainda presentes no imaginário social atrelado à juventude e à criminalidade. Na verdade, sua morte nos põe em responsabilidade a essa grande dívida social que há séculos insiste a nos cutucar.

Seguindo esse raciocínio, verificamos que a expansão da vitimação juvenil se encontra ainda invisível aos olhos da sociedade, no sentido de não produzirem manifestações públicas para reversão do cenário atual. O que vemos é apenas uma mídia propagando de forma reducionista e agressiva, culpados pelo aumento nos índices de criminalidade e não evidenciando que adolescentes e jovens são mais vítimas de homicídios do que causadores, muitos destes decorrentes de conflitos travados entre polícia, ou disputas entre quadrilhas vinculadas ao narcotráfico, Fraga (2004).

Quando mais essas vidas parecem frágeis diante da máquina-mundo, mais difícil de escutar. É preciso inventar um encontro, entre tantos desencontros na vida – na dos jovens e na nossa. Nem vítima, nem bandidos. Os números indicam-nos algo maior que a interioridade de cada um: os jovens que mais morrem são do gênero masculino, de 15 a 24 anos, negros e de bairros pobres. (CARVALHO, 2012, p. 79)

Sigo com dor, em meio a outros tantos corpos invisíveis, mas não deixando de ressaltar que este jovem desejava outro possível para si, para além de um número em uma lápide. E com certeza não foi este número.

Guardarei nossas boas prosas e voltas de balanço no Parque da Redenção, onde neste brincar fomos costurando nas miudezas das palavras pedacinhos do seu vivido. Ficará guardada na memória nossa ida à lancheira do parque, acompanhado daquele suco de abacaxi que tanto gostava. Em um local famo-

so da classe média, conhecido pela diversidade e que, mesmo nele, Ravi se deparava com olhares excludentes.

Referências:

CABRAL, Károl Veiga. **Acompanhamento terapêutico como dispositivo da reforma psiquiátrica:** considerações sobre o *setting*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

CARVALHO, J. D. **Mergulho de uma psicologia no acompanhamento juvenil:** uma clínica porvir? Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

FRAGA, Paulo C. Pontes. **Política, isolamento e solidão:** práticas sociais na produção da violência contra jovens. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. (Org.) **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 81-103.

Levi, Primo L644e **É isto um homem?** / Primo Levi; tradução de Luigi Dei Re. - Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

NIETZSCHE, F. W. **A gaia ciência:** tradução notas posfácio Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SZUCHMAN, K e MATHIAS, F.R.O. O acompanhamento juvenil como ferramenta no percurso de formação em saúde mental. In: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. **Socioeducação:** fundamentos e práticas. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

Quinta-feira, 28 de abril de 2016

Thaís Saraiva Goulart³⁹

Daniel é um nome que vai ficar marcado em mim e, quando eu pensar na minha trajetória dentro do PPSC, sempre será o primeiro a ser lembrado (com saudades) e usado como exemplo. O adolescente que carrega esse nome foi o primeiro que eu tive a oportunidade de acompanhar, do início ao fim da medida socioeducativa, participando de tudo que o envolvia dentro do Programa. Abri a porta para recebê-lo quando veio pela primeira vez e a fechei depois que ele disse “então é isso, acabou, né?”.

Quem conviveu com ele sentiu as boas vibrações que ele passava: aquele “oi” meio tímido, mas acompanhado de um sorriso enorme. Quando conheci o Programa e me candidatei para a bolsa, pensava que os adolescentes com quem eu iria conviver/lidar eram como o que falam sobre adolescentes em conflito com a lei: rebeldes, sem limites, antissociais, etc. Porém, o sorriso do Daniel me fez ver que as coisas não são exatamente assim, ele me fez desconstruir todo o estigma e pré-conceito que eu trazia, fazendo com que eu o enxergasse e enxergasse os demais adolescentes que aqui passam com outros olhos: mais sensíveis, compreensíveis e disponíveis.

Conquistei a confiança do Daniel aos poucos, até o dia em que em uma oficina socioeducativa, em uma conversa des-

³⁹ Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Bolsista do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade.

contraída, ele me disse: “minha namorada tá grávida”. Acredito que sejam nos pequenos gestos e, principalmente, em momentos que tu não espera que muita coisa aconteça é quando os adolescentes te mostram que eles te botaram em um posto de referência. Para mim, esse foi um desses momentos bem simbólicos, em que ele resolveu se abrir e me contar algo que ele não precisava contar, só pela intenção de compartilhar comigo, sem esperar nada em troca. Foi a partir desse momento que eu consegui estabelecer um vínculo maior com ele.

Sentei para conversar com o Daniel diversas vezes durante os cinco meses em que estive no Programa, seja para saber como ele estava em relação à vida, à paternidade, à escola, ao trabalho, seja para “dar bronca” pelas faltas. Sempre achei incrível o modo como ele me olhava enquanto eu estava falando alguma coisa, qualquer que fosse. Podia sentir que ele me levava a sério e eu achava até um pouco engraçado, já que sou apenas três anos mais velha do que ele. Não que ele não precisasse me levar a sério, mas, sabendo que temos quase a mesma idade, ele poderia me ver diferente, porém, ele entendia meu trabalho e o respeitava, me fazendo, dessa forma, assumir meu papel como educadora dentro do Programa, como alguém influente e que está sujeita a servir de referência o tempo todo.

Durante esse percurso, tenho certeza de que ele e eu criamos um laço forte, mas ninguém dizia nada, só sentíamos. Eu sei que ele encontrou algo que gostou em mim, porque quando chegou, conheceu outros integrantes da equipe, mas toda vez que vinha aqui e eu não estava, por exemplo, perguntava de mim ou quando precisava dar algum recado, pedia para que a mãe ligasse e falasse diretamente comigo. De novo, é nessas pequenas atitudes que conseguimos nos dar conta do valor

que temos para esses adolescentes e do quão importante é nosso trabalho. Toda vez que alguém dizia “Daniel veio aqui e perguntou de ti” ou “Thaís, a mãe do Daniel quer falar contigo!”, eu me sentia completa, tendo a certeza que estava no caminho certo. Certeza essa que nós, trabalhando nessa área, raramente temos.

Envolvi-me em algumas questões em relação à vida do Daniel e apesar de saber da nossa ligação, nunca me senti completamente à vontade de dizer “cara, tu é sensacional, e eu aprendi muito contigo”. Então, chegou o dia em que ele assinou a última presença no Programa, ou seja, ele ia nos dizer adeus (ou até logo). Incomodei-o o tempo todo, para que viesse cumprir a medida, principalmente quando faltava pouco para acabar, mas, sinceramente, eu não queria que acabasse, não queria ter que fechar a porta quando ele saísse “pela última vez”.

Infelizmente, chegou o dia. Ele sentou para responder o questionário sobre o cumprimento da PSC, e eu sentei para escrever um recado atrás de uma montagem de fotos que fiz dele nas oficinas. Olhava para ele, enquanto ele reclamava que não sabia o que escrever e, ao mesmo tempo, não encontrava palavras para tudo o que eu queria dizer. Então, apenas escrevi agradecendo a oportunidade que ele nos deu de fazer parte de sua história e ter nos ajudado a construir a nossa, ressaltando que ele faz parte da equipe do PPSC e que dele só sentiremos saudades.

Entreguei a montagem de fotos, ele a olhou com aquele sorriso que sempre me encantou e disse “foi tu que fez, né? Só pode ter sido tu!”. Não leu na hora o que escrevi, mas disse que leria enquanto ia para casa. Nesse momento, houve um silêncio, mas um silêncio cheio de sentimentos. Daniel parou de

sorrir, mas continuou me olhando e, então, da boca dele saíram as palavras que deram sentido a todos os movimentos que eu fiz em relação a ele e a todas as conversas preocupadas: “Muito obrigado por tudo, Thaís!”. Para fechar, abriu os braços e me deu um abraço forte, não como quem diz adeus, mas como quem te reconhece, dando ainda mais sentido a tudo que passamos nesses cinco meses.

Depois de dizer “tchau, te cuida, mas volta quando puder!”, fechei a porta e chorei. Chorei porque é incrível e, ao mesmo tempo, estranho fazer parte da vida de uma pessoa por tão pouco tempo, ela se tornar tão significativa e de uma hora para outra, tu ter que “deixar ela ir” para que outra venha e tu reinicie todo esse processo com ela.

Trabalhar no PPSC e *estar com* esses adolescentes é uma experiência que eu não consigo explicar com palavras o quão importante está sendo na minha vida. Por mais que momentos difíceis aconteçam, que eu me questione sobre o meu papel, sobre minha disposição e limitação em lidar com algumas questões, a parte positiva, que é toda essa troca, só me dá forças para continuar nessa caminhada. Todo o dia precisamos lidar/lutar com/por alguma coisa, entretanto, no final das contas, quando tu recebe um abraço forte da pessoa pela qual tu te desdobrou para ajudar, tu sente que tudo valeu a pena, do início ao fim.

Quarta-feira, 3 de agosto de 2016

Luiza de Oliveira Nascimento⁴⁰

Acompanhei o adolescente Daniel⁴¹ desde que ele entrou no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC) da UFRGS até a conclusão de sua medida. Durante quase todo esse período, fui uma de suas “orientadoras” no Setor Audiovisual, setor de trabalho para cumprimento da medida de PSC oferecido pelo programa. Porém, também me aproximei dele para pensarmos em algumas de suas “demandas” (também produzidas pelo que ofertamos enquanto política pública) para além da medida. Motivado pelas nossas perguntas indutoras, Daniel demonstrava interesse em estagiar, enquanto estudava nona EJA no turno da noite.

A questão do trabalho, com frequência, toma conta de meus pensamentos, pois, dentro das poucas condições de possibilidades, ou seja, do “leque” pouco ampliado de opções dos adolescentes que são atendidos pelo programa (geralmente guris da periferia), parece que existem apenas dois tipos de atividades laborais que se destacam: o trabalho arriscado e ilegal do tráfico (a “correria”, como se costuma dizer) e os trabalhos menos valorizados socialmente, em que os guris precisam abrir mão de suas formas de se vestir, de suas linguagens, de seus modos de ser para se adaptar ao que a “sociedade” pede

⁴⁰ Estudante de Psicologia da UFRGS e estagiária do grupo de extensão e pesquisa Estação Psi. Ex-estagiária de psicologia no PPSC/UFRGS.

⁴¹ Nomes fictícios.

que eles sejam, em um tipo diferente de “correria”, já que não raramente são trabalhos que envolvem exploração da mão de obra. Desde que assistimos, em uma atividade do setor, o documentário *Mestres do Viaduto* no ciclo de cinema “Cultura de Periferia” da Sala Redenção, filme que aborda relatos sobre a cultura hip-hop e a carreira dos MCs em Belo Horizonte, tenho refletido sobre o *entre* essas duas possibilidades mais óbvias de projetos de vida que aparentam ser únicas. Que outras alternativas existem (além da carreira musical do hip-hop) nas quais se possa habitar a cidade? Que outros espaços existem? Que outras opções de geração de renda existem em que se possa exercer a alteridade? Que repertórios de possibilidades podem ser criados a fim de aumentar esse “leque”? Que outras formas de se relacionar com o outro podem ser experimentadas que não seja a relação de medo ou a relação de subordinação?

Antes de contar essa história (ou melhor, essa versão da história), acho importante localizar brevemente de onde vem o meu olhar que produz tal discurso. Atualmente, sou estudante do curso de Psicologia - diurno (me é possível ter tempo para estudar e estagiar, sem a necessidade de trabalhar em mais um lugar para me sustentar) e faço estágio no Estação Psi, grupo de extensão do Instituto de Psicologia que tem como principal campo de intervenção o PPSC. Esse estágio está vinculado à ênfase de políticas públicas e psicologia social, a qual é, digamos, a psicologia mais “crítica”, no sentido de que coloca em questão, muito mais do que as outras vertentes, os saberes/práticas/instituições que nos subjetivam. A partir do pressuposto de que não existe neutralidade, nem verdades únicas sobre os diferentes modos de vida, tentamos colocar em prática o exercício de pensar - no nosso lugar - em relação àquilo que estamos implicadas/os em nosso trabalho, em relação ao que escrevemos e

ao que produzimos a respeito de outras vidas, mas que também diz de nós. Assim, enquanto penso na “questão do trabalho”, também penso enquanto agente do Estado, que atua em uma política pública que, querendo ou não, pensa nos riscos de reincidência e busca, de alguma forma, proporcionar uma ampliação do “leque” de condições de possibilidades que possa mudar o rumo das coisas, mesmo que sutilmente. Quando eu tinha 16 anos, meu “trabalho” era só o do colégio, era estudo e produção de “invenções de moda”, como diriam meus avós; era estar com os colegas e estar em casa, era habitar espaços como o teatro, as praças ou o *shopping*. Ninguém me olhava torto por apenas “estar” em um local público ou por achar que vou roubar alguma coisa. Assim, mesmo que eu esteja aqui tentando problematizar sobre os trabalhos possíveis para os guris, há uma problematização talvez anterior, que não aprofundarei aqui, sobre o porquê pensamos principalmente em trabalho (ou cursos técnicos profissionalizantes) como dispositivo “ressocializador” do adolescente em conflito com a lei, e tampouco pensamos em uma graduação na universidade pública, por exemplo.

Voltando ao Daniel, em meados do mês de junho, ajudei-o a construir um currículo, mapeando interesses e experiências pelas quais já passou. Conversando sobre as coisas que gostava de fazer, lá pelas tantas, ele me disse que gostava de cortar cabelos, que cortava o seu e os de seus amigos. Assim, desviamos um pouco da tarefa de montar o currículo, considerando também que ele não tinha nenhuma experiência extracurricular, e fomos pesquisar quais cursos de corte de cabelo existem em Porto Alegre. Lemos juntos as descrições dos cursos do primeiro *site* que apareceu na pesquisa do Google, e Daniel demonstrou interesse no curso de barbeiro, inclusive criticando o corte de um homem que aparecia na foto da descrição, provando

sua apropriação: “bah, esse corte não tá legal, ficou diferente aqui, olha”. Liguei para a escola de profissionalização na área de embelezamento e falei com a vendedora do curso de “Barbeiro Academy Hair”, que nos passou informações sobre o funcionamento e os valores (mais de R\$ 2.000,00). No início, com dificuldades de dizer para quem era o curso, havia dito que ligava porque um “amigo” tinha interesse. Porém, quando ela me disse o valor, arrisquei lhe contar que, bem verdade, era para um adolescente que participava de um programa no qual trabalho etc., e que queria saber se existia a possibilidade de conseguir uma bolsa para o Daniel, visto que era um custo inacessível para ele. Para minha surpresa, ela não mudou seu tom de voz de vendedora, continuando a me tratar de forma prestativa e querida, e passou-me o e-mail da gerente, dizendo que existia sim essa possibilidade. Elaborei um e-mail sucinto, com dúvidas sobre o quanto eu entrava em detalhes sobre o PPSC, pensando que talvez fosse melhor deixar mais implícito que se tratava de adolescente em conflito com a lei. Mandei para a Magda revisar e enviar para a gerente, e ela ampliou a minha escrita e decidiu esclarecer tudo sobre o nosso trabalho, deixando pouco espaço para dúvidas. Depois, Magda contou que também se indagou sobre tal clareza, mas resolveu explicar tudo, já que teríamos que falar sobre isso de qualquer forma. Dentro de alguns dias, recebemos uma resposta maravilhosa:

Boa Tarde Magda,

Que belo trabalho vocês fazem com estes jovens. A escola apoia este tipo de trabalho e disponibiliza algumas bolsas todo ano para auxiliar nestes projetos. Tenho alguns alunos de ONGs e abrigos estudando conosco e é gratificante ver o

entusiasmo deles e crescimento. Ainda tenho duas bolsas para este ano e ficamos felizes em poder ceder uma delas ao Daniel.

Ele sendo de menor, preciso de uma responsável, pode ser alguém do projeto ou um familiar dele, para assinar o contrato do curso e ser o responsável dele aqui no Instituto. A partir de segunda-feira, estarei aguardando vocês, só me informa o dia certo que vocês virão e verificaremos uma turma para incluí-lo.

Atenciosamente

Em uma manhã, havíamos marcado de procurar locais de estágio, porém, após receber a resposta da escola de cabeleireiros, desviamos da rota inicial e fomos conhecer a escola e marcar um dia de retornar com a sua mãe, que assinaria o contrato do curso. Logo que encontrei o Daniel e perguntei o que ele tinha achado da novidade, ele respondeu “não sei”, em um tom um tanto desanimado. Conversei com uma colega de estágio sobre isso e pensamos que não deve ser tão fácil assim... Os guris recebem muitos “nãos”, e receber um “sim” também acaba gerando uma angústia por ter de se envolver com um compromisso novo, uma experiência diferente e inesperada. Ao invés de exigir uma empolgação dele como a que eu estava, tentei lhe confortar nessa não-zona-de-conforto, dizendo que estarei lhe acompanhando, que podemos sempre conversar e avaliar juntos como está sendo a experiência para ele. Também o relembrei sobre o valor da bolsa, o que pode ter significado pressioná-lo de alguma forma... Ao longo da manhã - durante as caminhadas que direcionavam para um fim, mas que também têm um

fim em si mesmas, nesse duplo acompanhamento, nesse outro tempo que é andar pela cidade - ele foi dando pistas de que se empolgava com a ideia. Disse-me que “tem que aproveitar essa oportunidade, né?”, e que a amiga de sua mãe é proprietária de um salão e que ele vai pedir pra já ir trabalhando lá com ela. Daniel também foi apontando barbearias que encontrava pelo caminho, observando o movimento desses estabelecimentos.

Chegando na escola, a vendedora que havia falado comigo no telefone e a gerente nos receberam muito bem e nos apresentaram todo o estabelecimento. Daniel ficou assustado com o fato de só ter alunas mulheres naquela manhã, mas a vendedora lhe explicou que o curso de cabeleireiro é geralmente procurado mais por mulheres, diferente do de barbeiro, o qual ocorre nos turnos da tarde e da noite, e tem a maioria de alunos. O fato de Daniel ter ficado preocupado com a possibilidade de habitar um lugar que pertence aparentemente a uma maioria de mulheres não é surpreendente, mas acho importante explorar um pouco os porquês. Os critérios historicamente construídos que classificam e impõem a divisão sexual do trabalho em determinados contextos e formações histórico-culturais conduzem ao fato de que existem tarefas atribuídas mais às mulheres e tarefas que são geralmente atribuídas aos homens. As ocupações “destinadas” às mulheres são comumente menos valorizadas socialmente, enquanto as dos homens têm forte reconhecimento social. Concomitantemente à hierarquia laboral e à divisão sexual do trabalho, há valores específicos associados às práticas consideradas “femininas” e às consideradas “masculinas”, que contribuem para que exista a profissão de barbeiro separadamente da profissão de cabeleireiro, sendo duas atividades com técnicas e objetos de trabalho praticamente análogos, mas com histórias provavelmente muito distintas e cons-

truídas e embasadas nesses diferentes valores. Retornando ao aspecto sobre o reconhecimento social, vale ressaltar que, mesmo assim, os melhores cabeleireiros são considerados homens; assim como as atividades da cozinha são atribuídas como uma das funções domésticas da mulher em nossa sociedade, mas os considerados maiores “chefs” do mundo são de grande maioria homens (e o mesmo vale para o espaço literário). Diante disso, e, contudo, pode ser “natural” que um guri sinta, de alguma forma, que a sua masculinidade está sendo ameaçada ao ocupar a mesma posição de uma mulher. Certo dia, Henri, colega de setor de Daniel, também comentou que não lava a louça porque é “coisa de mulher” (o que eu pensava já ser algo superado).

Também é preciso pensar no que significa para o Daniel ser um cabelereiro ou barbeiro, já que existem distintas definições dessa prática que estão relacionadas a diferentes condições sociais de origem e espaços de inserção social das trajetórias singulares... Para Daniel, o “cabeleireiro de homem” também precisa saber fazer mechas ou luzes e tem uma determinada concepção estética, talvez diferente dos valores que serão ensinados durante o curso, lembrando que as técnicas lecionadas nunca são “neutras” (ainda mais se tratando de tendências da moda, da constância do que é considerado bonito ou feio). Um cabeleireiro ou barbeiro do bairro Moinhos de Vento, por exemplo, provavelmente estará suscetível a diferentes padrões de gosto do que se concebe como “beleza”, podendo, inclusive, estar vinculado a níveis mais amplos do mercado estético, como aqueles que correspondem às influências internacionais, enquanto que um cabeleireiro ou barbeiro da “vila” pode ter um processo completamente diferente de capturas conforme a dinâmica daquele espaço, o qual também tem as suas singularidades. As celebridades

adotadas como referências serão umas em um lugar, outras no outro lugar. Mesmo que um determinado padrão que consegue se impor como dominante (já que, por definição, há múltiplos critérios que estão em contínua disputa) atravesse tantos “mundos”, há variações e modelos que escapam nas diferenças mais sutis, como a concepção estética de um corte de cabelo.

Assim, o que parece estar em jogo nessa situação, para além dos aspectos individuais do Daniel, são os critérios sociais que definem e hierarquizam o significado social de determinadas práticas laborais e que produzem os correspondentes códigos culturais norteadores das disposições para “gostar de algo”. E podemos pensar que os critérios e valores sociais que definem a profissão de barbeiro também atravessam, de certa forma, o trabalho no tráfico, o qual tem uma dinâmica e ética próprias mas que também implicam valores considerados “masculinos” como a “honra”, sendo um espaço pouco vivenciado por mulheres, assim como as barbearias.

Voltando para a nossa visita à renomada escola, uma coisa que achei muito interessante é que tem um setor pedagógico, onde ele poderá reportar dúvidas e também combinar de refazer as aulas de conteúdos que achar mais difícil de aprender. O curso iniciará em setembro e terá duração de 4 meses (1 aula por semana). Daniel ganhará as apostilas e as camisetas (uniforme do curso), porém, terá de comprar alguns materiais de uso pessoal (a escola empresta os mais caros, como máquinas e secador de cabelo). Fizemos um levantamento de quanto custariam esses materiais ali na loja da própria escola, e ficava um pouco menos de R\$100,00. Perguntei se seria algo que sua mãe ou seu pai conseguiriam lhe ajudar, e ele acreditava que sim.

Daniel ficou especialmente fascinado pelas máquinas de cortar cabelo expostas na loja, mais tarde, descobri que sua mãe ia lhe comprar uma máquina antes mesmo de o Daniel lhe contar sobre o curso.

Depois da visita, tomando os desvios e a sobra de tempo de nossa manhã, perguntei se ele gostaria de conhecer a Casa de Cultura Mário Quintana, pois era ali pertinho. Foi um momento muito bom, pois ele não conhecia e topou subir as escadas “de boa” (Daniel costuma reclamar para fazer esforços físicos, mas, bem verdade, é superdisposto a participar de tudo), conhecer as salas de exposição e o jardim das banheiras. Em um dos andares, Daniel parou para ler as placas que indicavam o que havia nos corredores enquanto eu avançava, e ele disse “perai, perai!”, para terminar de ler, pois algo havia lhe chamado a atenção. Caminhando por um dos corredores, eu procurava a sala da Elis Regina sem lhe dizer, e, quando achamos, ele disse, para minha surpresa, “ah, era isso que eu tava procurando! Meu pai gosta dela.” Coloquei uma música para tocar no meu celular e olhamos as fotos dela, conversando sobre a vida e morte da cantora.

No caminho de volta, começou a chover, “tu não gosta de tomar banho de chuva, Luiza?”, ele perguntou-me, não mudando seu passo enquanto eu corria quase na mesma velocidade de sua caminhada. Falamos sobre como havia sido na escola, “não sei se vou conseguir aprender só uma vez por semana”, concordei que também achei pouco tempo, mas que tudo que ele não entendesse ele poderia repetir a aula, como a moça havia nos explicado. Ele também falou sobre as “frescuras” que vão ser ensinadas no curso, uso de toalhas quentes etc., o que

remete à questão de gênero e à questão das sutis diferenças entre os barbeiros das partes periféricas e os das partes nobres da cidade antes comentadas, e ao que respondi que é também essa diferença no tratamento de clientes que permitirá que ele cobre mais pelo seu trabalho (“e é disso que vale a profissionalização, não é?”). Chegamos no PPSC, entreguei o TRI para o Daniel, ele conversou um pouco com quem estava ali e foi embora.

Na semana que se seguiu, Daniel retornou ao PPSC com a sua mãe para fazermos a avaliação final sobre o cumprimento da medida e, depois, refazermos o percurso até a escola de cabeleireiros para a realização da matrícula e assinatura do contrato do curso. A mãe ressaltou o interesse de Daniel em cortar cabelos, dizendo: “ontem, tinha uma fila de 6 guris lá em casa pra ele cortar os cabelos!”. Eu e Ana (psicóloga do PPSC) conversamos mais formalmente com a gerente sobre o Programa e lhe entregamos dois livros do PPSC, enquanto Daniel e a mãe realizavam a matrícula. A gerente nos contou que a bolsa do Daniel era a última deste ano, mas que ela recebe várias bolsas no início e no meio do ano, ficando à disposição para uma possível parceria.

Terça-feira, maio de 2015

Alex Vidal⁴²

É uma tarde chuvosa em Porto Alegre, chego na FASE⁴³ de ônibus e enquanto tento desviar meus pés das poças d'água, me pergunto como deve estar Leonardo depois de ir para ICPAE⁴⁴.

Leonardo é um jovem de 15 anos que estava preso na FASE há mais de um ano. Nossos caminhos provavelmente nunca teriam se cruzado, se não fosse pelos seus pais. Ele era acusado de um duplo homicídio, ato infracional do qual alega ser inocente. Seus pais, com a mesma convicção, fizeram de tudo e mais um pouco para tentar provar a sua inocência. Mesmo depois de condenado em primeira instância, seguiram lutando para demonstrar a injustiça que estava sendo cometida. E foi a partir do barulho que fizeram dentro do sistema socioeducativo, que o caso dele chegou ao PIPA⁴⁵. Tanto uma técnica que atendia ele em ISPAE⁴⁶ na FASE, quanto a própria presidente da instituição, nos abordaram em diferentes momentos pedindo para darmos uma olhada no caso.

Foi assim que o G10⁴⁷ entrou no caso, para garantir a defesa de Leonardo. Ao revisarmos o caso, saltou-nos aos olhos

⁴² Doutorando em Educação. Historiador e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista no PPSC.

⁴³ Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul.

⁴⁴ Internação com atividade externa.

⁴⁵ Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei.

⁴⁶ Internação sem possibilidade de atividade externa

⁴⁷ Assessoria à Juventude Criminalizada.

a fragilidade das provas que o condenaram, contando inclusive com reconhecimentos realizados pelas redes sociais. Houve ainda um erro grotesco do cartório que, de forma equivocada, não aceitou o recurso da defesa constituída na época que havia protocolado uma apelação para a segunda instância no último dia. O cartório errou as contas do prazo para a apelação e disse que o tempo já tinha expirado, o que estava matematicamente incorreto. Sendo assim, Leonardo não teve direito a apelar da sentença do juiz de primeira instância. As ilegalidades foram muitas e não vou aqui discorrer sobre elas por entender que o foco deste relato é outro, assim como também não vou entrar no mérito se ele era ou não inocente, mas é importante que este contexto da prisão do Leonardo seja conhecido pelo leitor.

Como defesa, atuamos principalmente na execução da medida, que com muita dificuldade, depois de mais de um ano de trabalho, Leonardo progrediu da ISPAE para ICPAE. Esse relato conta minha primeira visita a ele em ICPAE e o primeiro contato com a nova equipe técnica.

Chego molhado na FASE, o tempo de espera para ser atendido é curto e logo sou encaminhado para conversar com a equipe técnica. Sento com dois técnicos, para os quais me apresento, juntamente com o PIPA e o G10. Conto sobre a defesa interdisciplinar e a nossa tentativa de tentar realizar um trabalho com uma visão mais integral do caso e assim tento justificar porque eu, um historiador, estou ali diante deles. Para o meu auxílio, chega outra técnica na sala que me reconhece e fala muito bem de um trabalho que realizei com jovens do CSE⁴⁸, o que me traz mais legitimidade para estar ali.

⁴⁸ Comunidade Socioeducativa é a casa da FASE para os jovens mais velhos e considerados de perfil agravado.

Então, finalmente, começamos a falar do Leonardo. Todos eles mencionaram o apelido que ele adquiriu depois de um tempo, “inocente”. – “Ah! O inocente” – diziam. Permite-me dar um meio sorriso, falei então um pouco de como realmente eram muito duvidosas as provas que condenaram o Leonardo e inclusive que as testemunhas se contradisseram e tal. Então veio aquele ar de “bah, coitado”, mas depois ressaltaram que não seria do nada que ele estava na FASE, alguma coisa havia. Foi uma conversa inicial interessante e importante para nos conhecermos. Os técnicos sugeriram que mantivéssemos contato e que estivéssemos em sintonia para a audiência. Falou que elaborariam o relatório em dezembro e que a audiência seria em janeiro, caso ele não tivesse nenhum incidente. Falaram que muitas vezes os guris têm alguma “recaída” próxima ao relatório, mas que não parecia ser “o perfil” do Leonardo.

Leonardo estava com um problema no olho e perguntei se ele já tinha recebido o colírio, disseram que sim. Também acertamos a vinda dele na UFRGS⁴⁹, conversamos um pouco em como se daria. Em princípio, ele viria uma vez a cada duas semanas, e este seria um espaço oferecido para que ele falasse das demandas dele e o que sentisse vontade, um espaço para pensarmos e construirmos a saída dele para o meio aberto ou a extinção da medida. Na primeira vez, eu iria pegá-lo na FASE e iríamos para a UFRGS juntos, de ônibus e, caso ele se sentisse seguro, na próxima vez faria isso sozinho (Leonardo quase nunca andou de ônibus, não está acostumado a andar sozinho, e a família acha importante que no início ele vá acompanhado, além disso, não conhece a região e nem o centro). Os técnicos gostaram da ideia e acharam positivo ele sair de lá um pouco.

⁴⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de terminar a reunião, fiquei conversando com a técnica enquanto esperávamos o Leonardo chegar. Ela me disse o quanto ele era comportado e tranquilo e que os monitores falavam que ele era certinho demais, ou seja, desconfiavam se ele não estaria fingindo. Perguntei “como assim?”, e ela respondeu que era tudo muito “certinho”, e que a família também era muito presente e se apresentava como uma família “perfeita”, tudo muito “forçado”. Depois de contar até dez, falei que não teria como alguém ficar fingindo durante 24 horas por dia, por mais de um ano, e que isso não poderia ser medido e que, além disso, ele não poderia ser penalizado por ser “certinho demais”. Se estiver tudo certo com ele, isso é uma coisa boa, e não um motivo de desconfiança, afinal deve-se ter um parâmetro coerente (se não se comporta, é ruim e se se comporta “demais”, também é ruim?). Ela ficou me olhando e em seguida o Leonardo chegou.

Despedi-me da técnica e cumprimentei o Leonardo com um abraço. Fecharam a porta, nos sentamos. Falamos de como estavam os horários dele e organizamos juntos um dia para ele ir a UFRGS. Ele falou que se pudesse iria todos os dias. Pelos seus horários e aqueles que eu tinha disponíveis, organizamos nas terças-feiras à tarde. Falei um pouco da proposta, e ele disse que topava. Falou que recebeu o colírio. Sobre o aparelho nos dentes, contei que iríamos aguardar o pai dele ver com o plano de saúde para ver o que fazer. Ele perguntou e contei sobre os movimentos da equipe de defesa na tentativa de reabrir o caso. Contou que agora estão sete no brete⁵⁰. Só têm quatro camas, são dois beliches. Os outros três dormem no chão. Falou de como fica apertado, mas que pelo menos todos os guris são tranquilos.

⁵⁰ Brete é como os jovens da FASE chamam os quartos em que dormem.

Perguntei de como estava com as técnicas, ele falou que estava tranquilo, mas que uma delas havia dito, quando ele trazia que era inocente, que não estava ali por acaso, que em alguma coisa ele estava metido para estar preso. Falou na FASE como uma instituição de testes. Tudo era teste, para ver se perdia a calma, ou se reagia de outra maneira. Comentei com ele o quanto ele teria que redobrar os esforços para ficar tranquilo, pois, qualquer coisa poderia ser tida como um motivo para adiar a audiência. Depois deixei pairar um pequeno silêncio para ver se ele trazia alguma coisa. Ele falou então:

- Eu estou mudando aqui dentro.
- Como assim mudando? O que tu acha que tu mudou?
- Acho que eu to mais maduro, mas não é só isso...
- O que mais?

Ele baixou a cabeça.

- Acho que eu estou ficando com o coração mais duro, sabe? Acho que ele tá ficando de pedra.

Um silêncio invade novamente a sala, só que muito mais pesado. Ele retoma, levantando a cabeça e com os olhos rasos de lágrimas:

- Eu não sinto mais felicidade, não consigo mais nem abraçar meus pais como antes. Quando fui para casa no final de semana, eu não senti nada, eu tava como aqui, não parecia que eu tava saindo. Me

sentia angustiado, como se ainda estivesse acorrentado. Meu pai até perguntou como eu me sentia finalmente podendo ir para casa. Acabei dizendo que me sentia bem, que tava feliz. Mas eu continuava igual como aqui na FASE, angustiado. Faz tempo que não choro mais.

Conversamos um pouco sobre isso, que talvez ele tenha mudado um pouco para sobreviver ali dentro, mas assim como ele mudou ao entrar, ele também mudaria ao sair. Que talvez ele não se sentisse feliz ao sair, porque de fato ele está ainda em ICPAE, e ainda tem que voltar para FASE. Foi uma conversa bem dura para mim. Essa conversa me fez decidir em abrir um espaço para ele pelo menos uma vez por semana. Ele precisa respirar, sair da instituição, precisava “sentir” mais.

Depois fomos para a janela e ficamos olhando a chuva, e conversando sobre o tempo e sobre a rua. Conversamos algumas amenidades para ir relaxando; depois de alguns momentos nos despedimos. Na saída, informei à técnica que iria buscar o Leonardo na próxima terça à tarde para irmos para a UFRGS.

Zonzo, consigo finalmente deixar a FASE. E a chuva, que seguia caindo durante a tarde, atingiu minhas costas e foi emancipadora.

Segunda-feira, abril de 2016

Ana Paula Genesini⁵¹

Como de costume, Lucas chega pontualmente adiantado. A técnica que viria lhe acompanhar na avaliação final do cumprimento da medida, não. Então, aguardamos. Ele jogando no computador, eu, ali por perto ouvindo o que ele dizia sobre os jogos.

Lucas é um adolescente de 14 anos, magro, loiro, olhos claros. Recebeu 16 semanas de PSC por estupro. Cumpria a MSE em um grupo no CREAS. O silêncio sobre seu ato infracional provocou desconfianças nos jovens que estavam lá com ele. Deu confusão. Com quatro semanas restantes para a finalização da medida, recebemos Lucas em nossa equipe.

Quando a técnica, Mariana, chega, recolho os documentos, já organizados sobre a mesa. Esses, dizem do encaminhamento, cumprimento e finalização da medida de PSC: atestados de que a justiça se fez cumprir; mas qual? Em que dimensão?

Nossa conversa inicia tão morna e superficial, quanto eu sentia que nosso tempo com Lucas havia sido. Falamos sobre o seu desempenho no cumprimento da PSC, estando muito de acordo sobre o respeito, assiduidade e comprometimento que ele demonstrava. Visitamos os tópicos de sua grande atenção às regras, do bom aproveitamento do espaço oferecido pelo

⁵¹ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional - UFRGS. Bolsista no PPSC/UFRGS.

programa, não apenas em relação ao comparecimento em setor, mas à participação nas oficinas socioeducativas. Mariana complementa nossa rodada de boas percepções, dizendo do excelente andamento dos estudos regulares de Lucas, de seu desejo por estudar e conhecer e de seu comportamento exemplar em classe.

Não me entendam mal. De uma maneira geral, não há problema algum em todas essas características e qualidades de Lucas, pelo contrário. É que algo incomodava. Como se esse modo de ser e estar conosco fosse um envoltório, protegendo algo que Lucas não queria que fosse visto, quem sabe, ouvido; mas que já se fazia anunciar na ordem do sensível, ainda que ele não quisesse.

O assunto da atenção aos horários engendra uma fala de Mariana sobre Lucas ser atento e fazer muito bem “o que quer”. A rodada de elogios fica, então, suspensa. A técnica conta sobre uma audiência relacionada à guarda familiar e à permanência, ou não, de Lucas em instituição de acolhimento institucional, compartilhando que ele havia deixado a escola e circulado pela cidade para chegar atrasado e adiar a realização do procedimento. Ela prossegue, trazendo de que eles terão de resolver essa situação e que haverá compreensão por parte do Judiciário, caso ele possa contar de suas motivações para permanecer na casa de acolhimento. Meu pensamento trilha o caminho da história de Lucas: violência, abuso, agressões reiteradas que o levam a querer ficar longe de casa. Agora, eu que me suspendo um pouco e não me atento à reação dele.

Prosseguimos com a entrevista, que se encaminha ao momento em que Lucas precisa realizar sua autoavaliação: condi-

ção necessária, junto à justiça, para finalização da medida socioeducativa. Explico do espaço de escrita sobre a experiência conosco, com as oficinas e atividades na cerâmica e cadernos e sobre o que ele pode ter levado consigo, a partir disso. Lucas enrijece; seu olhar para e desfoca; sua mão insiste em marcar um ritmo que nos toma de angústia; e ele grita que não vai escrever nada. Foi como se tivéssemos nos conhecido, de fato, pela primeira vez.

Parecia-me que outra dimensão dele se expressava naquele momento, clamando por algo, pedindo reconhecimento. Eu não sabia qual era; penso que ele também não. Fomos nos acompanhando naquele momento delicado e incerto. Mariana tenta intervir, tocando Lucas, apelando para a relação que eles mantêm e procurando explicar que a solicitação não se refere a escrever sobre o ato que o trouxera até aqui. Lucas reage de maneira ainda mais negativa. A tensão que sentíamos se multiplica e se corporifica, se aconchegando em nossos ombros. O compasso ritmado da mão sobre a mesa soa agora como o tictac de um relógio em contagem regressiva.

Peço a Mariana se ela poderia nos deixar a sós; seus olhos exalam alívio quando cruzam os meus, em sua retirada. Afasto os papéis, abrindo espaço para algumas tentativas junto a Lucas: busco falar sobre como foi minha relação com ele e em seguida pergunto sobre o que ele propõe fazermos ao invés da escrita solicitada, tendo em mente a necessidade de concluirmos a autoavaliação. Sem efeitos. Busco então, quem sabe uma troca de assunto e o convido a um jogo de xadrez, do qual ele gosta muito e tinha se engajado em partidas anteriores conosco. Sem sucesso.

Aquele momento me dói. Meu pensamento visita as discussões em equipe, a compreensão de que a MSE não nos parecia uma estratégia suficientemente adequada, o cuidado urgente de que Lucas necessitava, as medidas protetivas na rede de saúde pública que não se efetivavam, o sofrimento daquele menino que perdurava, que tentava se tornar invisível, como se assim, pudesse deixar de existir.

Silêncio. Silêncio pesado. As primeiras palavras que o rompem, me saem trêmulas e tortas, mas carregadas de afeto e sinceridade. Minha fala dizia do reconhecimento da violação, da necessidade de proteção, da relação política e coletiva à que a situação que vivíamos se conectava. Minha fala dizia sobre o quão difícil devia ser para ele estar ali conosco e viver isso. Peço desculpas por pedir que ele escreva o que eu vejo que ele não pode, naquele momento. Digo o quanto eu sinto muito, por tudo, pelo processo, pela situação que passamos, por tanto e tudo que ele possa ter vivido. Confesso que eu realmente não queria forçá-lo a dizer nada que ele não quisesse, mas ainda refiro que aquela escrita, por mais dura que possa ser, faz marca: tanto do término de um processo de prestar contas, quanto da possibilidade de lidar com as coisas, a partir de então, da forma que ele quisesse e que lhe fizesse sentido. A partir disso, ofereço a ele um espaço para estarmos e fazermos juntos (tendo em mente o Acompanhamento Juvenil), conversando, visitando lugares, realizando atividades, ao passo do seu desejo.

Acho que Lucas sentiu tudo aquilo; e eu, certamente, também. Nossos olhares se encontraram depois de muito e foi a vez dele falar: “o que eu tenho que escrever?”. Juntos, formulamos uma escrita simples e tímida, onde ele pôde, apesar de tudo, dizer que fez amigos aqui no PPSC.

Levantamos. Aquilo tinha finalmente acabado, e a tensão se desacomodava de nossos ombros e se dissipava por aí. Pergunto se eu posso abraçá-lo. Ele diz que sim. Esperei que ele não correspondesse, ou rapidamente se desvencilhasse, mas não: nos encontramos em um abraço firme e longo, encerrando uma relação perpassada pela instituição Justiça, para dar começo a outras narrativas, quaisquer que fossem, que quiséssemos.

Terça-feira, 16 de junho de 2015

Magda Martins de Oliveira⁵²

Cheguei ao PPSC por volta das 14h. Silêncio. Nada de adolescentes. Em seguida tocou o telefone. Era Bia, da PROPLAN. Contou-me que o celular do auditor da Fazenda, que realizava um trabalho na Universidade havia sumido naquela manhã. Imediatamente pensei: adolescente no setor mais furto no setor igual a “adolescente suspeito”. Respirei fundo. O celular estava sobre a mesa de reuniões. Lucas esteve na sala para assinar sua folha de efetividade. Bia contou-me que ligou logo em seguida para comunicar-nos. Era difícil de acreditar que Lucas tivesse furtado o celular de alguém no setor, no entanto, afirmei que trataríamos da situação. Lucas havia recém-chegado para a oficina. Achamos curioso que alguém que tivesse furtado no setor pela manhã estivesse, à tarde, na oficina. E se fosse para não levantar suspeitas? Antes de iniciar a oficina combinamos que a conversa com Lucas se daria apenas depois que a oficina tivesse acabado. Era 14h20min. Haveríamos de viver aquela angústia por uma tarde inteira. Como de costume, todos entraram e a sala da oficina fechou-se. Logo no início da atividade Lucas expôs seu “poderoso celular” para o grupo. Minutos depois, a porta se abriu. Os olhos de Paula são de perplexidade e dúvida. Será? Dividiu comigo sua angústia. Não conseguiu ver o modelo do aparelho, mas tentava

⁵² Pedagoga, Mestre em Educação. Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do PPSC/UFRGS.

desesperadamente descrevê-lo. Liguei para a Bia e perguntei se sabia detalhes sobre o aparelho furtado. Paula voltou à sala. Em seguida organizaram-se para um passeio no Campus. Decidi ligar para a mãe de Lucas. A desculpa seria convidá-la para a reunião de familiares agendada para o dia 5 do próximo mês e, depois disso, entraria no assunto do celular. Foi o que fiz. Avisei sobre a reunião e falei da importância da sua participação para o grupo. Perguntei como Lucas estava e ela me disse que “bem”, que estava trabalhando e que ela teria conversado com ele sobre a importância de continuar vindo às oficinas. Esperei-a falar e, em seguida, entrei no assunto. Disse a ela que eu estava apreensiva com o fato de Lucas estar ostentando para os demais adolescentes um celular que nos parecia bastante caro. Comentei que alguns adolescentes têm uma condição financeira bastante difícil, e que eu não achava razoável Lucas trazer o celular para a oficina. Falei que ele dizia ter ganhado o telefone da irmã. A mãe emudeceu, mas em seguida, com a voz arrastada, disse-me que o filho não tinha celular algum. Afirmou viver dentro das suas condições financeiras e que estes são os valores repassados aos filhos. Revelou estar preocupada. Pedi que se acalmasse e que conversasse com Lucas depois. Pedi que ela contasse ao filho sobre o meu telefonema e sobre o que tratamos, afinal, é com transparência que nos relacionamos com os adolescentes. A mãe afirmou apreciar nossa forma de trabalho e avaliou que o filho se beneficia muito vindo às oficinas. Desliguei o telefone mais preocupada do que antes. Assim que o grupo das oficinas voltou para a sala, contei à Paula sobre minha conversa com a mãe. Lucas estava falando como se nada tivesse acontecido. Frieza de quem acredita que “não vai dar nada?”. Estava ali como se nada fosse acontecer, como se não pudéssemos suspeitar dele, mas, ao mesmo tempo, estava ali, dizendo-nos: “Eu furtei um celular. Ninguém vai fazer nada?”. Na

medida em que se aproximava o momento de enfrentarmos a situação de frente, percebi quanta tensão cercava o movimento dos nossos corpos naquela sala pequena. Enquanto ouvíamos as gargalhadas do grupo das oficinas no lanche, combinávamos os procedimentos. Temíamos que Lucas se sentisse encurralado e, talvez, constrangido pela situação, pudesse ter algum comportamento agressivo, ou que tentasse sair da sala sem conversar. Fiquei em silêncio. Decidi começar a conversa por outro assunto que também precisávamos abordar com o adolescente. Ficamos na sala eu, Paula e Lucas. Comecei falando sobre suas faltas nas oficinas anteriores e se isso não teria a ver com algum desconforto em relação à presença de outros adolescentes, os possíveis “contras”. Ele disse que não e que já teria conversado com a Paula sobre o assunto. Falamos por mais algum tempo sobre isso, mais para criar um clima, e entramos de vez no assunto. Contei sobre o telefonema da Bia e o ocorrido. Falei que ao contrário de querer acusar alguém, estávamos mais preocupadas em esclarecer a situação. Comentei que outros elementos poderiam ser acrescentados àquela situação, como por exemplo, o fato de ter estado na sala de onde sumiu o celular e o fato de estar ostentando um aparelho de celular bastante caro na oficina. Lucas saltou dizendo que o celular era um presente da irmã e sugeriu que eu ligasse para a mãe para me certificar. Respondi que eu já havia ligado para a mãe e que ela teria me dito que ele não possuía celular algum e muito menos um celular presenteado pela irmã. Lucas emudeceu. Nesta circunstância, afirmei, não seria possível que ele saísse dali com aquele aparelho. Contei que no final do expediente os seguranças subiriam na Proplan para analisarem as imagens capturadas pelas câmeras de segurança. O que eu queria é que pudéssemos provar a sua inocência. Mas, se por acaso tivesse mesmo “rateado” e, num momento de pura “bobeira” ti-

vesse furtado aquele celular, que assumisse a autoria para que pudéssemos chegar ao final daquela história da forma menos traumática possível: para a equipe, para a PROPLAN e, principalmente, para ele. Foi quando Lucas projetou seu corpo para mais próximo de onde eu estava e disse: “Magda, eu rateei”, e antes que eu conseguisse processar aquela afirmação, acrescentou: “não tem como a gente resolver isso aqui entre nós e não envolver a minha mãe?”. Imediatamente tirou da carteira o chip do celular e introduziu-o no aparelho, guardando seu chip no bolso. Lucas acabava de admitir o furto do celular muito mais rápido do que pudéssemos imaginar. Neguei a possibilidade de atendermos ao seu pedido, alegando que não seria educativo da nossa parte. Lucas argumentou que a mãe estava enfrentando muitos problemas, por isso sua preocupação em não envolvê-la. O adolescente parecia estar mais preocupado com a repercussão do fato junto à família do que em descobrir sobre suas motivações e o agravamento da sua situação. Lembrei-o da nossa conversa, assim que iniciou a segunda medida. Na época fiz uma retrospectiva: primeiro uma medida por briga na escola; depois a expulsão da escola por um incidente envolvendo um professor e, por fim, uma segunda PSC por tráfico. O que, afinal, estaria acontecendo? Falei que haveria uma nova ocorrência policial e, conseqüentemente, mais uma audiência e mais uma medida. Pela primeira vez na conversa Lucas ficou agitado e passou a falar mais do que ouvia. Nesse momento, toquei seu braço no intuito de fazê-lo parar. Perguntei se havia levado o celular para casa no almoço. Disse que sim. Salientei que não precisaria ter voltado para a oficina; não precisaria ter trazido o celular consigo na oficina e, ainda, não precisaria ter sequer mostrado o celular para o grupo. Por mais estranho que parecesse, tínhamos muitas razões para pensar que ele estaria tentando nos dizer que furtou o celular desa-

parecido na PROPLAN. Entendíamos que estava nos sinalizando a existência de alguma dificuldade. Se assim fosse, teríamos a possibilidade de garantir-lhe um espaço de escuta onde pudesse falar sobre o que desejasse. Paula argumentou que a atitude de nos revelar a autoria do furto era um sinal do quanto confiava em nós. Perguntamos, então, se gostaria de falar com a Bia sobre o acontecido. Talvez quisesse dizer a ela sobre como tudo aconteceu e, quem sabe até, devolver o celular. Por um segundo tivemos a impressão de que ele considerou a ideia, mas, em seguida, negou qualquer possibilidade. Encerrada a conversa, peguei o celular que estava com Paula e saí da sala. Paula permaneceu sentada, sinalizando para Lucas que estava ali para fazer-lhe companhia; que se quisesse poderiam dar continuidade à conversa. Mas Lucas levantou subitamente da cadeira e passou voando pela sala da frente, deixando que o vento batesse a porta. Com um celular na mão e sob os olhares atentos dos colegas, por alguns segundos nos permitimos viver a perplexidade daquele momento. O que dizer daquela situação? Como aceitar que o inusitado tivesse acontecido? Muito antes de chegarmos às nossas respostas, fomos convidadas a comparecer à PROPLAN. Descemos preocupadas, sem saber muito bem o que nos aguardava. Bia conduziu-nos até a sala onde estava o auditor. Se fôssemos falar de um sentimento, certamente falaríamos de desconforto. Apresentamo-nos e, logo em seguida, iniciamos a conversa. Narramos um pouco dos procedimentos adotados até aquele momento e ressaltamos nossa plena convicção de que Lucas havia voltado ao Programa com o celular, para pedir-nos ajuda. Contamos sobre o telefonema à mãe e que somente na manhã seguinte retomariamos o contato para pensarmos, com ela, os próximos encaminhamentos. Afirmar que estaríamos disponíveis para informar-lhe o nome do adolescente e todos os dados necessá-

rios para o registro da ocorrência. De repente mais uma surpresa. O tal senhor atingiu-nos em cheio com a seguinte pergunta: “é importante para o processo educativo desse menino que eu faça a ocorrência? Se vocês disserem que sim, eu faço”. Nessa hora senti o quanto são importantes nossas reflexões, nossas reuniões de equipe e nossos questionamentos acerca do instituído. Respondi que não acreditávamos na *quantidade* de medidas, e sim, na qualidade com que eram executadas. O acompanhamento já estava sendo feito. Lucas estava em cumprimento de uma medida de PSC e nossa função era estar com ele nesse processo, mas a decisão sobre o registro da ocorrência deveria ser dele. O auditor disse que pensaria no caso e perguntou se gostaríamos de ser avisadas da sua decisão. Afirmei que sim. Em seguida, despedimo-nos com um aperto de mão sincero e um pedido de desculpas por todo o incômodo que a situação pudesse ter causado. Saímos daquela sala aliviadas e com um desejo enorme de cruzar a porta de saída em busca de um momento de privacidade onde pudéssemos falar sobre o acontecido, sobre o que dissemos e ouvimos. Sabíamos que aquela história não acabava ali e que era preciso pensar como seguiríamos no acompanhamento. Mais do que isso, era preciso aprender com aquela experiência.

Sexta-feira, 3 de junho de 2016

Monique Muniz Alves da Silva⁵³

Ruan está de volta, trazendo na bagagem suas histórias, suas trajetórias, suas frustrações e seus sonhos. Na mala de Ruan, estão dois atos infracionais, duas aplicações de medida socioeducativa, quatro internações psiquiátricas, e três meses em uma penitenciária masculina. É um jovem carregado de histórias, de violência, de vulnerabilidade, de fragilidades, retratos da desigualdade social.

Um jovem com poucos recursos, e muitos desejos, acompanhado por diversos serviços, diversos profissionais. E entre o muito e o quase nada, ele percorre sua busca por um lugar de escuta, de acolhida, de cuidado, um lugar e um alguém que ressignifique seu modo de andar a vida. E assim ele vai percorrendo seu singular trajeto em diversas instituições, construindo suas redes de afeto e afetações.

Nesta rede que ele tece, está o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC), uma unidade de execução de medidas. E é neste espaço que nos encontramos, é neste espaço que ele vem em seu primeiro dia de liberdade após a saída do Presídio Central. É impossível olhar para este gesto sem considerar o significado que ele atribui a esta relação, *“como pode em seu primeiro dia de liberdade, ele voltar ao programa que lhe acompa-*

⁵³ Assistente Social. Residente - Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

nhou a adolescência por ser infrator?”. Certamente a resposta não está no que esta instituição aplica, e sim o que implica!

Mais do que demandar um espaço para estar, um jovem e seus conflitos com a lei e com o mundo, demanda um espaço para ser. Ali no PPSC a busca acontecia para além do atendimento de uma solicitação institucional, para além dos objetivos do serviço, ele demandava a escuta, o acolhimento e o cuidado. Por muitas vezes, Ruan foi ao Programa para um breve diálogo, uma conversa sobre a rua, as drogas, o tráfico e a violência. Era tudo sempre muito explícito, sem meias-palavras, ele relatava seu envolvimento cada vez maior na violência urbana, mas por outro lado, o que víamos era um jovem fragilizado, com um discurso desagregado oscilante entre o delírio e a realidade.

De saúde debilitada, de necessidades básicas sendo suprimidas, com fome, e sem higiene pessoal, não foi difícil identificar que ele estava em situação de rua, fato confirmado pela mãe de Ruan. Também, acreditávamos que era quase impossível que ele estivesse envolvido com o tráfico no seu território, por muitas vezes ele sofreu violência física dos grupos locais, e comumente era desqualificado e ridicularizado por estes sujeitos. Quando estávamos juntos, eu lembrava as reuniões de equipe, o quanto todos salientavam esta desorganização dele, o quanto percebiam a mudança de comportamento, e entendi o quanto ele me dava sinais de que as coisas não estavam mais como eram, ou como ele gostaria que estivessem.

Ruan nunca falou nada de insatisfação com a sua vida, nunca reclamou. Não lamentava nenhum ocorrido, nem as internações, tampouco a prisão, mas ele sinalizava toda vez que em sua rede social me apresentava seu círculo de amigos, suas roupas de marcas, seu pertencimento. Mas agora quem estava

ali na minha frente era um jovem que se intitulava Mc do *funk*, se intitulava patrão do tráfico, e sem crítica alguma do quanto se colocava em risco. Percorrendo as ruas da cidade, ele agora tinha a companhia das vozes. As vozes e os delírios que lhe engrandecem, que lhe fazem ser chefe, que lhe fazem ser rico, ser famoso. As vozes que lhe fazem ser “*louco*”, e as ruas que lhe fazem ser “*livre*”.

A preocupação com seu risco social e pessoal se transformou numa constante, cotidianamente recebíamos relatos de sua vulnerabilidade, ora por se violentado, ora por ser o violentador. Concomitante, ou conseqüentemente, a piora no seu quadro de saúde mental, já não tomava mais suas medicações, falava das vozes que ouvia, cada vez mais enxergava vultos e pessoas.

Do agravamento no seu sofrimento psíquico, surgem as primeiras estratégias de intervenção no Acompanhamento Juvenil (AJ) que se propunha. O resgate dos atendimentos no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e no Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CRE-AS) foram os primeiros passos dado no AJ que se iniciava a passos lentos, porém intensos. Mas como em todo percurso, não raro surgem os percalços, atravessamentos também surgiram na relação e contato com as redes das políticas públicas.

Quando uma parte do trajeto indicou que acompanhávamos os medos, sentimentos, dúvidas e demandas de um jovem em sofrimento psíquico, percebemos também mais um obstáculo. Estávamos diante da fragmentação que alguns serviços tendem a se organizar, cada um com seu público-alvo, seu objeto de intervenção, seu processo de trabalho, perspectivas que criaram limites para a integralidade de uma política de saúde mental. E assim barreiras impostas como falta de carro para

realização de visita domiciliar, falta de recursos humanos para busca ativa, perfil de idade, foram processos que limitaram as intervenções possíveis.

E ciente que é nesta frágil articulação entre as políticas públicas que se constitui um terreno fértil para a violação de direitos, aquele período determinou o quão necessário era o tensionamento desta rede para atenção e cuidado de Ruan, levando em consideração seu contexto histórico, social, econômico e cultural. E se os serviços tinham limites institucionais, para o PPSC, estava claro que ultrapassaríamos os de unidade de execução de medida.

Quando a teoria e prática não se conversam

Logo depois do almoço, encontramos⁵⁴ Ruan na sala do PPSC, vestindo pantufas, já simbolizava a forma com que saiu de casa: desorganizado, ansioso, agitado, irritado, desesperado? Mobilizamos-nos do PPSC ao CAPS, dispostas a garantir o atendimento dele, um atendimento qualificado, que desse conta das demandas emergentes daquele momento. Não sem antes conversar, escutar, acolher, ouvir, cuidar, combinar!

Chegamos ao CAPS com ele, o contato prévio por telefone já indicava o motivo de nossa presença. Ele estava cada vez mais agitado, referia dores no corpo e fome, **MUITA FOME**. Sinalizamos isso para a pessoa que nos recebeu, a mesma que teria sido avisada de nossa ida até lá. Aquele era uma CAPS AD III: ou seja, portas abertas, acolhimento, ambiência, livre circulação, e todas as outras diretrizes e princípios de uma Política de SUS, de Saúde Mental, de Humanização.

⁵⁴ Atendimento realizado em conjunto com a Pedagoga, Residente em Saúde Mental Coletiva Aline Miranda.

A psicóloga do CAPS logo chama Ruan para o atendimento, não demorou muito, mas pareceu horas diante da ansiedade dele, que já não aguentava mais tanta contenção... Ele estava se esforçando o máximo, contendo todos seus sentimentos, delírios, irritação. Sugiri que ele iniciasse o diálogo sozinho, e depois nos chamasse, se necessário, mas em menos de cinco minutos ele retornou nos chamando.

Para nossa surpresa, já estava tudo encaminhado, orientado. *Diagnosticado? Como assim? Mas sim, segundo a avaliação da equipe, ele estava com ideação suicida com plano (uso de faca), oferecendo risco, deveria se direcionar para uma emergência psiquiátrica. Intervimos, argumentando que ele havia saído há dois dias de uma internação onde estava com doses "cavalares" de medicação, tudo o que não poderíamos pensar é em leva-lo de volta pra lá. Ruan estava ciente disso, e argumenta: "mas eu vim por livre e espontânea vontade pra cá?". Ele só queria ser atendido.*

O diálogo com Ruan foi ficando cada vez mais difícil, sendo que ele verbalizava em alto e bom som e tom: *"eu quero é comida, eu tô com fome #@!%@!"*. Mas não, o CAPS AD III afirmava que não tinham como dar nada para ele comer ali; e quanto a nós: deveríamos nos responsabilizar em levá-lo ao PAM III⁵⁵.

Dada à rapidez como aquele atendimento foi realizado, bem como as inúmeras considerações feitas por nós enquanto equipe de referência, a sensação que ficou foi de uma intervenção protocolar, um atendimento estilo *check-list*. O que nos coloca a problematizar como a imediatividade do cotidiano pode interferir em diretrizes tão importantes para a atenção e cuida-

⁵⁵ PAM III se refere à sigla Posto de Atendimento Médico, como ficou popularmente conhecido o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul – PACS.

do, mesmo naquelas que estão explícitas na Política Nacional de Saúde Mental⁵⁶. E então o que parecia óbvio aconteceu: Ruan foi embora, sem aguardar o desenrolar de tanta conversa, foi embora falando e nos deixando falar sozinhas!

É sabido que os atravessamentos, limites institucionais estão dados; cabe-nos olhar para eles e pensar estratégias de superar e erradicar as situações que contribuem para a violação de direitos. Práticas de **não** cuidado muitas vezes se apresentam no cotidiano profissional, e assim se coloca o desafio de analisar os discursos da prática, suas reproduções e repetições, não há de se reduzir se há certo e errado, ou verdadeiro e falso, mas é minimamente necessário “conversar sobre”, analisar, interpretar e, se necessário, transformar.

O intuito de problematizar os processos de trabalho, de cuidado, de análises de contexto social, familiar, econômico e histórico, se dá na suma importância de reconhecer as multiplicidades que atravessam a vida do sujeito no que tange ao processo saúde-doença. Logo, são questões que não devem ser resumidas aos aparatos duros de gestão.

Se por um lado as estratégias discursivas dos profissionais se compunham de uma oposição a tradicional e hegemônica linha hospitalocêntrica⁵⁷, por outro lado, foi possibilitado refle-

⁵⁶ Segundo o Caderno Saúde Mental, quando a pessoa chega, deverá ser acolhida e escutada em seu sofrimento [...] O objetivo nesse primeiro contato é compreender a situação, de forma mais abrangente possível, da pessoa que procura o serviço e iniciar um vínculo terapêutico e de confiança com os profissionais que lá trabalham. Estabelecer um diagnóstico é importante, mas não deverá ser o único nem o principal objetivo desse momento de encontro do usuário com o serviço. (Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção, p. 15, Brasília – DF 2004).

⁵⁷ Para diversos autores, o modelo hospitalocêntrico consiste na focalização na internação e no atendimento em hospitais, enquanto a luta da Reforma Psiquiátrica busca a centralidade nas políticas públicas de atenção à saúde mental em detrimento do modelo psicossocial, que é baseado no atendimento ambulatorial e comunitário.

tir o quão a prática muitas vezes se dá incorporada, sem crítica, na medicalização, no modelo protocolar e pontual dos encaminhamentos de referência. Contradições que indicam que, para além dos limites institucionais, existem as possibilidades.

- Alguns dias depois deste encontro, o jovem foi abordado pela Brigada Militar, direcionado à Emergência Psiquiátrica e novamente internado.

Quinta-feira, 23 de agosto

Alex Vidal⁵⁸

Hoje, quinta feira, foi o primeiro dia em que o Alisson pôde sair da internação da FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo) depois de quase seis meses preso. Ficou determinado em audiência de PIA (Plano Individual de Atendimento) que, mesmo estando em ISPAE (Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa), ele poderia vir para a UFRGS seguir o atendimento comigo. No entanto, havia muito medo por parte dos técnicos, de que ele poderia fugir. Começamos desde o início um trabalho com Alisson para preparar as suas futuras saídas, mas encontramos muitos percalços pelo caminho.

Desde o final de fevereiro, eu ia uma vez por semana vê-lo na FASE, seguindo o Acompanhamento Juvenil⁵⁹ (AJ). Além de trabalhar as demandas do Alisson, tentava garantir junto às técnicas o direito de ele poder sair para os atendimentos. Depois de dois meses de conversas, em março, havíamos chegado no entendimento de que estava tudo pronto. No entanto, Alisson estava na casa mais superlotada da FASE e, devido a isso, mui-

⁵⁸ Doutorando em Educação. Historiador e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista no PPSC.

⁵⁹ Acompanhamento Juvenil é um atendimento baseado no AT na rede (acompanhamento terapêutico na rede pública), que tem como conceitos que sustentam a estratégia de trabalho: subjetivação e singularização, saúde coletiva e desinstitucionalização, cidade e amizade, autonomia e ética. A prática é realizada com adolescentes em medida socioeducativa e/ou proteção especial e sua metodologia desenvolvida pelo Grupo de Extensão Estação Psi / Núcleo PIPA/ UFRGS.

tas confusões vinham acontecendo. Uma semana antes da data que determinamos para ele sair, houve uma briga generalizada, e Alisson foi identificado como um dos que iniciaram tudo. Ficou 15 dias isolado em outra Casa.⁶⁰ Logo que voltou, novamente é identificado em outra situação e isolado mais 15 dias. Foram praticamente 30 dias em isolamento. Infelizmente, tudo isso acabou retrocedendo todas as discussões que vínhamos fazendo para a saída no atendimento. Em vez de voltar para a mesma casa, foi mandado para outra, de perfil mais agravado.

Certamente isso fez com que se iniciasse uma nova discussão com a equipe técnica da nova Casa, da possibilidade de Alisson ser atendido na UFRGS. O fato de ser uma determinação judicial, seguramente colocava uma pressão para que isso efetivamente se realizasse. Alisson não se envolveu mais em nenhuma situação, o que foi contribuindo para a construção do novo dia da saída. O tempo ia passando, e ele ficava cada vez mais ansioso. Depois de ajeitar tudo com o pessoal da custódia e tratar alguns pormenores, decidimos pelo dia 23 de agosto, uma quinta-feira à tarde.

Esperei-o no Portão da UFRGS do centro como combinado. Ele veio num carro da FASE, acompanhado por dois monitores. Era um dia bonito, céu azul, estava quente, mesmo sendo inverno.

Alisson chegou com um sorriso que não cabia no rosto, nos cumprimentamos. Conversei rapidamente com os monitores, acertamos o horário que viriam buscá-lo. Depois seguimos juntos até o prédio da Faculdade de Educação (FACED).

⁶⁰ Foram tantos os jovens isolados, que muitos foram para as outras Casas, pois não tinha mais espaço. Inclusive no espaço de isolamento, que é pensado para uma pessoa, tiveram que colocar até três juntos.

Enquanto subíamos as escadas para ir para o PPSC⁶¹, ele me dizia que não acreditava que estava na rua. Chegamos no PPSC, mas estava tendo uma entrevista inicial (um jovem que chegava para iniciar a medida), e como ele estava com vontade de ver a rua, optamos por descer e aproveitar o sol. Sentamos em um bar da Faculdade. Na mesa ao lado, tinha uns caras tocando algumas músicas de bossa nova, e a toda hora Alisson virava para vê-los. Ficamos um bom tempo sem falar nada, ele apenas ficava olhando em volta e sorria bastante.

Então ele me falou novamente que não acreditava que estava na rua, que na hora que tiraram as algemas dele no carro, tudo parecia mentira. Falei que não, que estava realmente acontecendo. Então ele me perguntou:

- Mas como que vou querer voltar agora? Agora que tô na rua, não quero mais voltar pra FASE.

Conversamos então o que já vínhamos trocando há muito tempo, de que ele, mostrando que consegue vir na UFRGS e voltar, podemos tentar outras coisas, e certamente isso seria considerado na próxima avaliação e até conseguisse um meio aberto. Então Alisson contou que na terça-feira assinou o papel em que a juíza dava manutenção de medida, e que seriam mais 6 meses, e que a advogada falou que não teria como antecipar audiência. Já esperávamos que isso acontecesse devido às faltas disciplinares que ele teve anteriormente. Conversamos sobre como foi a outra vez que ele ficou na FASE, quando tudo parecia supor que ele ficaria em ICPAE (Internação Com Possibilidade de Atividade Externa), mas ele foi para o meio aberto, e

⁶¹ PPSC\UFRGS (Programa de Prestação de Serviço à Comunidade) é um programa de extensão da UFRGS que atende jovens em cumprimento de medida de PSC (Prestação de Serviço à Comunidade).

que então não se sabia o que poderia acontecer, mas que certamente tentaríamos algo melhor. Assinar o documento em que ficava ciente que teria mais 6 meses pela frente foi um fardo pesado, mesmo que já esperado.

A conversa ia e voltava, Alisson estava numa bifurcação, onde tinha que decidir o que fazer. Falou-me que não sabia se fugia ou não. Falei que ele já sabia o que eu pensava sobre isso e conversamos sobre as consequências. Mas do outro lado estava a decisão de voltar para a FASE.

Ele me contou que na quarta conversou com o irmão, que a mãe dele estava doente e não pôde visitá-lo. Perguntou ao irmão o que deveria fazer, e ele disse que o Alisson deveria fugir, que prepararia tudo para ele, que até poderia ficar um tempo na praia. Disse que seria bom, pois ele poderia cuidar um pouco da mãe e que, além disso, era muito trabalhoso sempre ter que ficar levando as coisinhas (comida) na instituição. Alisson então falou de uma total decepção com o irmão, que achou que ele era o único, junto com a mãe, que o apoiariam e o ajudariam a suportar a medida de internação. Que os outros irmãos já falavam que ele tinha que fugir.

-“Todos querem que eu fuja”. Contou-me também que conheceu sua nova técnica. Esta nova técnica teve uma conversa com ele na quarta-feira também e falou que essa saída dele nas quintas, para o atendimento, não aconteceria mais, pois não era o usual alguém da ISPAE⁶² sair e isso atrapalhava o andamento das coisas, que não tinha muito pessoal. Mas que ele não se preocupasse, pois os atendimentos seguiriam, só que em vez de ele vir para a UFRGS, eu iria para a FASE, como já estava acontecendo antes e que assim seria mais fácil. Alisson argumentou

⁶² Internação sem possibilidade de atividade externa.

que era uma decisão da juíza, mas a técnica disse que mesmo assim seria muito difícil. Ele perguntou se iria pelo menos nessa quinta-feira, e ela disse que como já estava marcado, e como a outra técnica já tinha arrumado tudo que, em princípio, ele ia sair.

Ou seja, depois de meses construindo a possibilidade do Alisson ser atendido na UFRGS, a técnica, que chegou há uma semana, resolve mudar tudo.

- A FASE quer que eu fuja, me falou.

Conversamos sobre como foi uma atuação desastrosa da técnica de falar isso para ele um dia antes da saída.

- Eles tão fazendo jogo para mim fugir. Que falasse isso depois.

Falou-me de como os monitores fizeram piadinhas com ele sobre a saída. Falou-me de um em especial, que ficou conversando com ele e que dizia:

- Olha, Alisson, tem guri que foge quando falta um mês para sair, como é que tu não vai fugir se ainda faltam 6 meses?

No carro, enquanto o Alisson vinha escoltado, as provocações seguiam:

- E então, Alisson, a gente vai precisar voltar pra te buscar, já fala agora que a gente nem precisa voltar.

A fisionomia de Alisson havia mudado muito. Antes sorridente, agora tinha um ar sério, angustiado, tremia enquanto narrava tudo isso:

- Todo mundo quer me ferrar, querem tudo que eu saia, tu é o único que me apoia, o único que pensa o que é melhor pra mim.

Chegamos à conclusão de que, para a instituição de inter-nação, seria melhor não ter o trabalho de trazer ele toda semana, e que preferem que ele fuja. Conversamos que a maneira de dar uma boa resposta seria ele voltar. Seria seguir cumprindo para depois sair sem dever nada pra ninguém. Que se fugisse agora, andaria sempre espiado, se escondendo, e que caso fosse pego, teria que começar tudo de novo e ainda por cima não teria essa saída uma vez por semana que demorou tanto para conseguir.

Conversamos por cerca de uma hora, analisando as opções, os interesses que estavam ali, as vontades dele, os desejos, as estratégias montadas, as consequências. Acho que nunca o Alisson pensou em voz tão alta comigo junto, se abrindo e deixando-me participar.

Vimos que a hora passou, e ele teria só mais uns 30 minutos. Subimos para ele usar um pouco o computador. No PPSC, estava tendo outra entrevista, então deixei ele usar o computador da frente (que é só para a equipe, e não para os adolescentes). Ele ficou no Facebook, enquanto eu ficava circulando pela sala, fingindo que estava ocupado com alguma coisa. Preferi deixá-lo quieto, com os pensamentos dele, que certamente deveriam estar fervilhando. Assim como os meus.

Quando eram três e meia da tarde (a hora que combinamos do carro da custódia vir buscá-lo), falei que era hora de irmos. Saímos da sala e descemos pelas escadas. Falei que seria melhor estarmos no horário para não dar motivo para reclamação. Ele então começou dizendo que não ia conseguir voltar. Chegamos no ponto de encontro e ficamos esperando. Ele seguia dizendo que não ia conseguir, eu dizia para ele que conseguiria sim, que já estávamos ali parados esperando, e que

semana que vem ele poderia sair de novo e seria mais fácil. Ele dizia que não ia sair mais, que a nova técnica não ia deixar. Eu dizia que eu ia falar com a técnica, e que ele poderia confiar em mim, que era uma decisão da juíza, e ele ia seguir saindo. Ele me falava quase chorando que não queria voltar para lá, que todos queriam que ele fugisse, e que ele iria fugir. Ficamos argumentando um com o outro e nisso se passaram uns dez minutos. Eu já não sabia mais o que pensar, nem o que dizer, mas senti que ele queria que eu mantivesse uma contraposição ao que ele sentia, porque ele não conseguia mais fazer essa sustentação de voltar. E o pior é que o carro da custódia estava atrasado e não chegava nunca.

- Tá vendo, eles não querem que eu volte, eles nem vão vir, vão ligar para saber se eu fugi ou não.

Falei então que podíamos deixar essa decisão para a sorte e que marcaríamos 5 minutos no cronômetro, e que se o carro da FASE não chegasse, aí ele ia. O Alisson desatou a rir. Mostrei para ele que já estava marcando. Ele me pediu desculpas e com muita calma disse que iria embora, que não voltaria mais. Iria ao ponto de encontro que o irmão passou para ele. Falei que eu o acompanharia até lá, para não ir sozinho. Seguimos conversando, ele pensando o que faria depois. Seguimos andando pelas ruas do centro. Ali paramos na frente de um prédio.

“É esse aqui o número”, falou. Ele deu uma olhada em volta e decidiu por subir. Subi junto com ele, quando percebi era um Inferninho, o corredor era escuro e as escadas tinham umas luzes azuis piscando. Então chegamos numa sala ampla, onde haviam algumas mulheres sentadas do outro lado, que se levantaram quando entramos. O Alisson foi falar com um cara careca que estava atrás de um balcão no canto. Falaram um tempo e

depois ele me disse que era ali mesmo. Então nos despedimos, dei um abraço nele e desejei boa sorte.

Quando estava chegando à UFRGS novamente, vi o carro da custódia estacionado. O agente saiu e foi até o portão. Ele me viu e fez um sinal com a mão perguntando se o Felipe havia fugido, e eu fiz um sinal que sim. Ele abriu um sorriso largo. Cheguei mais perto, e ele me falou:

-Eu sabia, já tava certo.

Falei que chegamos ali no horário e que esperamos uns 10 minutos, mas que ele não suportou. Ele disse que acontece, que eles fogem mesmo. Falei que, independente, temos que sempre seguir apostando neles. Nos despedimos e enquanto ia para o prédio da FACED, vi que os dois monitores se trocavam olhares e riam.

Pra mim ficou muito evidente que, nesse caso, a instituição FASE não apostou no adolescente. Não quis dispendar energia naquilo que é diferente, primou pela burocracia do cotidiano. Parece-me uma máquina confusa que trabalha para dentro de si mesma, que enxerga os jovens lá dentro de forma massificada e de forma superficial.

Depois desse acontecimento de hoje, fiquei me sentindo muito mal. Então comecei a pensar que esse sentimento talvez fosse porque eu pensava que havia, de alguma forma, falhado com o Alisson. Escrevendo este relato, percebo que não, e o quanto nossa conversa foi rica hoje e o quanto ele estava consciente da sua decisão. Surpreendentemente, hoje ele conseguiu se abrir de uma forma que nunca tinha feito antes e me deixou participar realmente desse processo. Na verdade, fiquei muito orgulhoso dele, pois ele conseguiu perceber muitas coisas que permeavam a sua decisão.

No entanto, ainda tenho essa sensação ruim, como que um vazio. É mais como uma frustração misturada com saudade. É como nos sentimos quando aquele amigo que vemos sempre, sem aviso nenhum, nos encontra e nos diz que vai embora, sendo que não estamos preparados para isso, porque tínhamos feito tantos planos juntos. Penso que por fazer parte do meu trabalho, eu não tinha percebido que quem foi embora hoje, era mais do que um adolescente que acompanho, era também um amigo.

The image is a complex collage of layered, torn, and crumpled paper. The background is a dense stack of various papers, some of which are partially visible through the tears. In the center, there is a small, somewhat faded photograph of a person, possibly a woman, wearing a light-colored top and dark pants, standing in what appears to be an outdoor setting. The overall aesthetic is one of decay and layered history.

*Cenas da vida
cotidiana*

GRAFITERO

PERA
DESA

ANCE:
LULIFLOR ARTS
beachclub

NARCKE

MARGHUAR

ENTED
SALDR
30 CADA

As dúvidas da prática pedagógica

Em uma tarde de terça-feira, eu e Fernando trabalhávamos com os adolescentes no nosso setor Audiovisual⁶³, desta vez, preparando nosso equipamento para as entrevistas que realizaríamos durante o resto do ano e confeccionando nossos



crachás. Foi um dia atípico no setor até então, dessa vez contávamos com um número significativo de pessoas na equipe: cinco, contando com a presença dos três adolescentes inscritos no

⁶³ O Setor Audiovisual do PPSC da UFRGS é um setor que recebe adolescentes para o cumprimento da medida socioeducativa. Neste setor trabalha-se com a produção de materiais de som, vídeo e imagem.

nosso setor. O trabalho fluía bem, divertido e com uma participação assídua de cada um de nós, eu e Fernando nos sentíamos realizados e satisfeitos com o empenho de cada um e com o diálogo estabelecido entre o grupo. Ainda não tínhamos vivenciado um dia tão descontraído e, ao mesmo tempo, cheio de trabalho. Por esses motivos, lá pelas tantas, Jackson diz que só queria fumar um cigarrinho, ao que Yan responde: “Bah, eu também”. Tomado por uma onda de bom humor e satisfação com os adolescentes, Fernando pergunta se eles não querem descer para fumar o cigarro. Claro que os dois respondem que sim. Eu olho para o Fernando, o Fernando olha pra mim. Pensamos naquele momento: isso foi uma boa ideia? Os dois adolescentes já na porta, quase a fechando, Fernando corre e diz: “Mas vocês têm só cinco minutos, viu?”. Cinco minutos de apreensão da minha parte e do meu colega. Será que eles vão cumprir o combinado? Mas e se eles forem embora? Nós fizemos o certo? Tic, tac, muitas dúvidas na cabeça, afinal de contas, eles trabalham conosco, precisamos ser mais firmes. Tic, tac, eram só cinco minutos, eu não imaginava que nesse período tão pequeno eu iria remoer tanto minha ação pedagógica. Tic, tac, deram os cinco minutos, pergunto – Fernando, será que eles voltam? Abre-se a porta, entram Jackson e Yan entre risos de satisfação, passam por nós, sentam em suas cadeiras e perguntam-nos: E aí, o que temos que fazer agora?

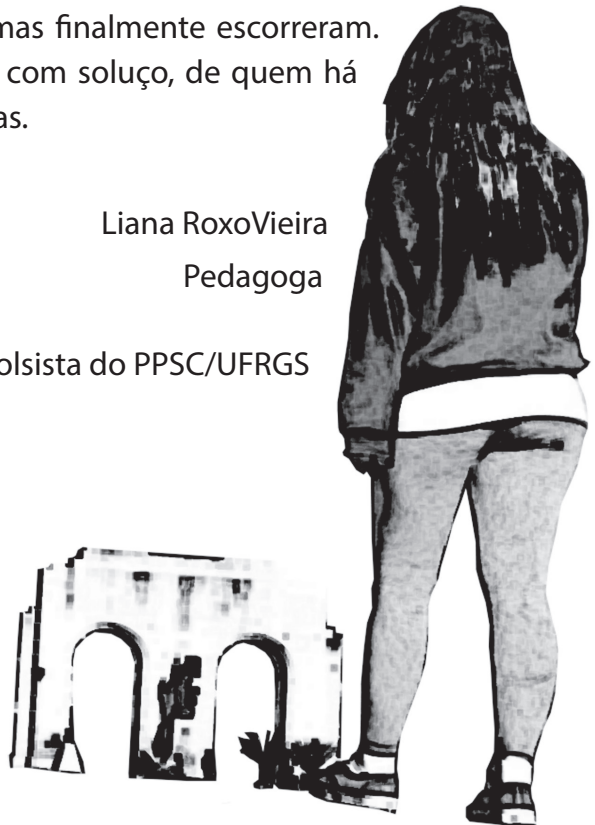
Giovanna Perez de Oliveira
Estudante de Pedagogia/UFRGS
Bolsista PPSC/UFRGS

Sobre o afeto

“Tô anojada desse lugar!”, disse ela assim que entramos na sala. E fechou a cara. O lugar era o mesmo, a sala, uma das tantas que nos enfiam. Mas ela estava diferente, sem aquele sorriso estampado no rosto. A cada pergunta, uma resposta curta, dessas de quem não quer papo. O rosto transbordando angústias, e as lágrimas prontas para cair. Ei, e agora? O que eu faço? Cadê o manual de instruções? Era melhor ter sido caixa do Banrisul... Não! Jamais conseguiria sobreviver a um emprego tão... frio. E não estou falando do ar-condicionado. Dei-lhe um abraço, foi o que achei mais sensato naquele momento de silêncio absoluto. As lágrimas finalmente escorreram. O choro era daqueles com soluço, de quem há tempos engole tristezas.

Liana RoxoVieira
Pedagoga

Ex-bolsista do PPSC/UFRGS

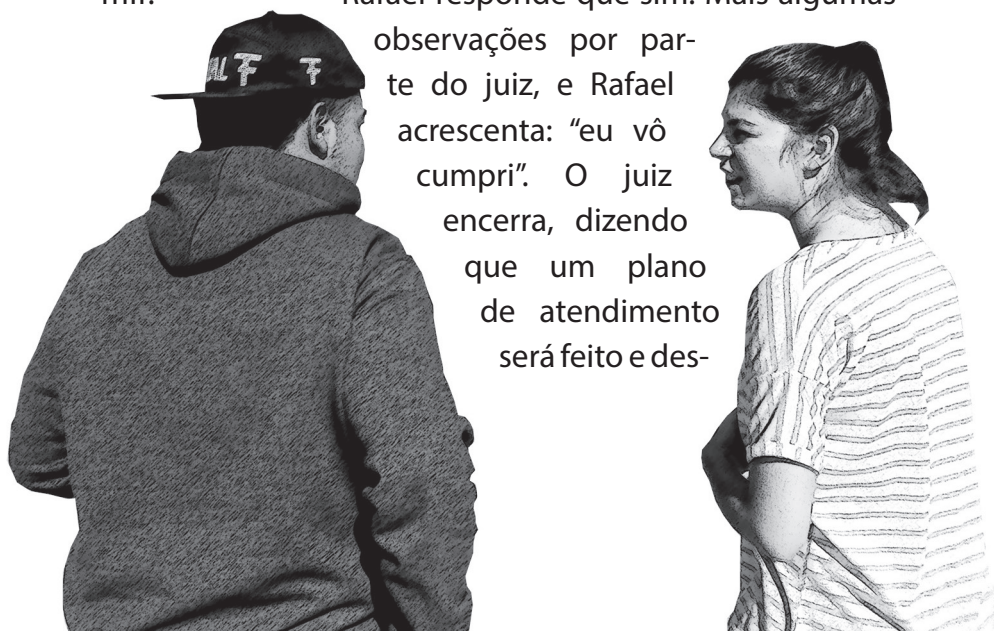


Lugares

Audiência do Rafael. Pleito: ICPAE. Na sala de audiência: juiz, promotora, advogado do IAJ, cinco técnicas da FASE, um monitor da FASE e eu. Dez pessoas. Momento de apreensão. O advogado pede semiliberdade. Técnicas sustentam o pedido de ICPAE e dizem que o adolescente já foi beneficiado com a antecipação da audiência em três meses. Rafael está há 9 meses em ISPAE. O advogado concorda com a indicação das técnicas, sem objeção alguma. Estou ali invisível. Não falei nada e não fui perguntada sobre nada. Senti certo desconforto de estar ali. Estariam alguns a perguntar o que eu fazia naquela sala? Por que entrara naquela audiência? Desconforto. Rafael e a mãe entram na sala. Somos agora 12 pessoas. Rafael olha para a mesa enquanto senta, me vê e sorri. Primeiro sinal de visibilidade. Alguém sabe que estou ali e por quê. O juiz dirige-se a Rafael. Explica sobre a ICPAE e pergunta se ele está pronto para assumir.

Rafael responde que sim. Mais algumas

observações por parte do juiz, e Rafael acrescenta: “eu vô cumpri”. O juiz encerra, dizendo que um plano de atendimento será feito e des-



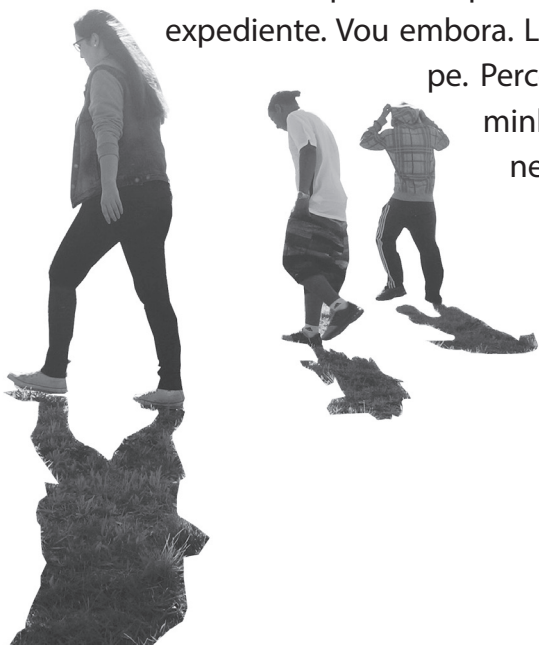
pede-se do adolescente. Rafael levanta da cadeira, aproxima-se e me dá um “tchau, Magda”, seguido de um carinhoso beijo que devolve minha visibilidade. Naquele momento, Rafael fez com que todos me enxergassem; que enxergassem o que fazemos *por* e *com* esses adolescentes. Ninguém mais poderia ignorar minha presença naquela audiência. Não havia mais dúvida: eu tinha de estar ali. A vocês, meus queridos companheiros de trabalho, um “Bravo” ao olhar cuidadoso e cheio de expectativas positivas lançado aos adolescentes.

Magda Martins de Oliveira
Pedagoga, Mestre em Educação
Técnica em Assuntos Educacionais na UFRGS
Coordenadora do PPSC/UFRGS

Angústias e incertezas

Ouvimos batidas na porta. Esperamos ansiosas por saber quem batia daquela maneira desordenada à porta do PPSC naquela tarde. Thaís abre. Por alguns segundos, ficamos sem saber o que fazer e um pouco assustadas. Era o Lucas, o caso mais delicado do Programa. Verificamos a fragilidade física e os delírios de Lucas. Ficamos com medo que ele desmaiasse, tamanha debilidade em que se encontrava. Ainda sem ter certeza de como proceder, contatamos a coordenadora do programa e iniciamos uma conversa precária com o adolescente. Enquanto tentamos tomar alguma providência e também atendê-lo da maneira como podemos no momento, fico me perguntando qual é o meu papel na vida do Lucas. Se eu fosse esse adolescente, o que eu esperaria que fizessem por mim? O que eu esperaria desse Programa, e, além disso, maior até do que isso, o que eu esperaria das pessoas que cruzassem comigo? Ligamos para os responsáveis do Lucas. Esperamos que viessem buscá-lo. Termina meu expediente. Vou embora. Lucas permanece com a equipe. Percebo que, por maior que seja minha vontade, não tenho poder nenhum sobre a vida dele.

Rafaela Ronconi
Estudante de Pedagogia.
Ex-bolsista PPSC/UFRGS



Olhar sensível e coração aberto

Na sala das oficinas do PPSC estávamos Júlio, Emerson e eu, sentados em volta da mesa, lendo algumas notícias sobre racismo, eixo das nossas discussões no momento. Emerson pegou e leu uma, duas, três notícias, enquanto Júlio se detinha há algum tempo na mesma, e eu o observava. Parecia que juntava letra por letra, sussurrando, até que me olhou e disse: “Eu tenho muita dificuldade pra ler...”. Com essa afirmação e percebendo o desconforto estampado em seu rosto, propus ler em voz alta, e ele ir me acompanhando. Comecei a leitura da mesma notícia que ele estava tentando ler, falando baixo para não atrapalhar o Emerson. No instante em que acabei de ler, pedi que ele escolhesse outra notícia e, antes que ele pudesse decidir, Emerson começou a ler em alto e bom som a que ele mesmo tinha escolhido. Não sei se Júlio viu e sentiu aquele momento da mesma forma que eu, mas ali tinha muita empatia, tinha uma vontade



de dizer “não tem problema em não conseguir ler, cupinxa⁶⁴, eu te ajudo”, escondida em uma simples atitude. Emerson conseguiu transformar uma situação em que Júlio foi obrigado a se expor para poder participar da atividade, uma situação possivelmente constrangedora em uma banalidade, algo que acontece, e o mínimo que podemos fazer é tratá-la tal como uma, resolvendo-a de forma extremamente simples. É incrível como a cada dia que passa é ainda mais possível aprender com esses adolescentes. Emerson podia “tirar sarro” do Júlio, assim como outros fariam, mas, talvez, percebendo que Júlio ficou desconfortável, se botou no lugar dele e mostrou que não tinha com o que se preocupar.

Thaís Saraiva Goulart
Estudante de Pedagogia
Bolsista do PPSC/UFRGS

⁶⁴ Cupinxa, do vocabulário dos adolescentes, significa - amigo/parceiro.

Acompanhar e deixar ir

Estamos sentados aguardando a nossa chamada, ele me mostra seu caderno, com anotações de telefones, cartas de amor, letras de música que ele diz ser autor e pequenos relatos estilo diário. Ele vai lendo, me falando sobre eles, lê o que fez para o “Capacete”, o homem que ele considera um Pai, seu protetor no Presídio Central. Daí a conversa desenrola para a sua recente absolvição, para as orientações dos advogados do SAJU⁶⁵, até que eu ofereço uma bala, ele aceita e pega as embalagens da minha mão, dirigindo-se ao lixo, me distraio, e ele some em um piscar de olhos, me pergunto alto: “Onde ele foi?”.

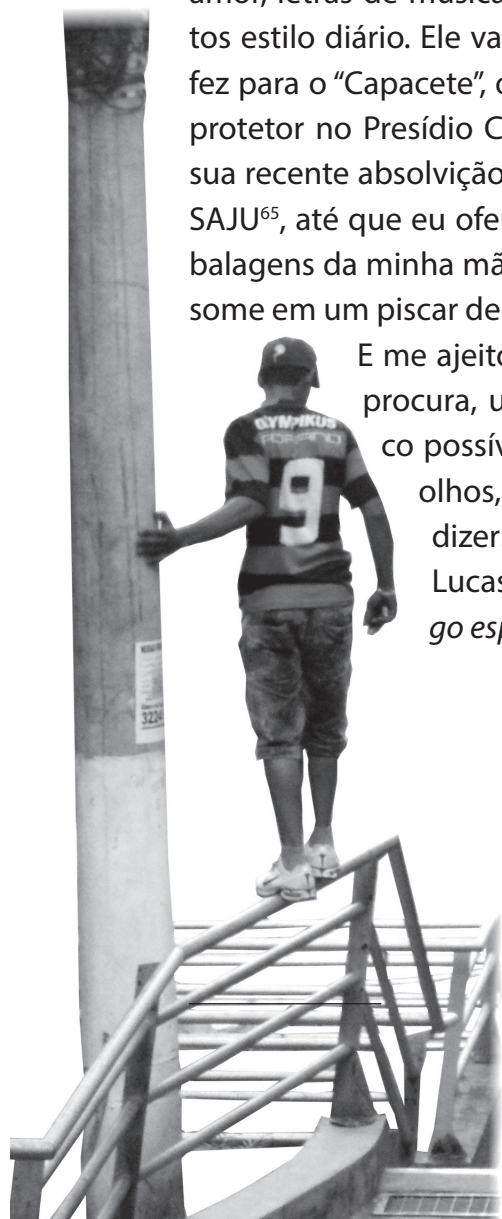
E me ajeito com os papéis para levantar e ir a sua procura, uma voz ao lado diz no tom mais irônico possível: “Ele fugiu, está absolvido!”. Fecho os olhos, com a garganta embargada, consigo dizer: se ele está absolvido, não precisa fugir. Lucas estava fumando um cigarro, *não consigo esperar sentado!*

Monique Muniz Alves da Silva

Assistente Social

Ex-residente em Saúde Mental Coletiva da UFRGS

⁶⁵ Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Faculdade de Direito da UFRGS.



Dos encontros

Falo que a ideia é que a gente possa bater um papo, mas que não seja um “sacrifício” para ele. Digo que ele pode me dizer quando não estiver a fim de conversar e se num outro dia quiser, que ele pode me procurar. Ele diz que gostaria de ter alguém para conversar mesmo, pois passa o dia todo sozinho em casa. Diz que conversa com os amigos, mas não é a mesma coisa. Continuamos conversando, e ele diz que estava vivendo uma relação muito difícil com a mãe, de pouca conversa. Fala que estava chateado com ela porque ela o levou para fazer um tratamento de saúde bem no dia de seu aniversário. Diz que agora está tudo bem, estão voltando a conversar, mas frisa que ficou muito chateado. Pergunto sobre o tratamento, e ele diz que foi “de boa”. Pergunto se ele achava que o tratamento era necessário; se fez algum sentido para ele, algo assim... Ele disse que estava indo muito na onda dos amigos, fazendo tudo que eles faziam e que estava se atrapalhando. Chegamos na parada



de ônibus e aproveito para perguntar aonde ele morava, respondeu que morava perto da Tuca. Falamos sobre os guris da Tuca que conhecemos e que ele conhece também. Leonardo falou que Bruno Eloy e Léo Garcia disseram que iriam aparecer hoje no PPSC, mas não vieram. Fala que Bruno está com um nenê pequeno e trabalhando, ele acha que o bebê é uma menina. Fala que Léo Garcia comentou que estava fazendo um curso que conseguiu por aqui. Falo do curso, e ele se interessa, mas em seguida fala que não sabe ainda se quer trabalhar, afinal só tem 15 anos. Ficamos um pouco em silêncio, e o ônibus chegou. Nos despedimos. Léo perguntou como era mesmo o meu nome e me deu um aperto de mão. Combinamos que na próxima semana iremos conversar um pouco mais.

Thayane Chaves

Psicóloga

Ex-bolsista do PPSC/UFRGS

Primeiro dia

Ele tinha 16 anos. Era sorridente, chegava a fechar os olhos quando eu falava alguma coisa engraçada. De cara ficou meio distante, mas logo foi se sentindo à vontade com meu palavreado descolado. Começou a me contar sobre tudo e sempre sorria, mostrava com orgulho os dentes. Disse que não quer se atropelar, quer fazer direito agora. Desabafa sua ansiedade e me diz, com uma convicção bamba, que tudo que a gente faz na primeira vez nos deixa sem saber o que fazer. “Depois a gente acostuma”, disse sorrindo; acho que tentando aliviar a expectativa. Chegamos. “É aqui?”. É, é aqui, respondi. O que tu achou? “Ah, tri. Tomara que seja bom. Vai ser né, dona?”. Vai, respondi. Depende de ti. Sorriu de boca aberta, cheio de ar. Me dá um abraço. Te desejo boa sorte. Ele foi sorrindo, cheio de medo. Eram 9h da manhã, e eu já tinha ganhado o dia.



Vitória Cherfên
Psicóloga
Ex-bolsista do
PPSC/UFRGS

Leonardo: novamente saiu mais cedo, alegando dor de cabeça. Conversamos com a sua mãe. Semana que vem começará a cumprir pela manhã. Maiores informações no histórico.

Douglas: retomou a medida. Tive uma conversa com ele e com a mãe. Não quer estudar. Projeto da família é de que seja taxista com o pai. Faltam quatro semanas para terminar a medida.

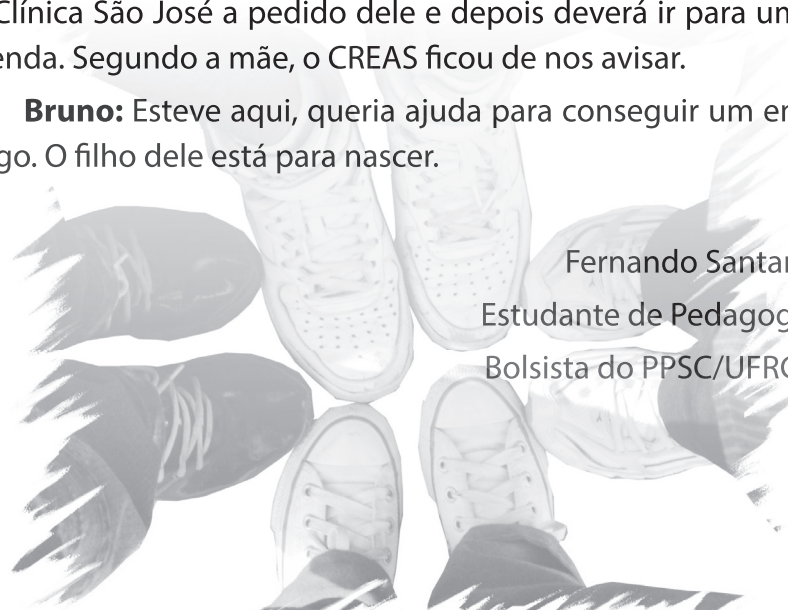
Rafael: veio à medida, mas parecia bem desanimado. Disse estar trabalhando em uma obra, se for estudar quer que seja bem longe de casa para conhecer novas pessoas.

Lucas: veio no setor

Deivid: veio no setor, semana que vem devemos ir até a gráfica fazer uma avaliação parcial.

Jean: não veio novamente, sua mãe disse que ele teve uma recaída (drogas) desde que a sua avó com quem morava faleceu. De 23 de dezembro a 31 de janeiro, ele ficou internado na Clínica São José a pedido dele e depois deverá ir para uma fazenda. Segundo a mãe, o CREAS ficou de nos avisar.

Bruno: Esteve aqui, queria ajuda para conseguir um emprego. O filho dele está para nascer.



Fernando Santana
Estudante de Pedagogia
Bolsista do PPSC/UFRGS

Hoje, Paula, Fernando e eu estávamos por aqui, na sala 610, fazendo uma coisa e outra, quando, de repente, alguém bate à porta. Paula levanta, abre a porta e lá estava ele, **Jean**, com uma cara linda, perfumado trazendo consigo uma pastinha (acho que foi presente nosso) cheia de documentos. Não preciso lhes dizer que nos lançamos na direção de Jean num abraço afetuoso de quem recebe um ente querido que há muito não via. Em meio a muitas perguntas, sorrisos e demonstração de carinho e alegria, Jean nos diz que veio pedir ajuda para tirar sua “terceira”⁶⁶, aquela que muito tentamos que fizesse na data certa; na idade prevista. Jean está casado, tem uma filha e está em busca de emprego. Acha que a filha se acalma no seu colo; descreve-a como uma bebê tranquila, que mama, mas que “não mama muito”, numa espécie de “comercial” da filha que pôs no mundo. *Marketing* pessoal? Conta, ainda, que sua esposa é irmã do seu amigão, que agora também é cunhado. Jean fala, então, da mulher, sua companheira, mãe da sua filha, cujo nome só gravei o segundo: Vitória. “Ela é trabalhadeira”, diz ele, e conta com orgulho que a esposa está trabalhando de carteira assinada no bairro Menino Deus. *Marketing* pessoal? Escrevo e me emociono, porque temos falado do tempo desses jovens. Temos falado da nossa prática. Temos falado do Socioeducar. O que é isso afinal? O que fizemos que esses jovens, depois de dois anos, nos procuram para dizer: “preciso de ajuda”?

⁶⁶ Terceira é o nome popularmente dado para o documento que comprova o alistamento no serviço militar por parte do jovem.

Sinto que estamos no caminho. Se olhássemos para as escritas do acompanhamento individual de Jean, poderíamos flagrar ali um “socioeducar” que construímos na sala 606 da FACED e que ainda não virou teoria? Abrimos o ano - pensamos Paula e eu - com uma chave de ouro. Estou muito feliz!

Magda Martins de Oliveira
Pedagoga - Mestre em Educação
Técnica em Assuntos Educacionais da UFRGS
Coordenadora do PPSC/UFRGS



Vai-se o cigarro, fica a vaga

Hoje fui levar o Felipe para fazer sua matrícula na escola Luciana de Abreu. Eu já havia feito contato com a escola. Felipe veio acompanhado de um amigo chamado Willian (25 anos). Fomos os três caminhando pela Redenção enquanto uma brisa suave nos acompanhava. No caminho, Felipe foi dizendo como seria bom voltar a estudar e com isso crescer na empresa onde estava trabalhando. Nessa conversa, perguntei ao Willian – o amigo – por que ele não aproveitava a oportunidade e se matriculava também? Willian arregalou os olhos e disse: “Será que dá?”. Afirmei que “sim” e perguntei em que ano ele havia parado de estudar. “Na 4ª série”, respondeu e meio desconfiado, perguntou o que precisava para inscrever-se. Pouco antes de chegar à escola, Willian acendeu um cigarro, mas, como iríamos entrar, deixou o cigarro em um vaso grande, de cor vermelha, cheio de areia, que parecia ser mesmo o cemitério dos cigarros. Fizemos a matrícula do Felipe e logo em seguida perguntei à secretária da escola sobre a possibilidade de uma vaga para Willian. Ela respondeu que “sim” Nossa!

Os olhos do Willian
brilharam e,



sem hesitar, pegou a lista dos documentos necessários para a matrícula. Fomos embora. Na saída, o cigarro do Willian estava lá, no vaso, mas ele já ia saindo e esquecendo-o por ali. Foi quando Felipe alertou-o: “Oh meu, teu cigarro. Não vai pegar?”. Willian disse: “Bah, meu... agora nem quero isso aí”. No caminho, fomos conversando, e Willian dizia que não estava acreditando que iria voltar a estudar. Há pouco tempo teve uma passagem pelo presídio e agora estava na eminência de conseguir uma vaga na escola. Foi quando lembrou o conselho da mãe: “Faz algo da vida porque tu tá muito vagabundo”. Eu e o Felipe rimos muito quando Willian disse que seria bom voltar a estudar, porque estava parado no tempo. Disse que até o relógio estava ganhando dele, porque “o relógio se mexia, e ele seguia parado no tempo”.

Fernando Santana

Estudante de Pedagogia

Bolsista PPSC/UFRGS

Fase? Não!

Ontem acompanhei Silon até a escola para a qual foi designado pela Secretaria de Educação. Na secretaria da escola, onde fomos atendidos, a servidora pediu ao Silon o seu atestado escolar e perguntou o nome da última escola onde ele havia estudado. Silon falou o nome de uma outra escola e disse que o seu histórico estaria lá. Estranhei. Assim que a secretária se afastou de nós perguntei ao Silon se o seu histórico não estaria na Escola Tom Jobim, escola da FASE, onde ele havia cumprido medida de privação de liberdade. Ele respondeu que sim, mas pediu para que eu não comentasse nada com a secretária, pois se “já é difícil o cara conseguir a vaga, se falar que fiquei na FASE... Aí sim!”.

Jéssica Freitas

Pedagoga

Ex-bolsista do PPSC/UFRGS



Cheguei à Clínica no horário agendado e, mais ou menos meia hora depois, estava eu diante de certo portão verde. Alguém me recebeu e disse: “Pode entrar. Ele está ali sentado naquela sala te esperando”. Quando entrei, fui recebida com um sorriso lindo, que carregarei pelo resto da minha vida. Sem hesitar, abracei Júnior com todo o meu carinho e tão logo ele pôde, perguntou-me: “Veio só tu, Paula? E as outras duas?”.⁶⁷ Conversa vai, conversa vem e lá pelas tantas Júnior me olhou nos olhos e disse: “Não sei por que, mas eu gostei de vocês da UFRGS. Não sei por quê.”. Durante a conversa, muitas vezes Júnior me agradeceu a visita. Contou que no seu primeiro dia no PPSC, depois da oficina, perguntou para outro adolescente: “Aonde é que eu tô?”. O colega respondeu, então: “Aqui é o melhor lugar pra tu tá. Fica tranquilo. Tu agora tá bem”.

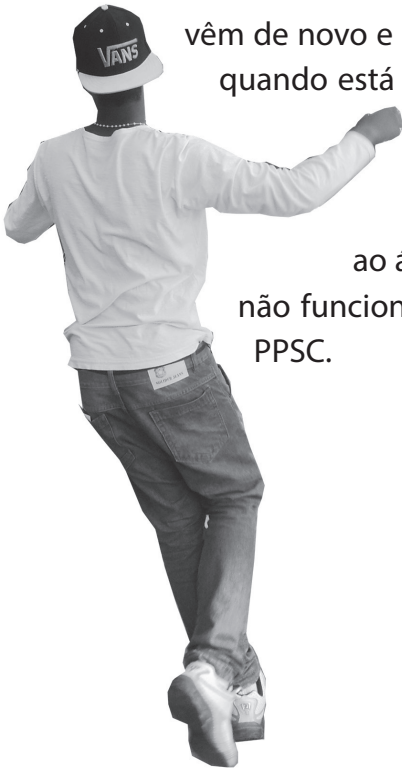


Paula Flores
Psicóloga
Ex-bolsista
PPSC/UFRGS

⁶⁷ Júnior estava perguntando sobre outras duas colegas do PPSC que fazem seu acompanhamento.

Duas fotos

Hoje estive com Diego na FASE. Logo que ele me viu, falou que já voltava e subiu até o brete⁶⁸. Quando apareceu, estava com um álbum na mão. Eram as fotos do Daniel – seu filho de quatro meses – que, desde a última visita, havia dito que me mostraria. Várias fotos do bebê recém-nascido e outras mais atuais. Contou que o filho, a esposa e a sogra estiveram visitando ele neste domingo. Falou que se não chover, eles vêm de novo e que gostaria que esquentasse mais, pois quando está muito frio Daniel não vem. Diego então me entregou duas fotos do bebê para eu mostrar para a Magda e para a Lúcia, e disse que depois tenho que devolver ao álbum. O *scanner* da minha casa resolveu não funcionar mais, então vou levar as fotos para o PPSC.



Karine Szuchman
Psicóloga
Ex-bolsista PPSC/UFRGS

⁶⁸ Nome usado nas unidades de internação da FASE/RS para referir-se aos dormitórios dos adolescentes.

Um acompanhamento compartilhado

Quando Álvaro disponibiliza sua própria experiência enquanto ex-aluno da Escola Mesquita - curso manutenção e elétrica - ao amigo Leonardo Garcia, conduzindo este até a Escola e produzindo um “acompanhamento juvenil”, apresenta-nos a posição de alguém que viveu uma experiência e de que tem condições de compartilhar a mesma.

Álvaro dispõe-se a acompanhar o amigo, e de forma muito solícita, vem até o PPSC com seu amigo Leonardo, que se inscreveu para o Projeto Pescar, pois precisariam de ajuda com as passagens e orientações. Leonardo foi procurado pela Escola Mesquita e não conseguiu estar no dia solicitado, esteve na oficina e avisamos que tinha sido selecionado e que teria de



se apresentar até o dia seguinte (quarta-feira). Leonardo, muito inseguro e com dificuldade de compreender como chegar, solicitou ajuda. Ligamos para Álvaro, e este se colocou a postos, imediatamente, para acompanhar seu amigo. Ambos chegaram ao PPSC em menos de uma hora da nossa solicitação por via telefone, entregamos as passagens e desejamos “boa sorte”, ambos saem fortes em direção a um percurso desconhecido, um destino, um apoio, uma parceria, uma amizade, uma experiência compartilhada, um lugar a chegar. Na oficina da outra semana, perguntei para o Álvaro se tinha dado tudo certo, e ele me contou todo satisfeito que Leonardo iniciará o curso junto à Escola Mesquita, muito orgulhoso de seu amigo. Contou que também retirou sua carteira de trabalho que ainda estava lá. Enfim, passaram-se alguns dias e Álvaro, em uma nova conversa conosco, contou de seus projetos de futuro – agora com um diploma – e fomos desenhando percursos e formas de como poderíamos “apoiar” ele nesse novo trajeto agora de “formado”. (termo “apoiar” que os guris adoram usar, “apoio”, “apoia o cara”).

Paula Flores
Psicóloga
Ex-bolsista PPSC/UFRGS

Mistério do Planeta

Estamos percorrendo a pé o centro da cidade. Um menino de treze anos chama a atenção. Seu rosto com traços infantis destoa do corpo, já adolescente. Acompanho sua trajetória: ele corre para todos os lados. Canta para algumas meninas e senhoras (algumas acham graça; outras se assustam), pergunta as horas, pede balas, bolachas, tudo que puder. Em dado momento, sai de uma pastelaria com um grande pastel nas mãos e um sorriso ainda maior no rosto. Ensina-me que, para ganhar doações na rua, “tem que fazer cara de choro, dizer que tá com fome...”. Em alguns momentos, “fecha a cara” e parece procurar uma briga, é inconveniente. Noto que ele marca essa diferença pelo uso do capuz do moletom. Quando está no seu modo “assustador”, esconde seu rosto de criança com o capuz. Em uma de suas andanças, vai até mim e diz “as pessoas tão assustadas, né?”. Transita entre ser uma criança



adorável que canta e sorri e um adolescente que assusta, ameaça... Fenômeno próprio da adolescência, mas que adquire contornos preocupantes quando

o discurso social majoritário é de que um adolescente negro da periferia é a grande ameaça. Quase na sua parada de ônibus, ele diz que seria horrível se pudesse adivinhar pensamentos alheios, porque ouviria apenas “que guri mais chato!”.

Nos despedimos, e ele entrou no ônibus. Fico comigo mesma e com o questionamento: é possível ser adolescente e se experimentar na cidade quando teu corpo provoca tanto medo na rua?

Elisa Bettanin

Psicóloga

Ex-bolsista PPSC/UFRGS

A caminho do CAPS, fiquei me perguntando qual seria minha “função” nesse acompanhamento, sem duvidar da importância de estar ali. Logo que Luan chegou, percebi sua ansiedade por não saber o que fazer. Nunca a palavra “apoio” fez tanto sentido para mim. Estávamos ali para apoiá-lo. Luan não tinha nenhum documento consigo e nem o cartão do SUS, mas mesmo assim preencheram sua ficha, solicitando que providenciasse o cartão e que, da próxima vez, trouxesse os documentos. Enquanto esperávamos o atendimento, Luan tirou do bolso um papel dizendo que precisaria ir ao Foro Central. Parecia ansioso. Falei que poderíamos ver isso depois; que iríamos consultar o CREAS, mas que naquele momento era importante acalmar-se, pois precisava cuidar um pouco de si mesmo; precisava estar bem para poder dar conta destas outras coisas. Ele concordou. Uma pessoa que chamam de “técnico de referência” chamou primeiro Luan para conversar e depois nos chamou. Disse-nos que Luan falou um pouco sobre sua história e sobre quem éramos. Explicamos bem rapidamente sobre o PPSC e qual o nosso vínculo com o jovem. A técnica disse estar tentando sa-



ber sobre as medicações que Luan estava usando e sobre quem a estava receitando, mas ele não soube responder. Perguntou, ainda, se Luan achava possível que a mãe o acompanhasse da próxima vez. Ele respondeu que “sim”, desde que fosse à tarde. Comentei com Luan sobre sua chegada ao PPSC e que naquele período estava tomando algumas medicações, como Carbamazepina. Perguntei se não teria sido receitado pelo médico da internação da Clínica São José. Aos poucos, ele foi lembrando de algumas coisas, como por exemplo, o nome da medicação que estava tomando quando saiu do Parque Belém. A técnica disse que entraria em contato com a UBS para ver se eles estariam renovando a receita. Luan falou que nunca foi ao posto. Nesse caso, Luan precisaria consultar com um clínico geral do CAPS, para fazer exames de sangue, pulmão etc. A técnica perguntou a Luan se sua intenção era parar de usar a droga ou diminuir o uso. Ele respondeu que queria parar; que não queria voltar a usar. Ela perguntou sobre a vontade de usar, e ele disse que *agora* estava “de boa”, mas que em outros momentos não aguentou e acabou usando. Depois de sairmos de lá, falei mais uma vez para Luan que seguiremos acompanhando as questões jurídicas e as relativas ao curso, mas entendíamos que ele precisava de um espaço para o tratamento da sua saúde. Precisava cuidar de si. Luan concordou e disse que ficará bem agora.

Thayane Chaves

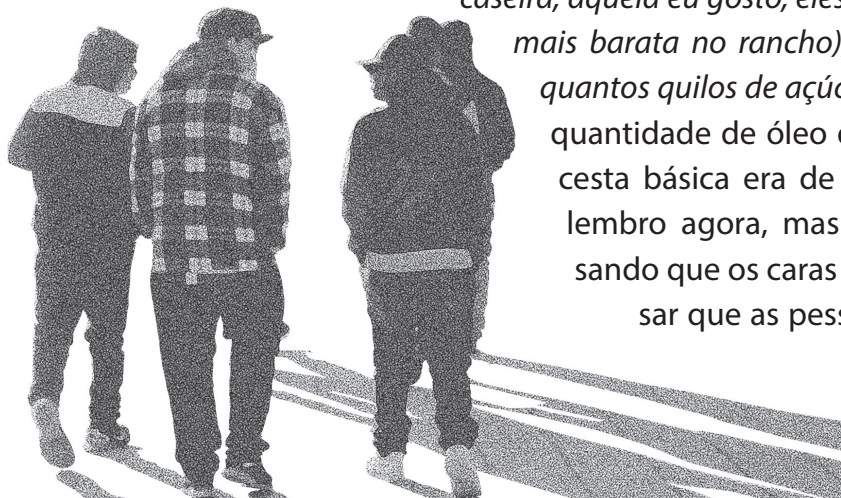
Psicóloga

Ex-bolsista PPSC/UFRGS

200 reais nadando ou voando???

Um dia recebi um prêmio; ele era importante pra mim, pois significava o resultado de um trabalho. E mais que isso, significava o pagamento de uma dívida, eu queria presentear a um amigo com ele, que me havia ajudado. Trazia ele no meu bolso, pois já ia encontrar meu amigo, não podia esquecer-me de entregar-lhe esse prêmio! No mesmo bolso, trazia meu celular, que não parei de mover toda a manhã enquanto trabalhava costurando cadernos com meu companheiro Jefferson, o adolescente recém-chegado para cumprir sua medida de PSC comigo, no setor de encadernação artesanal da gráfica da UFRGS. Jefferson terminava seu primeiro caderno, enquanto eu fazia um experimento de dobraduras, fabricando uma sacola de papelão, destas de lojas que têm uma cordinha como alça. Ele andava contente com seu caderno, mas já com o rabo de olho na minha sacola, querendo fazer uma também. Me falava da sua filha, que é um bebê ainda. Do rancho que fez no mercado, que pagou trezentos reais! Mas que ainda não tinham entregado na sua casa. *"Vem nescau, arroz, feijão, massa (não aquela boa, caseira, aquela eu gosto, eles botam uma*

mais barata no rancho), vai não sei quantos quilos de açúcar, óleo...", a quantidade de óleo que ia nessa cesta básica era de chocar, não lembro agora, mas fiquei pensando que os caras devem pensar que as pessoas comem



óleo de soja puro. Enfim, conversamos como duas comadres, eu e ele. Me falou também da sua moto, que estragou, que tinha saído com ela pra pegar um “beck” ontem à noite, e a maldita o deixou na mão. Até perguntei pra ele porque ele ia em outra vila comprar maconha. Eis que chega a hora de irmos embora. Jefferson não havia terminado seu caderno, tinha que deixá-lo secando ainda. Ficou meio chateado, porque queria levá-lo. Eu disse que tinha que ter paciência, que tudo bem, pois faria a tal sacola de papelão na semana seguinte e poderia levar os dois juntos pra casa. Nos arrumávamos para sair, e Jefferson me mostroy no chão dois peixinhos azuis e me perguntou: “aquilo não é teu?”. Eu, desesperada, boto a mão no bolso. Meu prêmio! Que já não era mais meu! Sim, é meu! Juntei do chão e botei de novo no bolso; Jefferson já se encaminhava para a porta, me avisando pra ficar esperta e cuidar mais dos meus tesouros. Eu, preocupada com a dívida que trazia, quase não pensei nele, no Jefferson. Na semana seguinte, ele me disse que chegou em casa falando do ocorrido e que perguntaram pra ele: *Por que tu não pegou? Ele disse que não, porque era justo o lugar onde ele estava pagando por isso.* Ele me cobrou novamente de tomar cuidado com minhas coisas. Eu disse a ele que deixar cair aqueles duzentos reais me deixou superassustada com meus cuidados, principalmente com ele e que não pretendia mais colocar nem ele, nem eu, nem nós em risco.

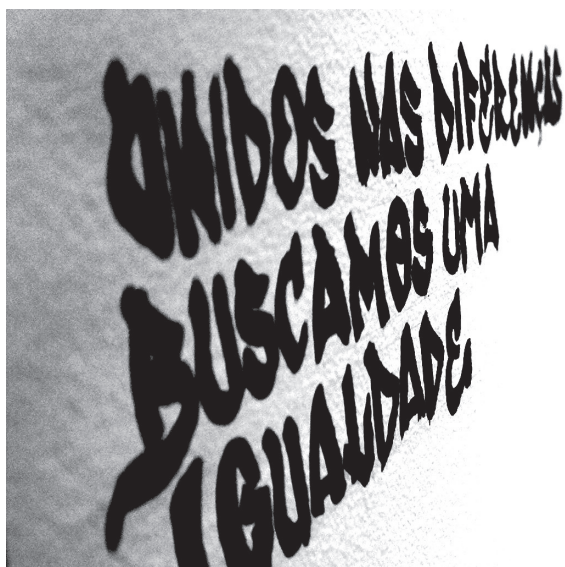
Natália Chaves Bandeira

Artista Visual

Ex-bolsista do PPSC/UFRGS

a cor da sorte

Eu e Guto chegamos ao Foro Central às 9h30min. Júlia, a mãe do Luiz, chegou minutos depois. Seu rosto denunciava sofrimento. Um rosto enrugado que não combinava com o resto do corpo. Ficamos conversando enquanto aguardávamos o defensor chegar. Júlia trazia consigo vários documentos que entregaria ao defensor, orientada pelo promotor que, segundo ela, “é muito bom”. Contou que a pedido dele Luiz recebeu atendimento médico no presídio⁶⁹ e, finalmente, tiraram os pontos da cabeça. Entramos para falar com o defensor, e ele, de pronto, nos disse que fazia todos os processos necessários, mas que quase nunca



⁶⁹ Luiz cumpriu medida socioeducativa no PPSC. Durante o cumprimento da medida, completou 18 anos e, envolvido em um novo conflito, foi detido e levado ao presídio central.

tinha êxito, já que a maioria dos juízes “não querem nem saber”, apoiados por uma sociedade e uma mídia ansiosas por punição, por repressão e apoiadores da redução da maioridade penal. Falou com desânimo. Detalhe: éramos o seu segundo atendimento do dia. Depois de falar tudo isso, expusemos o caso do Luiz, tentando dar ênfase de que se tratava de um caso atípico, com violência policial geradora de traumatismo craniano leve e com a clara prova de que Luiz procurou tratamento para o uso de drogas e não conseguiu, ou seja, o lugar dele não seria na prisão, e sim, em serviço de saúde específico que ele mesmo demonstrou desejar. O defensor concordou, afirmando que nenhum usuário de drogas deveria estar na prisão, e que o fato de o próprio jovem buscar sua internação era prova de que a internação compulsória não deveria estar na pauta da mídia. Salientamos que um *Habeas Corpus* poderia ser expedido com esses argumentos. O defensor afirmou que emite o documento para todos os casos acompanhados. Em seguida, indagou à mãe: “Teu filho é negro?”. Ao ouvir a resposta da mãe, acrescentou: “Sorte a de vocês. Se fosse negro, teria bem menos chance”.

Karine Szuchman

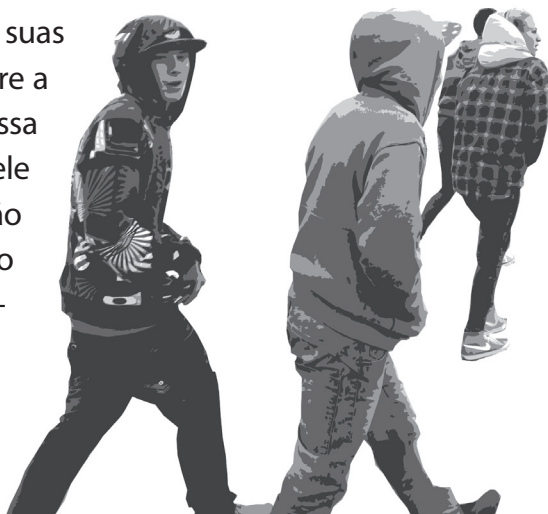
Psicóloga

Ex-bolsista do PPSC/UFRGS

Correntezas e repuxos da incompletude institucional

Alisson Rafael encerrou sua medida de PSC em agosto. Em outubro, retorna para nos visitar, retorna a “nos acompanhar”. Está conosco nesse retorno há cinco semanas. Na oficina do dia 5 de novembro, ele comentou comigo que teria audiência para encaminhar o desligamento do abrigo. Na semana de 19 de novembro, ele foi o primeiro a chegar à oficina. No início dessa manhã, recebemos uma ligação do Núcleo de Abrigos Residenciais – NAR –, pois Alisson teria uma reunião importante que fora marcada para esse mesmo dia às 8h:30min. Nesse momento, ele estava no computador jogando enquanto aguardava a chegada dos demais jovens, e conversamos com ele sobre o que estaria acontecendo.

Ele traz “um mundo”, conta de todas suas questões mais recentes, conta da audiência que o encaminhou para uma experiência de 90 dias na casa da mãe (há 15 dias atrás), da casa em que a mãe está (toda cheia de câmeras), da namorada que fica no mesmo pátio que a mãe, da situação com o dono do pátio que não o quer mais lá e estaria alegando que ele está vendendo drogas e tudo mais, ele conta que o cara até implicou com suas correntes. Conversamos sobre a importância de ele estar nessa reunião com o Abrigo, mas ele afirma não querer ir, que não adianta, que as coisas não mudam. Quando vamos falando da importância de



ele estar nessas discussões que tratam da vida dele”, afirma que tudo que tem solicitado não acontece, e segue narrando sua experiência difícil nesse momento de transição. Queixa-se que foi avisado da reunião ontem às 17 horas e que ele já tinha como compromisso estar na oficina. Em conversa com as técnicas do NAR, fui questionando e me questionando o quanto vamos assumindo a vida dos jovens e encaminhando situações à revelia dos mesmos. É necessário nos questionarmos o quanto estamos propondo uma ação de acompanhamento desses jovens e do quanto esse acompanhamento pode ser “estar com” e como, muitas vezes, temos enquanto Programa de Execução de Medida nos confrontado com outros Programas Municipais e/ou Estaduais voltados para a Juventude e Infância que têm seguido com práticas menoristas e de tutela dessa população. É muito difícil ver nossos jovens tentando enfrentar suas histórias pessoais e assumir outros modos de ser e de estar no mundo, mergulhados numa correnteza difícil e de muito “repuxo” – fluxos dos mares e rios de uma vida. Ondas, repuxos, correntezas, redemoinhos... Seguimos no atendimento, seguimos no acompanhamento de um Alisson que segue nas oficinas socioeducativas por escolha, que segue contando das suas vontades, da vontade de estudar, de namorar, e que em algum momento nos sugere e nos solicita um Acompanhamento Terapêutico – ele traz o termo AT para nossa surpresa. Na conversa com as técnicas que o acompanham, vem, para minha surpresa, “internação” como sugestão. Desse acompanhamento me vem uma questão: “Duas conversas paralelas e que não estão dialogando: a do jovem e a dos técnicos que o acompanham”..

Paula Flores
Psicóloga,
Ex-bolsista do PPSC/UFRGS

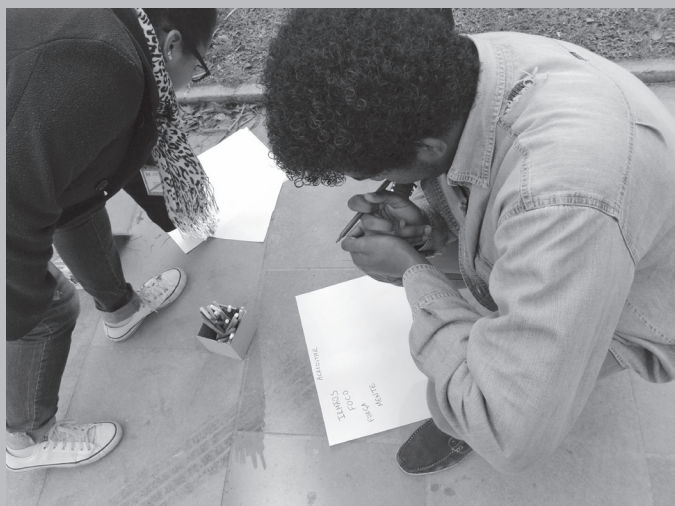
CONHECENDO O PPSC/UFRGS



HISTÓRICO

O PPSC foi criado em 1997, sob a coordenação da professora Carmem Maria Craidy, a partir de um convênio entre a Reitoria da UFRGS e o Juizado da Infância e da Juventude. A partir daí, o Programa constituiu-se como unidade de execução da medida socioeducativa de PSC prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90, art. 112) com a função de acompanhar adolescentes em cumprimento de medida na UFRGS. Para o trabalho de execução da medida de PSC, o PPSC

mantém convênio com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, desde a criação do programa PEMSE em 2001.



Para garantir a continuidade do trabalho, a Reitoria e a FACED asseguraram ao PPSC, com

variadas estratégias, recursos humanos e materiais imprescindíveis para a realização do trabalho, dos quais destacamos: uma técnica em assuntos educacionais, bolsas de extensão, bolsa PRAE, bolsas FAURGS, além de sala equipada, onde são realizados os atendimentos individuais, as reuniões semanais de equipe, as oficinas semanais socioeducativas, as reuniões mensais de familiares, as reuniões quinzenais do Grupo de Trabalho de Matriciamento, as reuniões quinzenais de supervisão do Acompanhamento Juvenil, a preceptoria semanal com as residentes em

saúde mental coletiva; a supervisão semanal do grupo de oficinairos, o acolhimento de visitantes/parceiros e quinzenalmente um grupo de estudos.

O PPSC já recebeu mais de 1.600 adolescentes (uma média de 80 adolescentes por ano) e integrou na sua equipe mais de 100 estudantes vinculados diretamente ao programa, como bolsistas, estagiários ou residentes, além de estudantes e profissionais na condição de pesquisadores e colaboradores. A experiência e o saber acumulados acerca da problemática têm exigido do programa a ampliação e a qualificação das ações desenvolvidas na interseção dos campos da educação, da assistência social, da saúde e da justiça, políticas que compõem o campo socioeducativo, além da articulação com outros parceiros, dentro e fora da Universidade. A opção por uma prática interdepartamental e interdisciplinar repercute, ainda, na composição das equipes com estudantes (graduação e pós-graduação) e profissionais de diferentes áreas do saber, como: pedagogia, história, artes visuais, psicologia, direito, saúde e serviço social. Nos últimos três anos, o PPSC tem acolhido em sua equipe uma média de 11 estudantes entre bolsistas, estagiários e residentes.

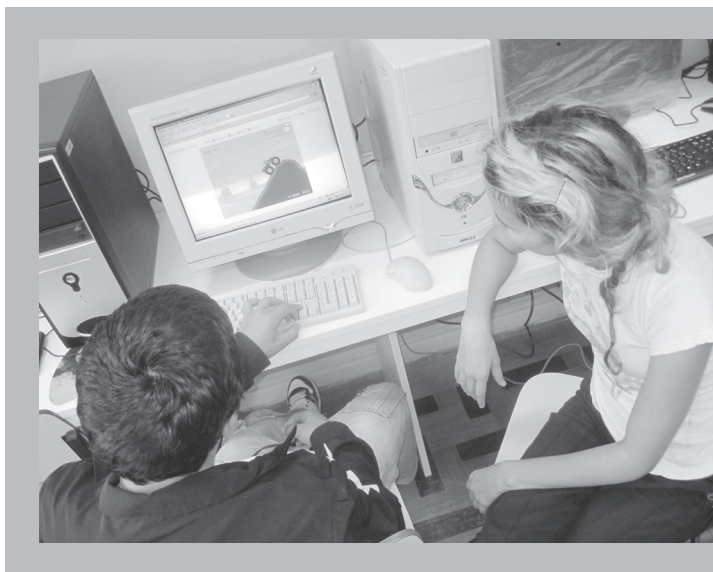
Sobre a metodologia criada pelo PPSC para a execução da medida de PSC, destaca-se “a oficina socioeducativa”, criada em 2003 como estratégia de acompanhamento coletivo, uma referência importante no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida, adotada nos CREAS e em outros espaços de execução da medida de PSC. A experiência metodológica está registrada na Dissertação “Oficina Socioeducativa: oficina com adolescentes em medidas socioeducativas”, de autoria de Paula Santos Flores (PPGEDU da UFRGS/2011), sob orientação da professora Carmem Maria Craidy.

O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social (NUPEEEVS) foi criado pela professora Carmem Maria Craidy,

em 1999, juntamente com um banco de dados, mantido pelo PPSC. Entre os trabalhos de pesquisa realizados, destacamos 8 teses e 10 dissertações com temáticas diretamente relacionadas à socioeducação, além de trabalhos orientados por outros professores, em outros programas de pós-graduação realizados a partir da experiência do programa. Ressalta-se, ainda, a pesquisa que originou a primeira publicação do PPSC, “Medidas Socioeducativas: da repressão à educação” (2003), e a pesquisa realizada em 2005 sobre a municipalização/execução da medida socioeducativa de PSC em todo o Estado do RS. Na relação com o ensino, o NUPEEEVS inspirou a criação da disciplina “Educação: a criança e o adolescente excluídos da escola”, ofertada até o ano de 2010. Destacam-se, ainda, os prêmios recebidos pelo programa: “Prêmio Socioeducando”, na categoria estudante, organizado pelo ILANUD (1998); Prêmio Direitos Humanos, concedido pela Assembleia Legislativa do RS, Fundação Maurício Sirostky Sobrinho e UNESCO (2003), e Prêmio “Educação 2006”, concedido pelo SIMPRO/RS.

O saber acumulado pela longa experiência tem conferido ao PPSC um lugar de referência no campo socioeducativo e na educação social. Os cursos de formação ofertados anualmente na FACED respondem a demandas de trabalhadores da rede especialmente das áreas da educação, socioeducação, educação social, saúde e assistência social que atuam com jovens. As publicações também representam uma contribuição importante do programa nos processos formativos. O livro “Medidas Socioeducativas: da repressão à educação”, lançado em 2005, apresenta o perfil dos adolescentes acompanhados pelo PPSC entre 1999 e 2003, em comparação com dados do Estado do RS. O livro “Processos Educativos com Adolescentes em Conflito com a Lei”, lançado em 2012, com textos de profissionais e estudantes ligados ao PPSC, busca a sistematização da prática e do conhecimento vivenciados pelo programa ao longo do tempo. O livro “Medidas Socioeducativas: entre A & Z”, publicado em 2014, com recursos do PROEXT e distribuído por todo o Brasil (5.000 exempla-

res), apresenta-se na forma de um glossário com termos extraídos do contexto das medidas socioeducativas, com 101 verbetes e 87 autores. O livro “Socioeducação: fundamentos e prática”, lançado em 2015, é resultado do curso de extensão “Educação no Sistema Nacional Socioeducativo”, realizado com recursos do FORPROF/UFRGS para professores da educação básica e do sistema socioeducativo, na FACED. O vídeo “Traços & Murmúrios”, também realizado com recursos do PROEXT em 2014, tem o objetivo de ser uma ferramenta de formação e sensibilização de trabalhadores do campo socioeducativo. O vídeo tem a participação dos adolescentes na concepção e construção do trabalho. Ressalta-se, ainda, a organização do “II Simpósio Internacional sobre juventude, violência e justiça”, em parceria com a Universidade do Texas; o “Colóquio Internacional Sobre Justiça Juvenil na Contemporaneidade” (2014), organizado pelo PIPA, e o “Colóquio Vivo” (2015).



RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

O PPSC/UFRGS conta com a parceria de diversos setores da Universidade onde os adolescentes – durante o cumprimento da medida – realizam as atividades relativas à medida de PSC, dentre as quais destacamos: distribuição de processos, entrega e coleta de documentos na Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), produção de cadernos e outros produtos a partir de materiais sobranes na Gráfica da UFRGS -

Projeto Fio da Meada, criação de peças e utensílios no projeto de extensão com Cerâmica, produção Audiovisual, participação nas atividades e eventos promovidas pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da UFRGS (DEDS). Desde 2009, o PPSC trabalha de forma integrada ao Programa Estação Psi, do Instituto de Psicologia, e, desde então, passou a ser campo de estágio da Psicologia Social. Em 2010, o PPSC/UFRGS estabeleceu parceria com o G10/SAJU da UFRGS, que atua na defesa jurídica dos adolescentes. Em 2011, é criado, junto à Pró-Reitoria de Extensão, o núcleo que consolida o trabalho integrado entre o PPSC, o Estação PSI e o G10/SAJU: o Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA). Em 2014, o PPSC passou a ser cenário de prática da residência em saúde mental coletiva do “Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva” da UFRGS, recebendo anualmente residentes que compõem a equipe de trabalho do programa. O PPSC também mantém trabalho articulado com a Clínica de Psicologia da UFRGS e com o Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (CIPAS), que oferece serviços na área da fonoaudiologia, da orientação profissional, avaliação psicológica, reabilitação em Linguagem e Cognição, entre outros. Em relação à comunidade externa, o PPSC atua com programas e serviços da rede de políticas públicas das microrregiões Lomba do Pinheiro e Partenon; com as escolas da rede pública, com a 3ª Vara da Infância e Juventude; com o Conselho Gestor das Medidas Socioeducativas do Meio aberto de Porto Alegre, com o Fórum Estadual Socioeducativo; com a Defensoria Pública, com a FASE nos casos de privação de liberdade de adolescentes egressos do PPSC, com a Escola Mesquita no que se refere ao Programa Jovem Aprendiz e com o Pão dos Pobres no que se refere ao Programa de Oportunidades e Direitos (POD).

FRENTES DE TRABALHO ENVOLVENDO ADOLESCENTES, FAMÍLIA, REDE & COMUNIDADE, EQUIPE DE TRABALHO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Adolescentes:

ENTREVISTA INICIAL

Acolher, semanalmente, os adolescentes encaminhados pelos CRE-AS acompanhados de um(a) responsável. Submeter o adolescente e o seu responsável a uma entrevista que objetiva conhecer um pouco mais o adolescente e sua circunstância. A entrevista é dividida em três eixos: o primeiro, que se refere aos dados pessoais do adolescente; o segundo, que objetiva conhecer melhor o adolescente, suas características, interesses, necessidades, e o terceiro, que trata do ato infracional propriamente dito.

ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL

Acompanhar o adolescente em serviços da rede como CAPSi, Clínica da UFRGS, Escola, cursos profissionalizantes, conforme previsão do seu Plano Individual de Atendimento (PIA).

OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS

(acompanhamento coletivo)

Ofertar aos adolescentes, uma vez por semana, as oficinas socioeducativas como espaço de acolhimento, troca e participação, numa perspectiva pedagógica, como estratégia de acompanhamento coletivo.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Acompanhar os adolescentes egressos do PPSC em medida de privação de liberdade na FASE e outras demandas.

PROGRAMA INTERDEPARTAMENTAL DE PRÁTICAS COM ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI (PIPA)

Trabalhar de forma integrada aos demais programas que compõem o PIPA (Estação Psi e G10/SAJU), integrando as equipes de defesa

que atuam junto a adolescentes egressos do PPSC em medida de privação de liberdade.

SETORES

Ofertar vagas em diferentes setores da UFRGS, com variadas atividades, permitindo que o adolescente faça escolhas segundo seu interesse e suas habilidades.

AVALIAÇÃO PARCIAL

Garantir ao adolescente, após quatro semanas de trabalho no setor escolhido, um momento de reflexão em que ele possa analisar e avaliar a experiência de realização das tarefas e a relação com sua equipe de trabalho; momento também de rever seu Plano Individual de Atendimento (PIA).

AVALIAÇÃO FINAL

Garantir, após a conclusão da medida, a devolução do orientador sobre o trabalho realizado pelo adolescente, sua assiduidade, envolvimento com as tarefas e sobre a relação estabelecida com os colegas de trabalho durante o cumprimento da medida. Garantir ao adolescente um momento de autoavaliação, de avaliação do PPSC e do setor de trabalho onde realizou suas tarefas. Garantir aos responsáveis um momento de avaliação sobre o trabalho realizado pelo PPSC, assim como uma avaliação possível sobre o comportamento do adolescente (sentimentos, atitudes, resistências, predisposição) a partir e durante o cumprimento da medida.

Setores no PPSC

FIO DA MEADA

O **Fio da Meada** é um projeto que serve como setor de trabalho dos adolescentes em cumprimento de PSC, cujo objetivo é confeccionar peças/produtos com materiais sobrantes da Gráfica da UFRGS. Configura-se como uma parceria entre a Gráfica da UFRGS e o PPSC, ambos responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes incluídos no Projeto que conta com bolsistas e estagiários de diferentes áreas e funcionários ligados à Gráfica no desenvolvimento

de suas atividades. Com esta ação, pretendemos contribuir para a efetivação do compromisso social e educativo da UFRGS tanto no que diz respeito à inclusão dos adolescentes no âmbito da Universidade, quanto ao cuidado e à preservação do meio ambiente através da transformação criativa pela via do reaproveitamento dos materiais sobrantes.

criação audiovisual

O projeto **Criação Audiovisual** é um setor no qual os adolescentes podem optar para a realização de sua atividade de trabalho. Conta com bolsistas e estagiários de diferentes áreas e com a supervisão de um professor da FACED, para a realização de suas atividades. A aposta é oferecer um espaço onde os adolescentes possam participar ativamente da construção de estratégias de trabalho, desenvolvendo seu processo criativo, capacidade de reflexão e integração à equipe, envolvidos em produção e edição de materiais audiovisual.

Família:

REUNIÃO DE FAMILIARES

Promover mensalmente um encontro de cuidado e escuta para os responsáveis dos adolescentes acompanhados pelo PPSC ou egressos

Rede e comunidade:

CREAS

Realizar, quinzenalmente, encontro com as equipes das medidas socioeducativas dos CREAS Lomba do Pinheiro e Partenon para supervisão dos casos atendidos.

SETORES UFRGS

Realizar bimestralmente supervisão nos setores parceiros que recebem adolescentes para a realização de tarefas relativas à medida de PSC.

CAPSi/AD EESCA

Reunir com a equipe do serviço para discussão de casos de adolescentes acompanhados pelo PPSC.

FASE RS

Reunir com as equipes da FASE para discussão de casos de adolescentes egressos do PPSC acompanhados durante a medida de privação de liberdade.

CLÍNICA DA UFRGS

Reunir com a equipe do serviço para discussão de casos de adolescente acompanhados pelo PPSC.

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E ATENÇÃO À SAÚDE (CIPAS/UFRGS)

Reunir com a equipe do serviço para discussão de casos de adolescente acompanhados pelo PPSC.

CONSELHO GESTOR SOCIOEDUCATIVO FASC

Reunir mensalmente com os demais conselheiros para planejar e avaliar a política socioeducativa de meio aberto em Porto Alegre.

Equipe:

REUNIÃO DE EQUIPE

Garantir semanalmente o encontro da equipe de trabalho constituída por estudantes, residentes, técnicos e professores da UFRGS como espaço de formação, estudo de casos, planejamento e avaliação das ações.

BOLSISTAS

Orientar os bolsistas de extensão na construção e apresentação de trabalhos no Salão de Extensão da UFRGS (anual).

RESIDENTES EM SAÚDE MENTAL COLETIVA**EDUCA SAÚDE/UFRGS**

Garantir semanalmente o momento da preceptoria. Reunir mensalmente com a coordenação do EDUCA Saúde.

Extensão:**FORMAÇÃO**

Ofertar, anualmente, encontros de formação para a comunidade externa e interna com foco na educação social e na socioeducação.

